



REGISTRO DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos em **Brasília**, na sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), no dia **vinte e cinco de março de 2020**, os integrantes do **Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ)**, listados ao final deste documento, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, deram início aos trabalhos do Conselho, com base nos princípios orientadores de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em suas palavras iniciais, o senhor VPR manifestou satisfação que, apesar da gravidade da crise provocada pela pandemia da COVID-19, as atividades prioritárias do governo seguiam seu curso. O senhor VPR apresentou a pauta da reunião do Conselho e, a seguir, foi exibido filme institucional sobre o processo preparatório da primeira reunião do Conselho.

Na primeira etapa dos trabalhos, o Chefe da Assessoria de Temas Institucionais da VPR realizou apresentação sistematizada sobre a estrutura e processos de funcionamento do CONAMAZ e a proposta de regimento interno, bem como as bases do planejamento estratégico para atuação do órgão. O Chefe da ATI discorreu ainda sobre as providências imediatas a serem adotadas e coordenadas pelo Conselho e o cronograma das atividades das comissões. Foram identificadas, inicialmente, as seguintes ações imediatas:

1. Implementação do Plano de Comunicação Social (SExec/CONSELHO)
2. Ativação do Gabinete de Prevenção e Combate ao Desmatamento e às Queimadas (GSI-PR) (“Tolerância Zero”)
 - Acionamento das Operações Interagências de Inteligência (SISBIN)
 - Integração dos Sistemas de Sensoriamento e Imagens
 - Ativação dos Centros de Comando e Controle Avançados em Belém do Pará e Manaus
 - Identificação da necessidade de Operação de GLO – Decreto decorrente da ação do Gabinete
3. Ações de prevenção à expansão do COVID-19 na Amazônia Legal (subcomissão de Saúde)
 - Monitoramento do ingresso (“Postos Avançados de Saúde”):
 - Oiapoque – AP;
 - Ipiranga, Vila Bitencourt e Tabatinga – AM;
 - Bonfim, Normandia e Pacaraima – RR;

- Assis Brasil, Brasília e Plácido de Castro - AC; e
 - Costa Marques (Príncipe da Beira) – RO.
- Assistência social (ação coordenada entre MD, MS e governos estaduais)
 4. Acompanhamento da execução do Programa Floresta+ (SExec/Conselho)
 5. Reativação do Fundo Amazônia e identificação de fontes de financiamento internacional (SExec/Conselho)
 6. Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (SExec /Conselho)
 - Apoio ao planejamento estratégico 2020/2030
 - Efetivação da Comissão Brasileira Permanente do Tratado
 7. Fortalecimento do Núcleo da Força Nacional Ambiental (MJ)
 8. Envidar esforços para aprovação da legislação pertinente à Amazônia

Acordou-se que a apresentação seria encaminhada aos respectivos gabinetes dos integrantes do Conselho.

A seguir, o Chefe da Assessoria de Comunicação Social da VPR contextualizou historicamente o plano de comunicação social do Conselho, cuja concepção estratégica se concentra na agregação da sociedade brasileira em torno dos projetos desenvolvidos pelo CONAMAZ para a região Amazônica, com prioridade para o esclarecimento ao invés da polêmica reativa. Sinalizou, nesse sentido, a importância da coordenação entre as diversas assessorias de comunicação social dos órgãos integrantes do Conselho, no intuito de promover ações conjuntas de caráter permanente, eventual e programadas.

O senhor VPR passou, então, a palavra ao Ministro Chefe da Casa Civil que manifestou a intenção de colaborar integralmente com as ações do Conselho e também chamou a atenção para o prazo (27/3) para recriação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) de maneira a permitir a reativação do Fundo Amazônia. O ministro solicitou, também, estivesse a Pasta contemplada na comissão integradora e na subcomissão de articulação, em razão de ser atribuição da Casa Civil o papel de articulação e interlocução entre os ministérios.

Na sequência, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, além do empenho que a Pasta pretende dedicar ao CONAMAZ, indagou sobre o encaminhamento das propostas apresentadas pelo Ministério quando da reunião preparatória com o senhor VPR. Em resposta, o Presidente do Conselho esclareceu que as discussões de propostas específicas se darão no âmbito das comissões correspondentes. O ministro destacou, por fim, que as ações sugeridas demandavam recursos não previstos e consultou sobre a possibilidade de utilização de financiamento do Fundo Amazônia. Nesse aspecto, o Presidente do Conselho destacou que, no campo da “preservação”, o governo poderia lançar mão dos recursos do Fundo.

O Ministro da Defesa, por seu turno, destacou o simbolismo da realização da primeira reunião do CONAMAZ na sede do CENSIPAM, órgão do Ministério que possui a infraestrutura necessária para apoiar as atividades do Conselho. Salientou, também, a

natureza excepcional e extrema das missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e indicou que a Força Nacional Ambiental seria o instrumento mais propício para as ações voltadas para a proteção da região amazônica. Da mesma forma, lembrou que a crise provocada pela COVID-19 teria comprometido grande parte dos recursos materiais e humanos do MD. Recordou, por fim, a importância do programa “Calha Norte” que possui vocação natural para contribuir com as ações propostas pelo Conselho.

Em sua intervenção, o Ministro das Relações Exteriores destacou cinco áreas nas quais o Itamaraty teria as melhores condições para atuar em favor das ações do CONAMAZ. Em primeiro lugar, sinalizou o papel desempenhado pelo órgão como coordenador e representante do Brasil nos principais foros negociadores internacionais em temas como Meio Ambiente, Mudança do Clima, Biodiversidade, entre outros. Chamou a atenção, nesse sentido, para a necessidade de reestruturação da sistemática negociadora, com vistas a assegurar, em todos esses foros, a soberania brasileira, em especial no tocante à região amazônica. No campo da projeção da imagem internacional, o ministro ofereceu a rede de Postos da chancelaria brasileira no exterior como plataforma na identificação de interlocutores e disseminação de informações sobre as atividades de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Indicou, também, a capacidade do Itamaraty de somar esforços na captação e mobilização de recursos financeiros internacionais voltados para preservação do meio ambiente. No tocante à Organização do Tratado da Amazônia (OTCA), identificou espaço natural de projeção do Brasil, mas alertou para o incômodo diplomático de que a Venezuela esteja representada na OTCA pelo governo de Nicolás Maduro. Em conclusão, apontou para a necessária diligência na busca de parceiros internacionais que possam contribuir para mostrar, com a devida clareza e transparência, as ações empreendidas pelo CONAMAZ, no sentido de transformar a imagem da Amazônia de “telhado de vidro em vitrine” do Brasil.

O Ministro da Infraestrutura lembrou os projetos apresentados pela Pasta na reunião prévia com o senhor VPR e a importância da logística estratégica e da integração regional e nacional como elementos balizadores da atuação do governo na região.

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou, inicialmente, que, em razão da importância da temática fundiária na região amazônica e do papel do INCRA nesse contexto, o MAPA fosse incluído na relação de membros da comissão integradora do Conselho. A ministra destacou, ainda, a importância do desenvolvimento social produtivo que só seria possível mediante o avanço na titulação de propriedades rurais, que encontram importante “gargalo” na escassez de recursos financeiros. Comentou, nesse aspecto, proposta apresentada ao Banco Mundial de plano de financiamento para regularização e desenvolvimento sustentável dos novos assentamentos. Indicou urgência no acionamento de mecanismos de prevenção de queimadas e desmatamento ilegais, atividades essas que repercutiam diretamente na imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

Em seus comentários, o Ministro das Minas e Energia demonstrou preocupação com os mais de cem empreendimentos do setor energético na região que seriam responsáveis pela geração de cerca de 200 mil empregos. Os setores de energia e mineração teriam previstos

investimentos, no curto prazo, da ordem de R\$70 bilhões. A crise atual poderia colocar em risco a segurança energética e a própria arrecadação de impostos na Amazônia, tendo em vista que os “royalties” da mineração correspondem a quase 50% desses recursos. Recordou que os leilões de 2020 dos setores elétrico e de petróleo e gás foram suspensos e que serão necessárias medidas que garantam sustentabilidade, porque, do contrário, as ações de proteção e preservação se veriam negativamente afetadas.

Coube ao Ministro do Meio Ambiente realizar apresentação sucinta sobre os trabalhos em curso, realizados pelos diversos órgãos que compõem o MMA, e as necessidades imediatas de ações de preservação na Amazônia. O ministro destacou a importância do CONAMAZ como instância articuladora de políticas públicas transversais voltadas para a região. Também indicou a necessidade de articulação com vistas ao diálogo com instituições internacionais de financiamento para discutir a regularização do pagamento de serviços ambientais. No tocante à realização dos trabalhos de zoneamento econômico-ecológico (ZEE), o ministro salientou a importância da conclusão desse processo de maneira a permitir o adequado planejamento estratégico das ações de desenvolvimento sustentável da região amazônica. Sobre a agenda da bioeconomia, apontou para a incipiente materialização dessa atividade em riqueza para as populações amazônicas. Concordou com a urgência no encaminhamento do processo de regularização fundiária e no efetivo combate das atividades ilícitas no bioma amazônico. Embora compreendesse as dificuldades para o emprego da força na modalidade de GLO, o MMA destacou a necessidade de conjugar esforços no sentido de buscar alternativas viáveis que permitam a atuação de forças-tarefa multissetoriais no combate às ilicitudes ambientais. Saudou os recursos obtidos pelo resgate de ativos da operação “lava jato” e que foram aplicados na preservação do meio ambiente, por meio de transferências aos estados. Com relação ao COFA, o ministro assinalou o imperativo de reestruturação do formato do comitê, tendo em vista que, em sua configuração original, o processo decisório não atendia ao avanço de projetos de interesse do governo federal. O MMA identificou o Pará como o estado com maior volume de desmatamento e também aquele no qual as forças de repressão apresentam os maiores níveis de resistência às ações coordenadas pelo governo central. Em conclusão, o ministro apresentou plano de ação de combate às queimadas que pressupõe agilidade na captação e processamento de imagens de sensores orbitais, com o emprego dos recursos técnicos do CENSIPAM e de outros órgãos, e reação rápida contra a delinquência. O plano inclui o estabelecimento de bases de operação prioritárias nas vinte áreas críticas (“polígonos estratégicos”) identificadas em estudos sobre o desmatamento na região. O custo estimado para a operação, durante um período de seis meses de atividades, giraria em torno de R\$ 252 milhões, destinados, em sua maior parte, ao aluguel de helicópteros, com custo aproximado de R\$ 40 milhões mensais.

O Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) colocou à disposição do Conselho as bases de dados de inteligência e comunicação da secretaria e manifestou interesse em integrar a subcomissão de cooperação internacional, tendo em vista que a Assessoria Internacional da Presidência da República passou recentemente à esfera de competências da SAE.

O representante do Ministério da Economia elencou três temas críticos para os quais a Pasta estaria voltada, na região amazônica: formação de capital humano; melhoria do ambiente de negócios; e captação de financiamento, público e privado. Para o Ministério, trata-se de campos prioritários para se destravar a economia regional e resgatar a população local, sobretudo a urbana.

O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) destacou que a Pasta já possui diversos projetos em andamento na região amazônica nas áreas de comunicações, infraestrutura e desenvolvimento sustentável e social, entre outras. Observou que seria interessante a participação do MCTIC na subcomissão de cooperação internacional, em razão de sua participação como representante do governo em foros internacionais afetos à temática da Pasta. Igualmente, na subcomissão de saúde e cidadania, o MCTIC poderia contribuir com a experiência dos projetos em curso na Amazônia. Quanto ao Fundo Amazônia, o ministro solicitou participar de uma eventual recriação do COFA. Finalmente, lembrou a disponibilidade de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualmente contingenciados, que poderiam contribuir para o financiamento de projetos na região amazônica.

Por parte da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), o Secretário Executivo destacou a modelagem de governança do Conselho e a atribuição da secretaria como órgão encarregado das políticas de modernização do Estado brasileiro. Nessa condição, poderia contribuir com os trabalhos da comissão de desenvolvimento sustentável.

A Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV), por meio de seu representante, elencou os setores da Pasta que poderiam contribuir com as atividades de articulação do Conselho, entre os quais a SECOM, SEPAR e SAF. Realçou, nesse sentido, a experiência da SEGOV na interlocução com atores externos ao governo federal, tais como parlamentares, órgãos estaduais e municipais, organizações não-governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil (indígenas, garimpeiros, etc.). Reafirmou a importância da participação da SEGOV na comissão integradora, tendo em vista o caráter transversal de sua atuação no governo. Por fim, recordou a atribuição da Pasta no acompanhamento das ações com vistas ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

O representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ofereceu apoio na interlocução do Conselho com os governadores e autoridades estaduais da região da Amazônia Legal, com base nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). O GSI poderia, nesse intuito, buscar contato com autoridades locais, de maneira a apresentar um diagnóstico preciso das necessidades de cada entidade federativa. Alertou para a existência de grupos de trabalho, no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo, que teriam produzido estudos avançados sobre questões críticas que dizem respeito à Amazônia, que estariam disponíveis e poderiam ser aproveitados nos trabalhos do CONAMAZ.

O Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional listou programas desenvolvidos pela Pasta para a região amazônica que incluem, entre outros: o Plano Regional de Desenvolvimento Amazônico (PRDA); o desenvolvimento da região da faixa de fronteira, em especial as cidades geminadas; o desenvolvimento sustentável do Xingu, em especial no entorno da hidrelétrica de Belo Monte; a Política Nacional de Ordenamento Territorial; e as rotas de integração nacional.

Pelo Ministério da Saúde, foi destacada a capilaridade do Sistema Único de Saúde como ferramenta para se atingir as populações locais, particularmente as populações indígenas, atendidas pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). O Ministério estaria, assim, em prontidão para apoiar as ações transversais do CONAMAZ.

Ao concluir a reunião, o Presidente do CONAMAZ reforçou a necessidade de cumprimento dos prazos para implementação das comissões e subcomissões, com a indicação tempestiva de seus respectivos integrantes, e insistiu na prioridade atribuída ao combate às queimadas e ao desmatamento ilegal. Solicitou especial atenção dos membros do Conselho para a pronta avaliação e consequente adoção das ações imediatas propostas pela Secretaria Executiva. Da mesma forma, indicou que os esforços contra a pandemia da COVID-19 não podem impedir o desenvolvimento das atividades do governo na região amazônica, que devem avançar em paralelo.

Assinam:

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto

Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro

Ministro da Defesa, Fernando Azevedo

Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo

Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina

Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque

Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes

Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

**Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República,
Flávio Viana Rocha**

Ministério da Economia, Carlos da Costa

Ministério da Saúde, Robson Silva

Ministério do Desenvolvimento Regional, Claudio Seefelder

Secretaria Geral da Presidência da República, Antônio Futuro

Secretaria de Governo da Presidência da República, Yuri Ribeiro

Gabinete de Segurança Institucional, Douglas Bassoli



REGISTRO DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos em **Brasília**, no Palácio Itamaraty, no dia **quinze de julho de 2020**, os integrantes do **Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)**, listados ao final deste documento, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, deram início aos trabalhos da segunda reunião ordinária do Conselho, com base nos princípios orientadores de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Em suas palavras de abertura, o senhor VPR destacou a pressão sofrida pelo governo em torno do tema ambiental, potencializada pela crise da pandemia do COVID-19. Realçou a importância do trabalho desenvolvido pelo Ministro da Economia e sua equipe no fortalecimento da capacidade de recuperação do País, que pouco a pouco se via refletido nos indicadores econômicos. Passou, em seguida, à apresentação visual dos trabalhos desenvolvidos pelo CNAL no último trimestre, consolidados pela comissão integradora, com destaque para as ações que foram implementadas em termos de comando e controle na repressão dos ilícitos ambientais na região amazônica.

Com relação às atividades das demais comissões, o senhor VPR apontou para o diagnóstico feito por cada uma delas do "estado atual" dos problemas enfrentados, ao passo em que sinalizou o "estado desejado" em termos de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável. Cada comissão identificou, igualmente, as necessidades estruturantes que caberia atender, a fim de se lograr o "estado desejado" da realidade. A partir desse mapeamento, foi possível apontar os temas convergentes que permitem a priorização nas áreas comuns de financiamento, presença do Estado, segurança jurídica, monitoramento e apoio à decisão e ordenamento territorial.

Em base a esse panorama, o senhor VPR elencou as iniciativas estratégicas prioritárias que deverão nortear as atividades do CNAL no próximo trimestre:

a) Efetividade no combate ao desmatamento/queimadas, cuja meta seria a redução aos níveis 2016-2019. Neste ponto, o senhor VPR enfatizou a importância das operações interagências, especialmente no âmbito da operação Verde Brasil 2, que deverá se estender até o final de 2020. Da mesma forma, foi apresentado o planejamento estratégico das ações de garantia da lei e da ordem, que prevê atividades até o término do atual mandato presidencial, como principal resposta às críticas da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

b) Fortalecimento dos Órgãos de Combate aos Ilícitos Ambientais. Foi indicado entendimento com o Ministério da Economia para avaliação dos recursos necessários para recuperação das agências do MMA (IBAMA e ICMBio, em particular). Da parte do MJSP, figurou o projeto de estruturação da Força Nacional Ambiental, além de reforço das capacidades da FUNAI. Nesse ponto, foi mencionada a necessidade de elaboração de estudo para implantação de bases operacionais para as forças de segurança que atuam no território amazônico.

c) Utilização do Fundo Amazônia (FA) e novas fontes de financiamento. Nesse quesito, o Ministério da Economia também foi chamado a apresentar soluções de maneira a permitir a utilização dos recursos do FA e outras fontes, tendo em vista seu caráter de doações, para além dos limites impostos pelo "teto de gastos". Foi pedida também a atenção dos Ministros aos projetos atualmente contratados e que ainda não completaram seu ciclo de desembolso financeiro (R\$260 milhões pendentes).

d) Ordenamento Territorial. Foram valorizados os esforços empreendidos pelo MAPA nesse tema e também solicitado empenho aos Ministros para buscar o avanço na regularização e destinação de terras, com base no aperfeiçoamento do marco regulatório (PL 2366, entre outros).

e) Monitoramento a Ilícitos Ambientais e Apoio à Decisão. Com respeito a esse item, o senhor VPR insistiu na necessidade de integrar os sistemas existentes e de compartilhamento da informação entre os diferentes órgãos, com vistas à garantia de disseminação de dados uniformes e seguros pelo Governo federal. Da mesma maneira, essa precisão nos dados difundidos permitirá maior eficiência operacional nas ações de comando e controle. Foi também realçado o esforço do governo em aumentar a capacidade de monitoramento por meio de novas ferramentas tecnológicas, inclusive satélites.

f) Implantação de ambientes de inovação e de estímulo à Bioeconomia. Além das questões tecnológica e econômica, neste ponto será preciso assegurar a infraestrutura que permita a necessária inserção da produção amazônica nas cadeias de produção nacional e internacionais. O ambiente de negócios seguro e desburocratizado constitui outra meta importante a ser alcançada, mediante a criação/adequação do marco regulatório correspondente e estímulo ao empreendedorismo local.

Concluída a apresentação, acordou-se que seria encaminhada aos respectivos gabinetes dos integrantes do Conselho.

O senhor VPR passou, então, a palavra ao Ministro Chefe da Casa Civil que apenas parabenizou as comissões do CNAL pelo trabalho realizado.

O Ministro das Relações Exteriores destacou, a seguir, a vocação internacional do CNAL como instrumento de projeção da imagem ambiental do Brasil no cenário mundial.

Na sequência, o Ministro da Economia reafirmou o empenho de sua Pasta na obtenção dos recursos necessários para atender as atividades previstas no planejamento estratégico do CNAL.

Por sua vez, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, reconheceu a liderança do senhor VPR na gestão que o Conselho emprestava ao tema ambiental e destacou a importância do binômio desenvolvimento sustentável e preservação. Mencionou, ainda, a recente operação "Arquimedes" do DPF que lograra resultados relevantes no combate aos crimes transnacionais na região amazônica.

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destacou, inicialmente, a regularização fundiária como a base para todas as ações do governo na Amazônia. O ordenamento territorial permitiria benefícios para uma atuação conjunta de todos os órgãos federais que atuam naquela região. No tocante à Bioeconomia, julgou que a coordenação exercida pelo CNAL poderia garantir maior eficácia no papel do Estado como indutor desse campo.

O Ministro da Infraestrutura reforçou o compromisso de sua Pasta com o desenvolvimento e conservação da Amazônia e informou do início da atividade de dragagem do rio Madeira.

O Ministro das Comunicações levantou a questão da infraestrutura de fibra ótica, em fase de implantação, e pediu apoio dos demais ministros na divulgação de pautas relevantes que possam realçar as políticas públicas na região amazônica. Salientou, também, a importância da unidade de comunicação, que consistiria no alinhamento e centralização das informações, de maneira a evitar dispersão de esforços e exploração negativa pela imprensa. Sugeriu, nesse sentido, a realização de reuniões periódicas ("quinzenais") entre os responsáveis pela comunicação social dos diversos órgãos integrantes do CNAL.

O Ministro das Minas e Energia, por seu turno, apresentou duas ações de sua Pasta previstas para terem início no segundo semestre de 2020: a conclusão do programa "Mais Luz para a Amazônia", que prevê o atendimento de 72 mil domicílios amazônicos com energia renovável; e o investimento de R\$1,2 bilhões na linha de transmissão elétrica entre Manaus e Boa Vista.

Em seus comentários, o Ministro do Meio Ambiente recordou que o CNAL assegura a transversalidade dos temas ambientais no âmbito do Governo federal. A seguir, destacou os cinco eixos que compõem a política ambiental do governo: (1) ações de comando e controle; (2) pagamento de serviços ambientais (programa Floresta+, que permite a captação de recursos para essa finalidade); (3) zoneamento econômico-ecológico; (4) regularização fundiária (em parceria com o MAPA); e (5) Bioeconomia. Comentou da relevância da recente ratificação pelo Brasil do Protocolo de Nagoya e do programa "Adote 1 Parque", que oferece oportunidade às empresas privadas de patrocinarem a preservação de "Unidades de Conservação" federais (132 UCs que totalizam cerca de 15% do Bioma amazônico).

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) mencionou a variedade de projetos da Pasta na região amazônica, dentre os quais destacou as atividades de pesquisa e monitoramento. Pontuou, ainda, que o trabalho do CNAL potencializa essas ações

levadas a cabo pelo MCTI na medida em que outros órgãos da administração federal tomam conhecimento e, eventualmente, se envolvem nas atividades. Realçou, também, a contribuição dos institutos de pesquisa situados na região: INPA, Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Mamirauá. No campo do monitoramento, informou que o INPE colocou em operação, desde fevereiro, o sistema DETER "intenso" que permite maior rapidez na detecção e, por conseguinte, na reação no combate a incêndios. Por último, afirmou que o lançamento do satélite Amazônia (de produção nacional) previsto para os próximos meses aumentará ainda mais a capacidade das agências de observação e monitoramento.

Em sua intervenção, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República reforçou a necessidade de ampla divulgação e transparência nas ações do CNAL, como ferramenta para contrarrestar a narrativa presente na opinião pública de inação do governo na área ambiental. Enfatizou que o êxito das operações de garantia da lei e da ordem na Amazônia dependem primordialmente de mobilidade, terrestre e aérea, que garante velocidade de resposta no combate às ilegalidades. Sendo assim, seria de fundamental importância assegurar os meios logísticos efetivos para obter essa capacidade de atuação.

Por seu turno, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), destacou o engajamento do senhor VPR no diálogo e articulação com as lideranças estaduais. Lembrou, também, da necessidade de atualização do marco legal para o prosseguimento das atividades de regularização.

O representante do Ministério da Defesa afirmou que as Forças Armadas estão empenhadas no sucesso da Operação Verde Brasil 2, em coordenação com as demais agências envolvidas.

O Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) colocou-se à disposição para apoiar na finalização do plano estratégico do CNAL e destacou o ambiente positivo de cooperação, criado pelo Conselho.

Os representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV) apenas parabenizaram os integrantes do CNAL pelos resultados alcançados até o momento.

Ao término da reunião, o Presidente do CNAL lembrou que a região amazônica corresponde a 60% do território nacional. Por outro lado, seu PIB equivale a apenas 2,5% do produzido pelo estado de Santa Catarina. Ressaltou que o discurso do governo deve sempre destacar que os conceitos de "desenvolvimento" e "preservação" não são excludentes. Por fim, deu conhecimento aos participantes da reunião de que o decreto do CNAL será modificado, a fim de acomodar a mudança na composição do gabinete ministerial, com a recriação do Ministério das Comunicações, e a realocação da Comissão Nacional da OTCA como comissão permanente do CNAL.

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto

Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça

Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo

Ministro da Economia, Paulo Guedes

Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina

Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque

Ministro das Comunicações, Fábio Faria

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes

Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Antonio

Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Flávio Viana Rocha

Ministério da Defesa, Brigadeiro Raul Botelho

Ministério do Desenvolvimento Regional, Cláudio Seefelder

Secretaria de Governo da Presidência da República, Yuri Ribeiro



REGISTRO DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos em **Brasília**, no Palácio Itamaraty, no dia **três de novembro de 2020**, os integrantes do **Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)**, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, deram início aos trabalhos da terceira reunião ordinária do Conselho, com base nos princípios orientadores de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Na abertura da reunião, o senhor VPR destacou a importância do Planejamento Estratégico, que seria apresentado aos integrantes do CNAL, em termos de compromisso com o fortalecimento das ações governamentais na região. Mais ainda, a adoção do documento, após eventuais retificações, concretiza passo decisivo para uma efetiva política de Estado para a Amazônia, articulada em torno dos objetivos de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da região. O senhor VPR anunciou também a manutenção das medidas de Garantia da Lei e da Ordem até abril de 2021, bem como os objetivos alcançados até o momento pela Operação Verde Brasil 2. A seguir, elencou as seguintes prioridades definidas pelo colegiado:

- Fortalecer os órgãos de fiscalização ambiental;
- Aprimorar os sistemas de monitoramento de ilícitos ambientais e apoio à decisão;
- Ordenar a ocupação do território com regularização fundiária e ambiental;
- Avançar com o zoneamento econômico-ecológico;
- Estimular atividades no campo da bioeconomia;
- Acessar novas fontes de financiamento nacional e internacional, público e privado; e
- Informar a sociedade brasileira sobre a realidade amazônica e os resultados obtidos em nossos esforços.

Por fim, apontou para a centralidade da agenda amazônica nas políticas ambiental, econômica e social do Governo Bolsonaro.

O senhor VPR passou, então, a palavra ao Ministro-Chefe da Casa Civil que assinalou a importância do papel de governança exercido pelo órgão, no que se refere à implementação de políticas públicas que podem auxiliar ao propósito do CNAL.

O Senhor VPR franqueou a palavra ao Ministro da Justiça, que apontou a prioridade conferida pelo Ministério ao combate a ilícitos na Região Amazônica, mais especificamente os crimes de natureza ambiental e fundiária. Discorreu, igualmente, sobre a necessidade de reforçar a estrutura do Departamento de Polícia Federal e

demais órgão de fiscalização que atuam na Amazônia, especialmente nas faixas de fronteira.

A palavra foi concedida ao Ministro das Relações Exteriores, que lamentou o tom acusatório das críticas direcionadas ao Brasil em torno da questão ambiental. Não obstante, afirmou a disposição brasileira para dialogar sobre o tema, ao referir-se à reunião mantida com os embaixadores do Grupo de Amsterdã, realizada em 23 de outubro. Frisou a importância de trabalhar com os países parceiros do Brasil, adotando enfoque integral promovido pelo CNAL, com base sempre na realidade brasileira. O Ministro das Relações Exteriores defendeu que desenvolvimento sustentável e soberania precisam caminhar juntos e que entidades supranacionais devem ser um espaço de debates em busca de soluções nacionais e não para ditar regras.

O Ministro da Economia, em sua intervenção, advogou a mudança do modelo de desenvolvimento na Amazônia, com a implementação da economia “verde”, de baixo carbono, aliada à economia digital, que serviria como parâmetro para a ocupação e integração da região em novas bases. Citou, ainda, a importância da facilitação do crédito e utilização das riquezas existentes na Amazônia em novos projetos de desenvolvimento.

O Senhor VPR cedeu a palavra à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que sublinhou a importância do encaminhamento de ações no âmbito do CNAL, assim como a definição de estratégias e identificação de oportunidades relacionadas à Amazônia. Ao abordar a situação fundiária na região, a titular do MAPA assinalou a necessidade de realização de levantamento que permita estabelecer prioridades para o trabalho do MAPA em coordenação com os demais ministérios. Mencionou, na mesma linha, ser fundamental a adoção de políticas mais modernas para o desenvolvimento da Amazônia, além de ter elogiado a iniciativa de levar Chefes de missões diplomáticas à região.

O Senhor VPR acrescentou que melhores resultados em preservação da vegetação nativa serão obtidos na medida em que avance a regularização fundiária, com a titulação das propriedades, o que facilitará a fiscalização e aplicação de sanções.

O Ministro das Minas e Energia, por seu turno, mencionou o início das obras do linhão de Tucuruí, obra fundamental para a integração energética da região, que permitirá a redução da geração de energia por meio de termoelétricas. O titular da pasta manifestou, ainda, preocupação com a falta de pessoal das agências de fiscalização, já que a prática de ilícitos prejudica as ações do órgão na região.

Coube ao Ministro das Comunicações a intervenção seguinte. Ao ponderar que a região Norte é a mais carente do Brasil no tocante a comunicações, o Ministro informou que o programa “Norte Conectado” atenderá cerca de dez milhões de pessoas, com a instalação de mais de nove mil quilômetros de cabos de fibra ótica. O Ministro enfatizou a importância de que a conectividade seja ampliada também para as zonas de fronteira.

O Senhor VPR concedeu a palavra ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação que salientou a importância do monitoramento para o avanço de políticas para a Região Amazônica, com base na análise de números e estatísticas. De modo análogo, comentou sobre a necessidade de ampliar a pesquisa de maneira a permitir maior conhecimento sobre a região. A título de exemplo, registrou que a bioeconomia na Amazônia, atualmente, abrange apenas 5% da biodiversidade da região. Nesse contexto, o Ministro discorreu sobre algumas das iniciativas da Pasta:

- Implementação de “laboratórios de campanha”;
- Desenvolvimento de novos medicamentos (antibióticos);
- Estímulo às cadeias de produção locais (apoio científico); e
- Estudo para avançar tecnologias de regeneração da floresta.

O Ministro afirmou que existe a necessidade de mais profissionais na área de ciência e tecnologia. Defendeu, ainda, a criação de novos centros e polos tecnológicos na região, em que pese o contexto de contenção de despesas.

O Ministro do Meio Ambiente fez uso da palavra em seguida. Registrou que o Senhor PR recriou a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (CONAREDD), que permitirá avanços no controle do desmatamento. Ao comentar sobre o contexto em que se insere a Amazônia, apontou a existência de paradoxo da região mais rica do Brasil em recursos naturais, com os piores índices de desenvolvimento humano (IDH), o que colocaria em evidência a necessidade de criar oportunidades para o desenvolvimento e o empreendedorismo, com recursos para a preservação.

Nesse sentido, o titular do MMA discorreu sobre o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento Ilegal, que apresenta os seguintes eixos:

- Regularização Fundiária, que trará maior segurança jurídica ao permitir a identificação dos personagens que detém a posse da terra;
- Pagamento por Serviços Ambientais (Programa Floresta+), tema que foi um dos principais obstáculos da última Conferência das Partes, realizada em Madrid, mais especificamente a precificação do mercado de carbono;
- Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, que tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental, com regulamentação de parâmetros para a exploração; e
- Bioeconomia.

O Senhor VPR ressaltou a necessidade de entendimento internacional nos aspectos relacionados ao meio ambiente, a exemplo do mercado de créditos de carbono.

O Ministro do Desenvolvimento Regional observou que a Pasta detém diversos programas para a Região Amazônica, que já foram apresentados ao CNAL. Entre os problemas que via como mais prementes, registrou:

- O Estado do Pará, como o mais antropizado da região, necessita de rotas de integração.
- Distorções entre população e PIB, com um quadro de desigualdade sistêmica.
- Necessidade de geração de emprego, renda e oportunidades;
- Baixa qualidade de projetos com sustentabilidade e capacidade de atração de recursos (sugere uso de fundos regionais para alavancagem), tendo sugerido estimular atividades no campo da bioeconomia.
- Acesso a novas fontes de financiamento nacional e internacional, público e privado.

- Necessidade de informar a sociedade brasileira sobre a realidade amazônica e os resultados obtidos por meio dos projetos federais.

O Senhor VPR franqueou a palavra ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Ao analisar a situação do desmatamento ilegal na Amazônia, o titular do GSI asseverou existir um quadro que estimula a prática de delitos na região (“crime bem recompensado”), o que implica a necessidade de monitoramento e fiscalização e segurança mais efetivas. Fez apelo à sensibilização da classe política e criticou a sucessão de gestões ineficientes em relação à Amazônia. Observou, por fim, que há prevalência de altos custos e preços na região.

Em sua intervenção, o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo mencionou que existem noventa projetos de lei em trâmite no Congresso que dizem respeito à Amazônia, a exemplo do PL nº 2633, sobre regularização fundiária.

Em seguida, o representante do Ministro da Defesa realizou apresentação sobre a Operação Verde Brasil 2.

A reunião concluiu com apresentação do Chefe da Assessoria de Temas Institucionais da VPR na qual procurou sistematizar os objetivos imediatos nos quais o CNAL vinha trabalhando. A apresentação incluiu ainda o primeiro modelo de plano estratégico, que foi entregue aos Ministros e seus representantes para avaliação e subsequente assinatura de contratos de objetivos em suas respectivas áreas de atuação.

Assinam:

**Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal,
Antonio Hamilton Martins Mourão**

Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto

Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça

Ministério da Defesa, Brigadeiro Raul Botelho

Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo

Ministro da Economia, Paulo Guedes

Ministério da Infraestrutura, Mateus Salomé

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina

Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque

Ministro das Comunicações, Fábio Faria

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes

Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho

Secretaria-Geral da Presidência da República, Bruno César Grossi

Ministro Chefe Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Flávio Viana Rocha



REGISTRO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos em **Brasília**, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - **Censipam**, no dia **10 de fevereiro de 2021**, os integrantes do **Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL**, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República - VPR, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária do Conselho, com base nos princípios orientadores de preservação, proteção e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O senhor VPR procedeu à abertura da reunião, fazendo referência que a data de 10 de fevereiro de 2021 coincide com a véspera do Conselho completar um ano no atual formato. Muito trabalho foi realizado no ano passado, sempre buscando atuar de forma integrada, coordenada e com espírito de cooperação, que é considerado fundamental para que as ações do Conselho possam ser levadas a bom termo. Neste sentido o VPR agradeceu o trabalho que tem sido realizado por todos e apresentou o seguinte sumário para a reunião:

- Abertura 4ª Reunião do CNAL;
- Ações Estratégicas Prioritárias;
- Plano Amazônia 2021/2022;
- Apresentação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e
- Considerações Finais.

Chamou a atenção de todos para a conjuntura internacional e porque precisamos agir em relação a Amazônia. Todos aqui têm a consciência muito clara que o tema sustentabilidade virou alvo da linha de frente do Século XXI; aumentou de intensidade com a questão de grandes empresas e fundos de investimentos, adotando ações na área ambiental, social e de governança, naquilo que ficou conhecido pelo seu acrônimo ISIG. Nós aqui no Brasil, que detemos hoje a maior área de floresta tropical do mundo, que em tempos passados não era a maior, hoje a grande área de floresta tropical é a Amazônia, que se estende por outros países, porém 60% dela está dentro do território brasileiro. E todos olham para o Brasil, com uma posição de

buscar se opor a forma como trabalhamos aqui no nosso país. Aí uma questão política que vem sendo muito bem rebatida pelo nosso Ministério das Relações Exteriores - MRE, e a gente não pode se calar, em nenhum momento, a esse respeito. Temos que ter este discurso comum. Existe também um preconceito, que se aproveita para barreiras não tarifárias em relação a nossa agricultura, porque, realmente, um país que tem a extensão de terras que temos, sol, água, com tecnologia e gente capacitada, e detém uma enorme produção agrícola, que hoje alimenta 1/7 da população da terra. É muita gente. Mas isso suscita a cobiça, a inveja ou a contraposição a essa nossa pujança.

E obviamente existe aquilo que chamo de bolsões sinceros, porém radicais, que são os ambientalistas, que acreditam firmemente que o mundo vai acabar agora. É óbvio que temos a consciência plena de que temos que preservar nosso planeta, de modo que as próximas gerações possam fazer uso dos bens aqui existentes, mas não é na forma como vem sendo colocada muitas vezes.

Essas pressões partiram principalmente da Europa Ocidental, contudo agora temos um novo ator no jogo. Com a mudança de governo nos EUA e com as palavras, ações e ideias que foram colocadas durante a campanha eleitoral pelo Presidente Joe Biden e sua equipe, nós temos que estar a tentos para o que poderá vir, em termos de pressões, do nosso vizinho do norte.

E por isso temos que nos preparar para que não seja mais um flanco exposto contra o nosso governo e em particular contra o nosso Presidente Jair Bolsonaro. E a nossa grande tarefa aqui é mostrar ao mundo, o que estamos fazendo, o nosso compromisso com a preservação, a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, conseqüentemente dizer que está bem..., querem nos ajudar..., certo, mas a soberania é nossa e a forma como essa ajuda vai chegar aqui será definida única e exclusivamente por nós, representantes eleitos pelo povo brasileiro, para conduzir os destinos da nação nesse período.

Temos procurado abrir diálogo com esse novo governo. O Ministro Ernesto e o Ministro Ricardo Salles já se encontraram com o Embaixador dos EUA, e também o fiz. Acompanhei as primeiras palavras do Representante Especial do Clima dos EUA nomeado pelo Presidente Biden, John Kerry. E o que eu vi no discurso foi transição energética, que é o grande problema dos países industrializados, não é o nosso problema. A matriz energética deles é extremamente poluidora e eles têm que mudar essa matriz. Estão mais focados nisso aí.

Temos que lembrar também que a França continua a fazer suas pressões. Temos eleições na Alemanha. Pode haver uma troca significativa no governo e, conseqüentemente, outras pressões.

A questão do acordo de Paris, que é transversal a todas as áreas, e que nós temos nacionalmente definida, muito bem clara, até 2025 reduzir nossas emissões em relação a 2005 em 37%, até 2030 em 45%. Em relação à Amazônia, em 2030, não haverá mais desmatamento ilegal. Essas são as nossas contribuições.

Por outro lado temos que, outra grande potência, a China, se apresenta como uma negociadora na área ambiental, com os discursos do Presidente Xi Jinping, que tem levado por este viés, apesar de sabermos muito bem o grau de poluição, o grau de emissão de gás de efeito estufa que sai daquele país.

Lembrar então o que se espera do Brasil? Uma redução imediata dos desmatamentos e das queimadas, que mostremos empenho e efetividade nas ações ambientais, o cumprimento das metas que colocamos no Acordo de Paris, termos um discurso homogêneo e sempre de acordo com as orientações do nosso Presidente.

Desde o ano passado, em maio, lançamos a Operação Verde Brasil 2, capitaneada pelo Ministério da Defesa. Fiz uma análise dos dados do DETER, entre 1º de junho (a operação começou na metade de maio) e 31 de janeiro. Em termos de queimada o nosso desempenho não foi bom. Para que tenham uma ideia, entre junho de 19 e janeiro de 20 ocorreram 81.869 focos de queimadas no Brasil. Entre junho de 20 (já estávamos operando) e janeiro de 21, foram 98.000 focos de queimada. Houve um aumento de 17%. Nessa área temos que intensificar as ações.

Por outro lado, na questão do desmatamento, tivemos um resultado extremamente positivo. No período junho de 19 a janeiro de 20 foram 7.948 Km² desmatados. A partir da operação, junho de 20 a janeiro de 21 foram 6.474 Km². Uma redução de 19 %, plenamente amparado nos dados do INPE, que recebo semanalmente.

Nesta situação, temos ainda o enfrentamento da pandemia. A chegada das vacinas, pouco a pouco, vai minorar esse risco. E acho que todos aqui têm a consciência plena que o "Partido da Suprema Imprensa" tem feito um trabalho péssimo na divulgação do que acontece no mundo em relação à vacina. Está todo mundo se esfaqueando por vacina e ele continua a repetir aquela história que estamos atrasados. Pelo contrário, já ultrapassamos todos os países da Europa Ocidental. Só estão na nossa frente hoje os EUA, que tem vacina lá dentro, e vamos lembrar que no dia 8 dezembro o Presidente Trump assinou um decreto dizendo que as vacinas lá produzidas são para os americanos.

A União Europeia está se esfaqueando com a AstraZeneca e a Pfizer por causa da vacina, a África está jogada aos leões e existe uma geopolítica da vacina por aqueles que são donos dos insumos, a China e a Índia fazendo suas geopolíticas.

E aí o papel do MRE, que vem fazendo este meio do campo no sentido de

recebermos os insumos necessários. Hoje estamos atingindo 4 milhões de pessoas vacinadas. Estamos vacinando quase 300.000 pessoas por dia e ninguém quer divulgar isso ou quando divulga é nota de rodapé.

Essa situação toda também nos pressiona em relação aos problemas da Amazônia, onde a pandemia teve um impacto muito maior, principalmente com a questão da 2ª onda em Manaus, o aparecimento de uma nova cepa, e todos nós que conhecemos a Amazônia sabemos que o sistema de saúde lá existente já é colapsado naturalmente. O Governo, por meio do Ministério da Saúde, agiu de forma pronta, mas realmente é uma situação extremamente complicada. Todos esses fatores convergem para essa pressão que é colocada em cima do país, particularmente em cima do nosso Governo, muitas vezes utilizando dados que não são dados reais do problema.

Lembrando nossas Ações Estratégicas Prioritárias, nós, ao longo dos meses de novembro e dezembro, realizamos reuniões de convergência de objetivos para a conclusão do planejamento estratégico. Quero agradecer a todos os ministérios que enviaram representantes; foi um trabalho extremamente profícuo e eficaz. Na 1ª semana trabalhamos na efetividade no combate aos ilícitos ambientais e fundiários; na 2ª semana no fortalecimento dos órgãos no combate aos ilícitos ambientais e fundiários; na 3ª semana nas fontes de financiamento e depois no ordenamento territorial e no monitoramento; e, finalmente, no estímulo e inovação ao financiamento à bioeconomia. Isso produziu um documento com mais de 300 ações que os ministérios estão realizando.

Vamos fechar esse planejamento para que o CNAL tenha plena condições de executar aquilo para o qual ele foi constituído: coordenar e integrar. Nos próximos passos vamos revisar essas ações, para o final do mês de fevereiro. E na primeira semana de março iremos realizar uma 2ª reunião de convergência com os ministérios e órgãos, diminuindo as esferas dos trabalhos.

Posteriormente, com o apoio do BNDES, haverá uma metrificacão de indicadores, que é aquilo que nos cobram o tempo todo.

E, finalmente, no início de maio, na 5ª reunião, vamos apresentar os cadernos com as diferentes ações dos ministérios, e teremos cumprido a tarefa do planejamento estratégico, algo que pertence ao Estado Brasileiro, independente do Governo de turno.

Vamos passar o Plano Amazônia de uma forma bem rápida porque os ministérios interessados já tomaram conhecimento, apresentaram suas considerações, mas é importantíssimo que todos os integrantes do Conselho tenham o conhecimento do que vem a ser esse Plano. Passo a palavra ao Coronel Fontoura para apresentar o Plano Amazônia 2021/2022.

O Coronel Fontoura realiza a apresentação do Plano Amazônia 2021/2022. Foram 8 meses da Operação Verde Brasil 2 e encerramento previsto para o dia 30 de abril de 2021 (Decreto 10.579/2020), dados considerados para a elaboração do Plano.

Um segundo aspecto considerado é que estamos respondendo às duas primeiras Ações Estratégicas Prioritárias, elencadas pelo Vice-Presidente. O Plano foi elaborado pela equipe da Vice-Presidência, trabalho bastante intenso, com o apoio dos ministérios e de todos os órgãos envolvidos.

Este documento tem uma parte principal em que elenca recomendações e diretrizes aos Ministérios e aos Órgãos, a partir do encerramento da Operação Verde Brasil 2.

O Plano Amazônia foi baseado em 4 (quatro) premissas basicamente: *i)* substituir as ações da Operação Verde Brasil 2; *ii)* estabelecer áreas prioritárias para facilitar a atuação integrada dos órgãos, considerando a escassez de meios humanos, materiais e financeiros, bem como o princípio da economicidade; *iii)* aumentar a efetividade da fiscalização e do combate aos ilícitos ambientais e fundiários, com o fortalecimento dos órgãos (todos os órgãos de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários continuarão a conduzir suas missões institucionais em todo o território nacional); *iv)* reduzir os ilícitos ambientais e fundiários, particularmente as queimadas e o desmatamento aos níveis da média histórica do PRODES (2016/2020), assegurando o engajamento federal nas ações de proteção, preservação e desenvolvimento sustentável.

Os eixos de atuação serão na: priorização de áreas; contenção de ilícitos; fortalecimento dos órgãos de fiscalização/combate; e desenvolvimento sustentável.

Os participantes do Plano em um primeiro momento: MMA (Ibama e ICMBio); Ministério da Justiça e Segurança Pública (Funai, DPF, PRF e COA/FNSP); MD (Forças Singulares, Censipam/GIPAM); GSI, MCTI; Casa Civil; SEGOV; Ministério de Minas e Energia (ANM); Ministério da Economia, Ministério das Comunicações.

O Vice-Presidente destacou que a palavra chave é **cooperação**. Não há primazia, não há comandamento, pois todos estão dentro do mesmo nível. O Conselho não tem uma função executiva; lembrou que o Poder Executivo é exercido pelo Presidente e seus Ministros, que está previsto na nossa Constituição. Quando temos vários ministérios operando em prol de um objetivo comum temos que fazer esse trabalho de cooperação. Daí a necessidade do Grupo Gestor, para que as diferentes agências conversem entre si e definam suas necessidades para aquele momento. Cada uma tem sua tarefa específica, sua zona de ação muito bem caracterizada, mas em determinados momentos, todos sabem que é necessário a cooperação de outras entidades.

Encerrando a apresentação do Coronel Fontoura apresentou um resumo das ações específicas na linha do tempo com suas respectivas datas e períodos.

O Vice-Presidente recordou: esse é o planejamento. Obviamente as Forças Armadas, que são a *ultima ratio regis*, o último argumento, permanecem em condições de serem empregadas, caso seja necessário. Mas tenho plena confiança no trabalho integrado de nossas agências, atuando nos municípios prioritários, que sabemos é onde ocorre com maior ênfase os crimes ambientais e, conseqüentemente, teremos condições de dar uma resposta mais efetiva.

Passo a palavra agora a nossa Ministra Damares, para que ela apresente o Programa Abrace Marajó.

A Ministra Damares Alves cumprimentou a todos e iniciou a apresentação do Programa Abrace Marajó. Agradeceu ao Vice-Presidente pela oportunidade de convidar os demais membros do Conselho a mergulharem consigo por alguns minutos no Marajó.

Alguns vão ouvir o que já falei no início deste ano Presidente. O que fiz? Bati de porta em porta; fui aos gabinetes dos Ministros e alguns que ainda vou, e em algumas instituições também, prestar conta do que estamos fazendo no Programa Abrace Marajó. Mas entendo que neste Conselho tenho que estar prestando contas o tempo todo. Começo falando do Marajó, por onde passo mostrando as fotos.

E por que o Abrace Marajó? Por que esse Programa e por que Marajó? O nosso Ministério é todo constituído em uma pauta internacional e sou eu que participo da maioria dos foros internacionais de discussão de violação de direitos humanos.

Lá ia a Damares falar sobre mulheres na ONU e no meio da discussão das mulheres lá estava a Amazônia. Lá ia a Damares para Andorra no foro internacional sobre pessoas com deficiência e no meio da discussão estava a Amazônia. A Amazônia estava em todas as discussões internacionais e os senhores sabem disso.

E precisávamos dar uma resposta também no quesito violação de direitos humanos lá fora, e com foco na Amazônia. E aí nasce o Programa Abrace Marajó. Ele nasce no início, com certeza, para fazermos o enfrentamento das violações de direitos humanos. E elas são muitas. São muitas.

Eu não sei se os senhores sabem quantas crianças são enterradas vivas no Brasil por ano. Isso é violação de direitos humanos. Eu não sei se os senhores sabem quantos estupros coletivos acontecem em comunidades tradicionais no Brasil por ano. E a gente vai ter que tirar o romantismo de alguns povos dessa nação porque nós temos violações de direitos humanos.

E aí a gente vai para a Ilha de Marajó e mostro muito essa foto, especialmente nos foros internacionais dos direitos humanos das mulheres. Como é que vou tratar

de igualdade de gênero em uma situação dessa. Como as bandeiras que são exigidas, dos temas que são exigidos do nosso Ministério podem ser aplicados naquela região.

A violência contra a mulher. Eu vou fazer o enfrentamento da violência contra a mulher no Marajó, sendo que ali a maior violência contra mulher é o incesto. E aqui é bom a gente lembrar que o incesto não é crime no Brasil, ele é liberado no Brasil. O que é crime no Brasil é pedofilia. Se um pai ficar com uma filha, uma criança, aí sim é crime. Mas se ele ficar com a filha acima de 18 anos no Brasil, não é crime.

É o que temos naquela Região do Marajó. Mulheres sendo esposas de seus próprios pais. E não há violência maior contra uma mulher de deitar-se com seu próprio pai. Mas como eu vou fazer o enfrentamento a incesto no Marajó se o pai, o provedor, está com ela porque é o único provedor da casa naquela região? Soa como hipocrisia. Fazer o enfrentamento de algumas violações de direitos no Marajó sem a gente levar em consideração o desenvolvimento regional. Com base no enfrentamento das violações nós trabalhamos, apresentamos para o Brasil um plano de desenvolvimento territorial e é de verdade isso.

O que é o Programa Abrace Marajó? É resgatar um território historicamente esquecido e abandonado. É isso que é o Programa Abrace Marajó. E aqui quero lembrar aos senhores que esse Programa não é do meu Ministério. Ele é o Programa do Governo Federal e que tive a graça, a honra e a oportunidade de estar na coordenação graças a Casa Civil, que deixou no nosso Ministério a coordenação e espero que deixe mais um pouquinho, e depois a gente vai ver para onde vai, se vai para o Desenvolvimento Regional, se vai para outro ministério. Mas, por enquanto, gostaria de continuar na coordenação pelo menos mais alguns meses. Por quê? Os resultados começaram a aparecer e eu quero já fazer o antes e o depois.

Uma das violações dos direitos humanos que nós tivemos que enfrentar no Marajó foi a corrupção. Senhores, os 16 (dezesesseis) municípios do Marajó estavam a 27 (vinte e sete) anos no CALC. Como desenvolver uma região se o município não pode receber transferência de recursos?

Entendem o tamanho do nosso desafio. E aí que vem a CGU com o Ministério no nosso comitê gestor, lembrando que o Programa Abrace Marajó tem um comitê gestor com 16 (dezesesseis) ministérios, mais a CGU. Agora serão 17 (dezesete), por causa da Comunicações, que é um ministério.

E o nosso comitê gestor é muito ativo, trabalha muito, mas nós trazemos como novidade na gestão, outros atores dos municípios, os prefeitos, as associações dos municípios. Trazemos também o Estado e a iniciativa privada. E aí gente, isso é o Abrace Marajó. Um programa de desenvolvimento regional, com base no enfrentamento a violações dos direitos humanos.

Vou pedir aos senhores mais alguns minutos; escutem o Dr. Henrique. Ele trabalha no Ministério e aqui Presidente, quero explicar o porquê do nosso poder de requisição, nós saímos catando os melhores dos ministérios para podermos fazer a coordenação deste Programa. E vou precisar que ele gaste alguns minutos para explicar nosso plano de ação.

Nosso plano de ação já está com 110 (cento e dez) ações, aqui impressa, mas já passamos de 110 ações. E esse plano de ação já está orçado em 4 bilhões de reais. Vamos explicar como foi construído o plano de ação; entregar para os senhores e no final mostrar o quanto precisamos estar o tempo todo interagindo com esse Conselho. Marajó é Amazônia e a ideia é que esse case seja o Programa Abrece Marajó. Um case de sucesso para estender a outras Regiões da Amazônia. Dr. Henrique.

Sr. Vice-Presidente, Ministros e Ministras, é uma satisfação estar aqui nesta reunião do Conselho.

Rapidamente, uma breve explanação sobre o que é o Programa Abrece Marajó. Lembrando primeiro sobre o arquipélago Marajó e nem todo mundo está familiarizado com o arquipélago. Evidentemente não é o caso do nosso Vice-Presidente pela sua atuação da Amazônia. É composto por 16 (dezesseis) municípios integralmente inseridos dentro do Estado do Pará. Uma área de 104 mil Km².

O Arquipélago do Marajó tem mais de 2.500 ilhas. Falávamos isso em um encontro nosso no Ministério do Meio Ambiente; o tamanho do Marajó, um conjunto de pequenas ilhotas. A ilha de Marajó é a maior dessas 2.500 ilhas que fazem parte do Arquipélago.

Metade desse Arquipélago é composto por esse conjunto de ilhas e a outra metade é terra firme, é continente. São cerca de 560 mil habitantes, conforme a contagem populacional do IBGE/2019, sendo que, desses, 105/106 mil estão dentro do maior município que é Breves, capital do Marajó.

A diversidade do Marajó é incrível. Existe o Marajó das florestas, existe o Marajó dos campos. É absolutamente fundamental entender a diversidade dentro de sua estratégia de desenvolvimento e com baixíssimos IDH. Dos 16 (dezesseis) municípios que fazem parte do arquipélago, 8 (oito) estão entre os 50 (cinquenta) piores do Brasil. E o pior município de IDH do Brasil está também no Arquipélago.

Por que o Marajó? E a Ministra falava de graves violações dos direitos humanos. Evidente, isso é uma prática recorrente da Amazônia. Existem graves violações dos direitos humanos na Amazônia. Mas o que acontece no Arquipélago é absolutamente incomparável. Nós partimos do mandado que cabe ao Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. E o diálogo é fundamental com o Conselho. Uma oportunidade de encaminhar uma ação de Estado na Amazônia

brasileira. Estamos efetivamente trabalhando com uma ação de Estado na Amazônia brasileira.

O Programa Abrace Marajó tem esse objetivo e está consignado no Decreto 10.260, criado em 3 março de 2020, instituído em 3 de março de 2020, publicado no dia seguinte no DOU, em evento que o Presidente da República conduziu no Palácio do Planalto. O “gol” é reduzir a violação dos direitos humanos. Como é que a gente reduz índice de violação dos direitos humanos seja em Marajó, seja em qualquer outro território, na Amazônia ou fora da Amazônia? Entregando serviços, bens e políticas públicas. Não há outra forma de fazer isso. E ativando o potencial de desenvolvimento da região. Portanto, o que estou falando é do desenvolvimento regional, como a Ministra disse na sua abertura sobre o Marajó. A Ministra também se referiu ao nosso Plano de Ação, que está distribuído na mesa dos senhores e das senhoras, e estou com outros exemplares a disposição.

Como é que a gente chega nesse Plano de Ação? Evidentemente é um trabalho enorme, 16 (dezesesseis) parceiros do Governo Federal, parceiros do Governo Estadual, parceiros dos Governos Municipais. Nós partimos de 4 (quatro) dimensões estratégicas: a econômica, a social, a ambiental e a institucional, que dialogam com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Não poderia ser diferente, fazendo qualquer tipo de referência à Amazônia, partimos para 4 (quatro) eixos de ação, desenvolvimento produtivo, infraestrutura clássica, desenvolvimento social, desenvolvimento institucional. De novo, esses 4 (quatro) eixos de ação servem para resgate de qualquer território na dinâmica regional nacional de desenvolvimento; serve para o Cariri, para o Seridó, Marajó, Alto Solimões, Alto Rio Negro, enfim, qualquer ação de desenvolvimento regional se parte desses 4 (quatro) eixos de ação.

Partimos para 23 (vinte e três) linhas de ação, que foram amplamente discutidas com um conjunto enorme de especialistas, *experts* e da sociedade em geral, e durante 3 meses houve ampla consulta. A partir dessas linhas de ação, e essa é uma grande novidade que a Ministra sempre se refere a esse Programa, nós partimos para 110 (cento e dez projetos), atividade e iniciativas concretas.

Tem no capítulo 4 desse Plano de Ação compromissos assumidos. Por exemplo, no Eixo de Desenvolvimento Institucional: modernização das estruturas municipais e o BNDES é nosso parceiro nisso. O BNDES está trabalhando na questão da modernização das prefeituras. Nas 16 (dezesesseis) prefeituras em paralelo, acabou o diagnóstico agora e vai começar a intervenção e a capacitação de gestores públicos de diversos parceiros.

Conectividade, trabalho do Ministro Fábio, e transmissão de dados. A ideia é,

por exemplo, que todos os núcleos urbanos, que os 16 (dezesesseis) municípios tenham conectividade a disposição, no mínimo 4G, até 2023, a vigência desse Plano. E é fundamental. A Ministra Damares complementou dizendo que as prefeituras irão fazer convênio com o Governo Federal. Se não tem energia elétrica, não tem conectividade. Nós encontramos às vezes, no departamento da Prefeitura, uma única pessoa que sabe ler. Como nós vamos levar desenvolvimento se não levar conectividade, energia elétrica. E o Ministro Beto esteve conosco no evento em Marajó. Estivemos no dia que declaramos Breves a capital nacional.

A Capital do Brasil. O Presidente foi com alguns Ministros e naquele dia, o Ministro Bento assinou uma ordem de serviço lá, de mais de 400 milhões de reais, iluminando duas cidades. Então, já tem um impacto tão grande com o Programa, que vou citar um indicador para os senhores. Em Breves, no ano da pandemia, de março a outubro, 27 (vinte e sete) novas empresas pediram alvará e se instalaram na cidade. Uma delas foi as Americanas. E aqui vou dar uma notícia. As Lojas Americanas em Breves, por 10 (dez) dias, foi a Loja que mais vendeu no Brasil. Era o sonho da Região ter uma Loja como a Loja Americana, por quê? Porque as pessoas tinham que pegar um barco para comprar uma televisão lá em Belém. Quatro/cinco dias de barco. As vezes a televisão chegava quebrada e agora tem as Lojas Americanas no território.

Nós temos o Programa Abrece Marajó e esta é uma indicação que desperta a esperança naquele povo. A gente ressuscita sonhos e não temos o direito de frustrar o sonho daquela população.

Só para finalizar, reiterando que essas linhas de ação, iniciativas estruturantes, se decompõem em projetos, atividades e iniciativas concretas, que estão consignadas no Plano.

A questão do eixo da questão social e aqui é fundamental o papel da FUNASA e do MDR, nesse contexto. No eixo do desenvolvimento social, por exemplo a adequação de escolas e postos de saúde. O que se chama de infraestrutura social, consignada aqui nesse neste eixo. Os projetos estão lá delineados no capítulo 4. A atenção ao bem-estar da saúde, bem-estar da mulher, família, criança, adolescente, idoso, a pessoa com deficiência, no nosso mandado, infraestrutura na educação, ensino e pesquisa, fundamental por exemplo para que nós possamos ter uma escola agrícola no território que tem uma vocação agrícola.

Eixo do desenvolvimento produtivo, que é fundamental. Regularização fundiária e ordenamento territorial. Assuntos recorrentes na Amazônia. Tem um projeto de regularização fundiária com a SPU, com o Ministério da Economia. O ordenamento territorial contando muito com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, na questão do zoneamento socioeconômico e ecológico do Marajó, que é urgente. A

questão do fortalecimento de novas cadeias produtivas e a verticalização da produção local. Portanto, apoiar novas iniciativas econômicas no território e valorizar o que já tem presente.

Para finalizar General Mourão. Primeiro, o Abrace Marajó. O Programa Abrace Marajó é uma ação de desenvolvimento regional com governança multinível. O que ouvimos aqui em relação ao Plano Amazônia 21/22 é exatamente, guardadas as devidas proporções, o que nós estamos fazendo dentro do Programa Abrace Marajó. Tem um comitê gestor com todos esses atores que a Ministra listou. E efetivamente nós imaginamos que se possa inserir o Programa na estratégia nacional de desenvolvimento da Amazônia Legal.

Segunda ideia-força. Um programa de gestão coletiva e execução descentralizada. A Ministra falou entre 3 e 4 bilhões já previsto nesse Plano de Ação. O que estamos dizendo é o seguinte: os recursos não estão no Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. Eles estão no Ministério da Ministra Tereza, no Ministério do Ministro Fábio, no Ministério do Ministro Bento etc. São os parceiros nossos no território, do Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação. São esses os parceiros que estão conosco nessa caminhada.

E por fim, a transformação que se deseja implementar no território não é trivial. Ela é complexa no território excluído, absolutamente empobrecido, fora da dinâmica regional e nacional do desenvolvimento. Não vamos transformar o território como gostaríamos em 3 (três) anos. O que vamos fazer é mudar o patamar do território em 3 (três) anos. E aí clamamos por uma solução de sustentabilidade da estratégia para o pós-2023, que é fundamental chegarmos com um Marajó onde ele deve chegar.

Por fim, acabando com essa belíssima imagem do Marajó, queria agradecer pela atenção e parceria de todos; agradecer muito aos parceiros que estão conosco nesta caminhada.

General Mourão agradeceu a Ministra Damares pelo trabalho extraordinário que vem sendo feito. Pediu uma salva de palmas para a Ministra por esse trabalho.

Vou passar a palavra agora às Senhoras e Senhores Ministros. Inicialmente o Ministro Braga Netto, da Casa Civil.

General Braga Netto. Senhores, bem rápido. Eu só queria alertar os Senhores, em todos os planejamentos que foram apresentados, inclusive o da Senhora Ministra que temos mais de 90 (noventa) problemas. Eu começaria pelo primeiro deles, que é recursos. Os outros 89 são de menor importância. Este ano vai ser um ano muito difícil. Já estou alertando. Vamos ter contingenciamento. Tudo indica isso. Então os Ministérios preparem. Todos os planejamentos têm que ter um plano de contingência, porque eu não sei como vamos resolver. Estamos estudando, os números estão

saindo agora. Estou dando um alerta e no planejamento tem que ter já um plano de contingência, em virtude da escassez de recursos. Muito obrigado.

Vice-Presidente agradeceu e convidou o Ministro das Relações Exteriores. Ministro Ernesto para fazer uso da palavra.

O Ministro das Relações Exteriores agradeceu ao Senhor Vice-Presidente, Ministros e colegas. É uma satisfação estar aqui na reunião do Conselho da Amazônia, muito especialmente porque os resultados do trabalho do Conselho são fundamentais para tudo que fazemos no campo da defesa, na promoção dos direitos e dos interesses do Brasil no plano internacional. Isso é importante em todos os eixos da nossa política externa, política essa conduzida e coordenada pelo Itamaraty, sobre a orientação do Presidente da República. Nós temos procurado caracterizar a política externa em 4 (quatro) eixos e em todos esses eixos aparece o tema da Amazônia.

No eixo da abertura econômica, da modernização, obviamente a Amazônia, sobretudo a questão do desmatamento, seja por percepção, seja por uma realidade que estamos trabalhando para mudar.

É um obstáculo para a concepção de acordo de parcerias, no eixo do combate ao crime, da segurança e da promoção da democracia. Principalmente na América do Sul, todos os tipos de criminalidade acabam se interconectando. Então o crime ambiental acaba tendo conexão com o narcotráfico, que tem a ver com o tráfico de pessoas, que tem a ver com outros. Afeta a própria questão da democracia que está sendo infelizmente ameaçada nesta região, por essa coligação do crime organizado com correntes política, como nós sabemos.

No eixo da soberania, na defesa da nossa soberania, evidentemente da nossa capacidade, da nossa integridade, não só territorial, mas moral, digamos assim. Nossa capacidade de termos nossas próprias políticas e perseguir os nossos objetivos, atendendo aos nossos compromissos internacionais, mas sem nenhum tipo de supranacionalidade, que hoje é uma tendência muito grande no mundo. E aqui sim, entra claro, a percepção muito difusa, as vezes um pouco mais presente ou pouco menos, mas sempre presente, de que o Brasil não tem capacidade de gerir seu patrimônio ambiental, sobretudo a Amazônia. Isso implicaria a necessidade de algum tipo de intervenção, monitoramento externo.

E no eixo dos valores também, talvez um pouco mais indiretamente, mas a apresentação da Ministra Damares sempre tão tocante e sempre tão humana, no sentido de mostrar que não estamos falando aqui de coisas abstratas, mas de vidas e dignidade humana. Aqui também cabe a dimensão Marajó; acho que são problemas que se refletem no restante da região e que procuramos sempre, claro, com a Ministra Damares, levar para o exterior, para os foros internacionais, para mostrar a realidade

dos esforços do Governo.

Bem, então todo esse trabalho aqui é fundamental para nosso trabalho na diplomacia, na política externa. Queria enfatizar que, muito especialmente na dimensão comercial e econômica, se trata sim de uma questão, ou seja, da utilização da Amazônia, a utilização da imagem de um Governo que colabora ou tolera com a destruição de partes da Amazônia. A criação e a utilização dessa imagem são uma questão de protecionismo, certamente, comercial; é também uma questão de ambição pelos nossos recursos, mas não é apenas isso. Cada vez mais identificamos que há um esforço consciente de correntes políticas aqui dentro, cujo projeto é manter o sistema fundamentalmente ameaçado pelo nosso Governo. O fim do sistema antigo foi escolhido pela população, pelos eleitores brasileiros, em 2018. É para isso que estamos aqui, para mudar esse sistema, que foi rejeitado pela população. Contudo essas forças sabem e cada vez mais identificam o tema Amazônico, como talvez o calcanhar de Aquiles desse projeto, não por aquilo que a gente não faz, nítido o nosso esforço, mas pela questão da apresentação de uma imagem, que é um mecanismo que tem dado certo. Tem prejudicado a nossa inserção internacional, tem prejudicado os nossos acordos comerciais e pode prejudicar a capacitação de investimentos.

Então, há um estímulo político interno para jogar a imagem do nosso Governo como contrário ao meio ambiente. Isso faz parte desse arcabouço. Nós, infelizmente, não estamos lidando com uma inocência dentro do Brasil por parte de determinadas correntes. Pelo contrário, elas são correntes que têm todo o interesse em fabricar ou distorcer fatos, ou jogar isso contra. Infelizmente são brasileiros que em grande parte estão jogando contra o próprio país. Jogando contra acordos de desenvolvimento que criariam empregos, gerariam, inclusive, empregos sustentáveis para melhorar as condições sociais na própria Amazônia, ajudando o Governo.

Esses setores encontram eco na grande caixa de ressonância, que é o ambientalíssimo mundial, aquilo que se chama de globalismo, ou como chamamos, um conjunto de ideias de que existe uma necessidade de intervenção, de comando central, de alguma maneira sobre os países, não só na questão climática, mas em outras, como estamos vendo na questão da saúde, na questão da pandemia. “Não, a OMS tem que ditar as normas” que os países têm que aplicar, imediatamente, passando por cima de suas legislações.

Isso é uma caixa de ressonância. Essas correntes internas encontraram e criaram uma equação que é difícil de desfazer, porque ela é muito simples, e aquilo que é simples tem o apelo e entra na cabeça das pessoas, da opinião pública. Existe uma crise climática que é causada pelo desmatamento e o Brasil é o grande responsável pelo desmatamento no mundo. Enfim, pode-se discutir a dimensão da

questão do clima e o Brasil está contribuindo.

Fizemos essa contribuição nacionalmente determinada, com a liderança do Ministro Sales. O Itamarty participa também das negociações climáticas para justamente mostrar que queremos contribuir com o clima, mas o alarmismo em torno disso, que muitas vezes escapa do senso de realidade, é usado para dizer, olha, o mundo vai acabar amanhã, se não se acabar com o desmatamento, que também é uma falácia porque o desmatamento, se não me engano, é responsável no mundo todo por 10% das emissões e no Brasil, por 2%, ou algo assim.

Mas na imagem não, é o desmatamento que vai acabar com o mundo e o Brasil é o país que está desmatando, e o mundo vai acabar amanhã. Então, temos que ir em cima do Brasil. Essa é a equação que entrou e tanto nos prejudica.

Bem, muito rapidamente, duas coisas para concluir. Sobre os Estados Unidos, que o Senhor Vice-Presidente mencionou, o novo governo. De fato, já estamos dialogando aqui em Brasília com a Embaixada Americana, também a nossa Embaixada em Washington, com o Departamento de Estado, a Casa Branca, e vamos continuar esse diálogo. Certamente em breve terei contatos com o Secretário de Estado Americano e com outros interlocutores. Identificamos que o novo Governo Americano aparentemente tende a trabalhar uma visão de mundo em torno de dois eixos: o eixo do meio ambiente e o da democracia.

Não digo que eu concorde com essa visão de mundo, mas acho que é mais ou menos o que está tomando corpo. E em cada uma, ele tende a ver os bons e os maus. Então os bons trabalham pela redução de emissões e os maus não.

E na parte da democracia, aqueles que tem compromisso democrático e os que não tem. É um conceito válido, mas tem que ver qual é o conceito de democracia que está por trás disso. Eu acho que essas correntes que são contra nossos projetos querem que o Brasil apareça no campo dos maus nos dois eixos. Contra o meio ambiente e contra a democracia. É um absurdo se dizer que esse momento que estamos vivendo é um momento de ameaça de democracia no Brasil, como se existisse autoritarismo ou qualquer coisa assim. Mas é o que aparece muitas vezes nesse imaginário. E no meio ambiente é a mesma coisa.

O desafio nosso é mostrar não que concordamos com essa divisão de mundo, porém que em qualquer critério o Brasil está do lado bom, tanto como sociedade de governo democrático, como no plano do meio ambiente, pelos esforços que estamos fazendo.

Para concluir, o combate ao desmatamento, que parece ser importante para ajudar a romper essa lógica, não é suficiente, mas ele é absolutamente fundamental.

Claro que o conceito do Conselho da Amazônia vai além, mas é o que sentimos

na interlocução internacional como o coração do problema. Falando com interlocutores, sobretudo europeus de boa fé e amigos, tenho recolhido muito isso: “olha a gente sabe o que o Brasil está fazendo, sabe o que o Conselho da Amazônia está fazendo, mas enquanto vocês não mostrarem números de redução do desmatamento não adianta dizer e mostrar o trabalho”.

Bem, vimos como o Vice-Presidente mencionou a redução de 19% do desmatamento no último período considerado e ainda um aumento do número de queimada. Isto é outro problema conceitual que, longe de ser especialista, talvez me corrigirão, a confusão de queimadas e desmatamento. Sabemos que nem toda queimada é desmatamento, e nem todo desmatamento é através de queimada. Mas, também no imaginário está presente. Então precisamos mostrar número bons das duas coisas. Já está acontecendo em grande parte, mas essa é chave. Outras chaves terão que ser necessárias para abrir essa porta, a questão dos direitos humanos, também é usada totalmente injusta contra nós. É fundamental aqui aquela pedra filosofal que resultará certamente de todo este trabalho, é o número da área desmatada e o número de queimada, que nos permitirá mudar essa narrativa, tanto na política comercial, quanto nas questões das negociações do clima e na dimensão dos Direitos Humanos.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do Ministro das Relações Exteriores, e passou a palavra para a Ministra Tereza Cristina.

Sobre as ações do Conselho da Amazônia e eu como Ministério da Agricultura acho que este ano é muito importante para o Brasil poder mostrar de maneira correta o que vem fazendo, no ano em que o meio ambiente terá muitas ações. Teremos a COPI no final do ano e no meio do ano teremos, acho, da biodiversidade. E teremos também a ONU, a cúpula dos sistemas alimentares, e que nós já estamos, já montamos grupo de trabalho, porque vem pesado.

Precisamos ter números consistentes e mostrar o que o Brasil tem, o que está fazendo de maneira correta, enfim, desmistificando toda essa propaganda contra o que de fato fazemos, o que lá fora é colocado e aqui dentro. Eles são municiados com informações incorretas e inverdades sobre o que nós fazemos.

Acho que é um ano muito bom para estarmos preparados para levar lá para fora, tudo que a gente tem feito, no Conselho da Amazônia e neste Governo, o que realmente este Governo de fato tem feito.

Acho também que temos um ponto fundamental, quando eu vejo essas 160 (cento e sessenta) empresas que assinaram aquela carta contra o que o Brasil tem feito no meio ambiente, e também elas não podem nos impor legislação. O Congresso Nacional aprovou o Código Florestal Brasileiro; querer desmatamento zero a partir do

ano que vem, moratória da soja, da Amazônia, acho que isso não podemos permitir. Acho que o cumprimento da lei brasileira é o que estamos fazendo, temos que exigir e é o que temos que mostrar. Essa imposição não podemos aceitar de jeito nenhum.

O Ministério da Agricultura, por meio do INCRA, que vai ser o maior parceiro desse Conselho nas ações, já levantou o que deve ser feito. É um programa que, realmente, é uma Espanha no qual temos que trabalhar. Nesses 11 (onze) municípios onde teremos 107 (cento e sete) assentamentos e 5.420.000 ha, 33.000 (trinta e três mil) famílias serão atingidas com esse trabalho. Teremos conteúdo, números para poder mostrar o que estamos fazendo.

Acho que essa guerra não devemos nem mais discutir, devemos mostrar números e ação Ministro Ricardo, porque essa guerra já perdemos. Agora temos que reverter isso com ações e acho que temos condições de fazer. Precisamos ter um pouco de recursos. Quando o Ministro Braga nos dá esse recado na primeira fala aqui do Conselho é preocupante, mas acho que temos que priorizar essas ações porque elas serão muito importantes para a imagem do Brasil e dentro do Brasil, para a sociedade brasileira, que também é mal informada e acredita e demoniza o meio ambiente hoje. Era isso que eu tinha para colocar. Desejo sucesso ao nosso trabalho que deve começar em breve.

O Vice-Presidente agradeceu a Ministra da Agricultura e convidou o Ministro das Minas e Energia para fazer uso da palavra.

O Ministro das Minas e Energia inicia suas palavras agradecendo ao Vice-Presidente e informando que não tem muito a acrescentar, só falar sobre o Marajó. Serão 9.000 (nove mil) ligações e que os trabalhos iniciarão em maio de 2021. Também no Pará estamos adiantados em uma comunidade, que é a reserva extrativista Renascer, com 381 (trezentos e oitenta e uma) famílias, que 200 (duzentas) já foram beneficiadas com esse programa "Mais luz para a Amazônia".

Mas agora, dentro daquilo que a Ministra Tereza Cristina e o Ministro Braga Netto colocaram um ponto de atenção no que diz respeito a Agência Nacional de Mineração - ANM. Os projetos de mineração da Amazônia Legal serão responsáveis por 42 bilhões reais de investimento nos próximos 6 anos. São muitos recursos. Só no ano de 2020 a produção mineral na Amazônia foi responsável por 54% da arrecadação da CEFEM, que são os *royalties* da mineração. São 3,2 bilhões de reais. O Estado do Pará passou o de Minas Gerais em arrecadação da CEFEM.

E qual é o ponto de atenção? Hoje a ANM tem apenas 750 (setecentos e cinquenta) funcionários. Desses 750 funcionários, 60% estão aptos a se aposentarem. Há uma demanda desde 2019 de contratação de 150 (cento e cinquenta) servidores e até agora não foi possível. Então isso é um ponto de atenção, até porque o TCU já

impôs a ANM atualizar proposta estruturada de aprimoramento da gestão e da sua capacidade administrativa.

O Vice-Presidente agradeceu o Ministro das Minas e Energia e convidou o Ministro da Ciência Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, a fazer uso da palavra.

O Ministro iniciou suas palavras cumprimentando a todos. Seguiu informando que trazia uma notícia boa: nós estamos com o satélite Amazônia 1 sendo preparado para o lançamento no dia 28 na Índia. As equipes já estão lá e todas as preparações estão ocorrendo da maneira correta. Deve ser lançado no dia 28 e devo estar presente para acompanhar esse lançamento; é mais um satélite na constelação. O detalhe é que é um satélite nacional, projeto nacional e tem a plataforma multimissão – PMM, que serve para conter todas as partes de serviços dos satélites. Uma plataforma que pode ser utilizada para outros tipos de satélites também. Um projeto nacional.

Com relação as partes em que o MCTI participa no Plano, temos novos programas já em andamento e a ideia é aumentar essa participação, ou seja, melhorar inclusive esses programas e, logicamente, com a sinergia com os outros Ministérios vai ser possível sem problema nenhum.

Só uma observação com relação aos dados da Amazônia. Enquanto o Ministro Ernesto falava eu estava raciocinando o seguinte: sempre estamos na defensiva e sendo comparados com uma parede em branco atrás. Mas acredito, tenho essa impressão, que, apesar de não ter dados comigo, tenho a impressão que, com referência a outros países, se a gente olhar o restante do planeta, a quantidade percentual da nossa floresta em relação ao planeta aumentou.

Não deve ser porque a floresta aumentou aqui. Certamente porque diminuiu em outro lugar. Então, o que gostaria de ver e que sinto falta são desses dados comparativos com o restante do planeta com vários indicadores, de forma que vejamos o progresso do Brasil, especialmente se tivermos esses dados de uma forma histórica. Como que eles cresceram e se desenvolveram nos outros países ao longo do tempo e como se desenvolveu no Brasil. Acho que é uma boa maneira de vermos não os dados do Brasil contra uma parede em branco, mas sim contra um outro mosaico interessante de se comparar. Obrigado.

O Vice-Presidente agradeceu e informou que esses dados estão de posse da Embrapa Territorial e convidou para falar o Ministro do Meio Ambiente.

O Ministro do Meio Ambiente iniciou sua fala cumprimentando os presentes. Eu me recordo quando fizemos uma reunião, Senhor Vice-Presidente, na biblioteca do Palácio da Alvorada, pouco mais de um ano atrás, que surgiu da minha parte a sugestão ao Presidente da República de criar um órgão central para coordenar essas ações, porque são de fato transversais. E o senhor assumiu esse papel e creio que

vem desempenhando bem. Mas me vejo forçado a fazer um comentário ao final de um ano. Nós, por questões políticas, orçamentárias, restrições de equipes etc., seguimos esperando a solução de diversos entraves regulatórios jurídicos que acabam jogando no viés comando o controle, praticamente a única solução que nós temos para lidar com o problema de desmatamento da Amazônia.

Não fizemos a regularização fundiária, o CAR não avançou. Mineração em terra indígena não fizemos. Zoneamento econômico ecológico não avançou. Pagamento por serviços ambientais, Floresta Mais avançou, mas ainda assim dentro daquele formato que o GCF nos impôs. Então o que precisamos é gastar um pouco da nossa energia este ano agora, felizmente houve a mudança do cenário político.

Em um território maior que a União Europeia, com a restrição orçamentária que temos, e me lembro aqui, pena que o General Fernando não está presente, da dificuldade que ele tem inclusive em apoiar. Estamos falando aqui da saída da Operação Verde Brasil, mas o fato é que o Ibama e o ICMBio nas operações da Amazônia pré-Operação Verde Brasil 2, infelizmente, e eu entendo as razões, não puderam contar por diversas oportunidades com o apoio logístico das Forças Armadas porque estava sendo destinado para outras questões também relevantes.

Então temos aqui na parte de comando e controle uma série de restrições. E estamos de novo nos apoiando no comando e controle para salvar a pátria, nesta questão de desmatamento. Acho que a oportunidade Ernesto, você citou bem que temos que avançar nas negociações internacionais de monetizar o crédito carbono.

Aliás a lógica da nossa NDC, que foi decidida por nós na reunião da Comissão Interministerial de Mudança do Clima, presidida pela Casa Civil, mas que tem esses Ministérios como integrantes, foi no sentido de colocar preço. Preço neste monte de cortesia com chapéu dos outros, que meus antecessores do Ministério do Meio Ambiente fizeram. Prometeram mundos e fundos e ao contrário dos ricos, não pediram nada em troca. Como se fosse o Brasil o grande paizão rico do mundo. Só que nós somos o filho pobre. E não subemos no momento adequado, 2015, no Acordo de Paris, colocar preço nos nossos esforços. E estamos pagando o preço disso.

Quando vejo aqui as ações todas que estamos listando, vamos criar com essa ação nossa a intensificação e mais tensionamento político com a bancada do Norte. Vamos criar uma série de problemas lá na ponta, portanto precisa vir a solução para esse pessoal lá na ponta. E a solução vem justamente dos temas que a “turma” não quer pôr a mão, porque é polêmico.

Eu disse para o Embaixador do Reino Unido lá no Ministério, olha, não foi boa, não foi produtiva essa rotulagem da MP 910 como MP da grilagem. Se vocês acham que fizeram um bom trabalho, ajudaram o meio ambiente com isso, não ajudaram.

A pressão que estamos sofrendo do CAR, a dificuldade que o Serviço Florestal tem, histórica, não é de agora, é para fazer com que a tecnologia leia os processos e valide os CAR. Nós ficamos falando do CAR, do CAR, CAR... é um monte de dados sem validade. E não conseguimos, pois os estados tem a prerrogativa, cada um na sua esfera de competência, de ter seu PRE estadual.

Regularização de mineração em terra indígena na Amazônia e de terra indígena especial. É um "abacaxi". Bento e o André sabem desse assunto. A teoria do *Tipping Point* do Carlos Nobre, a savanização da Amazônia, balela. Só que se temos "terra class", funcionando, não conseguimos deduzir da conta do desmatamento aquilo que regenerou. Temos 2014, 16, 18 e 20 para fazer o "terra class", mas 2 anos esperando o "terra class" recalculer a regeneração da vegetação secundária, 2014, 16, 18 e 2020. Isso é nosso, é para nosso favor. É nosso benefício fazer o "terra class" funcionar.

Quando o Carlos Nobre e não sei mais quem levantar a teoria do "Tipping point", você fala: "negativo, saíram 16% de vegetação primária, mas teve 8, teve 9, teve 4, teve alguma coisa de recobrimento'. Mas não temos dados, então não podemos dizer.

Vejo senhor Presidente, uma série de ações que o Conselho reuniu, que são muitos importantes, diria até mais importantes do que urgente, impostergável evidentemente, ação de fiscalização, comando e controle. Mas mesmo essa, a exemplo do que passamos antes da Verde Brasil 2 estar em solo, e aqui muito importante a coordenação e essa integração, e o Coronel fez uma colocação da questão da integração, da facilitação da Polícia Federal ou da Polícia Rodoviária Federal, com as Forças Armadas, com o Ibama e com o ICMBio, porque em solo sabemos como foi muito difícil operar pré-Verde Brasil.

É de fato essa tarefa integradora realmente muito importante. Acho que se conseguirmos de fato essa sincronia os dados vão melhorar. Obrigado.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do Ministro do Meio Ambiente e destacou a pertinência as observações feitas, em relação aos outros temas, fora das operações de comando e controle, complementando que temos a esperança de que com as novas lideranças dentro do Congresso, com a nova maioria sendo composta, consigamos avançar na questão da regularização fundiária; a questão da mineração em terra indígena é algo que está 33 anos parado no Congresso para definir e não define. É uma hipocrisia, porque tem ouro, o ouro está sendo explorado, e da forma que está sendo explorado devasta o meio ambiente, não paga imposto e não tem *royalties* para os indígenas que estão na região. Só tem prejuízo, mas a turma da hipocrisia levanta essa bandeira: "não, vai destruir, vai acabar com a cultura". Não vai

acontecer nada disso, muito pelo contrário.

O Vice-Presidente convidou para falar a Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Ministro Ernesto, eu só queria dizer uma coisa do Marajó, de algumas regiões da Amazônia. Nos foros internacionais eles me dizem o seguinte: “por que você não tira esse povo de lá e leva para outro lugar?”

É uma falta de sensibilidade com o ser humano que está na Amazônia. Eles têm o direito de ter o sentimento de pertencimento. Eles pertencem àquele lugar e cabe a nós fazer a vida deles melhor lá.

Acho, ministro Ernesto, que está na hora de mostrarmos as coisas feias da Amazônia, não só o verde. Aí eu concordo com o Ricardo. Vamos mostrar as crianças ali nos rios, na beira dos rios em Manaus, bebendo fezes. Vamos mostrar as escarpeladas. Gente, sabe quantas escarpeladas nós temos? São duas não, são milhares. São milhares de mulheres escarpeladas na Amazônia. Vamos mostrar uma mulher parindo dentro de um barquinho, morrendo ela e o bebê, porque não deu tempo, porque deu 5 (cinco) dias de barco para chegar na próxima cidade.

Acho que está na hora de começar, se mundo todo fica sensível a mutilação de hímenes de meninas na África, não podem ficar sensíveis às crianças que são enterradas vivas lá nos ianomâmis, todos os dias, no meio da floresta.

Acho que vamos ter que trazer essa questão de o humano para o mundo ver que este é o único governo que teve um olhar humano para a Amazônia. O único governo que pensou na dignidade humana.

Vou encerrar dizendo uma coisa para os senhores. Vocês sabiam que na ilha do Marajó a gente paga o maior número de BPC para pessoas com deficiência do Brasil, no relatório do INSS? Sabe por quê? Doenças congênitas. São filhos de pais, filhos de avós. Está realidade precisa ser dita. Enquanto mantivermos esse povo no isolamento, enquanto tudo que Ricardo falou não for aprovado, vai ter muito boto engravidando meninas na Amazônia. Este olhar humano para a Amazônia, nós temos que ter a coragem de mostrar, as mulheres escarpeladas. A gente tem que mostrar coisas que estão acontecendo lá.

Então General, eu precisava trazer essa finalização e dizer que aquele povo merece dignidade.

O Vice-Presidente da República agradeceu a Ministra e convidou o Ministro-Chefe do GSI para fazer uso da palavra.

Bom, aqui sempre as reuniões sobre a Amazônia são um apanhado entre a esperança, desgraça, futuro, passado, presente. Infelizmente a Amazônia sempre foi uma Região relegada a 2º Plano, até as Forças Armadas despertarem para ameaça

de termos de perder a Amazônia. Então, de algumas décadas para cá a Amazônia que era um lugar de degredados das Forças Armadas, aqueles maus alunos, maus militares, o castigo era ir para a Amazônia. Isso mudou radicalmente. Hoje os primeiros dos nossos cursos vão para lá.

Nós temos tido um cuidado muito grande com a Amazônia. Isso que a Ministra Damares falou, essa sensação de pertencimento, quem passou pela Amazônia, botou o pé lá, e viveu algum tempo, caso do General Mourão, que conhece bastante, eu vivi isto também. É uma coisa que emociona, ao mesmo tempo que nos desespera. Porque a gente sente o amor que eles têm pelos seus valores, pela sua cultura, pelo seu folclore. E isso tudo vai sendo deturpado e colocado em nível quase obscuro na cultura popular.

Nós temos, me desculpem se tem políticos da Amazônia aqui, a Amazônia talvez seja o quadro político mais catastrófico do país. E isso também é algo difícil de solucionar em curto prazo. Eu tenho falado insistentemente nisso e vou voltar a falar, pois não me conformo em não ter providências. Agora já houve uma providência, a criação do Ministério das Comunicações, criado com nome errado. Na verdade, deveria Ministério da Comunicação. Comunicações é uma coisa tecnológica e comunicação é psicossocial. Já houve um erro no nome do Ministério, mas tudo bem. Está feito, vamos tocar em frente e fingir que o nome está certo.

O que interessa é a missão. Tenho insistido nisso, toda hora nós percebemos que estamos perdendo muito na narrativa. O Governo Bolsonaro tem um ano e dois meses. Um ano e dois meses de Governo e um ano de pandemia. Ninguém governa na pandemia. Governo colocar em prática todas as medidas que tem na cabeça é impossível. Tanto é que estamos saindo chamuscado da pandemia.

O Ministro Braga Netto disse que estamos em uma situação financeira terrível e aqui tem vários Ministros que sofrem mais do que eu com isso. É uma situação que nos assusta profundamente. O que me dá esperança e como eu vivi mais do que os outros aqui, já vi várias vezes esse quadro. O General Mourão viveu isso porque foi Secretário de Economia e Finanças do Exército. Todo ano começa com uma visão catastrófica, não vai ter dinheiro para a comida e acaba que o dinheiro aparece. Por que aparece? Porque o país é rico, mas também o nível de roubalheira que se instalou nesse país é uma coisa assustadora.

Quando ouvimos a quantidade que foi subtraída do país, são assim em números impressionantes. Não é uma coisa que acontece apenas em estados grandes. Não; municípios pequenos. O cadê o dinheiro é 40 milhões no município. Não se imagina que poderia ter 40 milhões ali nunca. Tinha 40 milhões para serem roubados!!!

Este é o quadro que estamos enfrentamos. E este problema da narrativa é muito sério. Perdemos todas as vezes. As únicas chances que temos de fazer uma narrativa um pouco melhor são as entrevistas dos ministros frente a esse conjunto que temos hoje de comunicação das empresas, dos órgãos de comunicação, que são completamente despreparados.

Estamos perdendo a narrativa porque temos uma imprensa completamente contaminada. Eles nem percebem o quanto são comunizados. Não percebem que destruir o país como eles estão tentando, já anunciaram, eles têm que derrubar o Presidente da República em 2021. Isso foi declarado pelo Sr. José Dirceu e pela Sra Glayse Hoffmam. Declarado abertamente: “Precisamos derrubar”, o condenado Zé Dirceu e a condenada Glayse Hoffmam. “Nós temos que derrubar o Presidente da República em 2021. Não pode passar de 2021”. Então esse é o discurso. Só que eles não perceberam que destruir o país, do jeito que estão planejando, é caminhar para um regime totalitário. É assim que aconteceu com o nazismo, com o fascismo, com o comunismo.

Estava lendo hoje no jornal a entrevista de uma jornalista brasileira discutindo, não a conheço, com a Porta-Voz da Casa Branca sobre aquele documento que o Ministro Ernesto conhece. Não sei se todos já viram; feito por brasileiros nos Estados Unidos. E não é um documento falando do Brasil, é falando do Governo Jair Bolsonaro. Os tópicos começam sempre com o Governo Jair Bolsonaro. É um documento direcionado a este governo, como se os outros governos tivessem sido maravilhosos e que o Governo Bolsonaro tivesse 20 anos no poder. É um troço assustador.

Essa jornalista queria colocar a ideia dela para a Porta-Voz da Casa Branca, que aquilo ali era verdade sobre o Brasil. E a Porta-Voz da Casa Branca dizendo: “Não, os EUA querem se aproximar do Brasil. Nós queremos ter um relacionamento com o Brasil”. Ela inclusive frisou isso. Ela falava em 2 (dois) séculos: “Nós temos uma relação de 2 (dois) séculos com o Brasil, altamente proveitosos”. E a mulher (jornalista) retrucando isso ou aquilo, e o Bolsonaro, vocês não vão derrubar o Presidente da República?

É um negócio assustador. É uma coisa assim que choca. Não conseguimos entender como é que uma pessoa... aí vem o tal do pertencimento. A maioria dos nossos jornalistas não tem pertencimento de que são brasileiros. Eles não percebem que nasceram no Brasil, que eles precisam cuidar do seu país, vai cair nos filhos deles, nos netos deles. É um sintoma de imbecilidade.

Bom, mas era isso que eu queria dizer, acho que o Conselho da Amazônia é fundamental, temos que continuar lutando, não podemos desanimar. Tenho

impressão que o panorama político com essa eleição do Congresso melhorou, não sei quanto tempo esse ambiente vai perdurar, mas sentimos que desanuviaram essa carga que estava acontecendo.

Alguns personagens são verdadeiramente nefastos, saíram um pouco de cena. Vamos ver se conseguimos desencravar algumas coisas que ficaram paradas lá. Vamos ter um ano difícil, mas tenho esperança que esse dinheiro, como todas as outras vezes, apareça, não é General Mourão? Sempre nasce. O Brasil é muito rico. Sempre nasce alguma coisa. Sempre aparece alguma coisa. O Almirante Bento vai vender ouro, nióbio... vamos lá. Felizmente não temos o horário da Finlândia, 2 horas de sol só. Muito obrigado.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do General Heleno e, em seguida, passou a palavra ao Secretário Carlos da Costa do Ministério da Economia.

Senhor Vice-Presidente da República, Senhoras Ministras, Senhores Ministros e equipes, em primeiro lugar queria parabenizar o trabalho que tem sido feito, sob a liderança do General Mourão, com equipes interministeriais, dedicadas, e que chegaram a planos muitos pragmáticos. E dada a brevidade da reunião não puderam nem ser apresentados aqui. Mas muita coisa já está sendo feita. E muita coisa na direção correta.

Agora como Ministério da Economia preciso ser sempre muito pragmático. A vantagem é que o General Braga Netto, talvez até porque eu estou aqui “meio de penetra”, já me ajudou na primeira parte do pragmatismo orçamentário. Então nem preciso falar sobre essa parte.

A segunda parte é muito semelhante ao que a Ministra Tereza Cristina falou e ao que já foi falado por várias outras pessoas aqui, pelo General Heleno, estamos perdendo as guerras das narrativas. E isso está prejudicando a competitividade do nosso setor produtivo. Prejudicando e colocando em risco a competitividade do nosso setor agro, do nosso setor industrial, do nosso setor de serviço, e isso claramente está relacionado, como o Ministro Ernesto falou, a um movimento global. Mas também está relacionado com a nossa falta de efetividade de mudar esse cenário. E isso é ainda mais marcante porque o Brasil tem muito a falar. Somos a maior potência sustentável do planeta. Não há dúvida sobre isso. Se muitos dizem que estamos colocando a floresta em risco é porque temos floresta. Temos plástico verde, temos fabricação competitiva de etanol verde. Fabricado a partir da cana de açúcar, com muito menos pegada carbônica do que o plástico feito de petróleo. Temos o combustível verde mais disseminado no planeta hoje, que é o etanol. Temos a indústria com a matriz energética, dentro dos grandes países, mais verde do planeta.

Costumo dizer sobre o copo de vidro brasileiro. Toda vez que alguém deixa de comprar um copo de vidro chinês ou alemão e compra um copo de vidro brasileiro, o vidro é 40 a 50% energia, ele está contribuindo para a descabornização do planeta. Mas isso não é dito. O alumínio brasileiro é muito mais verde, o aço brasileiro é muito mais verde. Além da matriz energética, da rede ser mais verde, o aço brasileiro é o que mais usa carvão vegetal e sucata e, portanto, tem uma pegada carbônica muito menor do que os outros países. Já somos a maior potência ambiental do planeta, mas não temos sido capazes de falar isso.

Não temos sido capazes e ficamos sempre, como vários falaram aqui, na defensiva. Acho que está na hora de reforçarmos essas iniciativas de comunicação junto ao nosso setor produtivo. Tenho conversado muito com nossos industriais, com nossa base produtiva e querem fazer isso. Eles querem demonstrar como nós já somos uma potência sustentável e como já estamos fazendo esforços para que isso avance, dentro da nossa pauta prioritária do Congresso. Por exemplo, está lá, a regularização fundiária, mineração em terras indígenas, que gosto de falar que é o PL da libertação indígena. Porque o nosso indígena hoje está no feudalismo, é preso na terra, não pode vendê-la, não pode escoar minério, não pode fazer nada dentro da terra que é dele.

Então, nós estamos com um governo que é liberal, um governo que defende a liberdade, sendo humanistas com nosso índio, dizendo o seguinte: nós vamos libertá-lo para que você faça um pouco mais com a terra que você tem. E estamos avançando. Eu já fui pedir ao Ministério da Economia, na CEPEC em particular, que esses 11 (onze) municípios sejam priorizados nos programas que já começamos a implementar. Programas de empreendedorismo sustentável, em parceria com o SEBRAE, programas de apoio ao pequeno negócio, em parceria com a Fundação CERTI, e os estudos de caso que estamos fazendo com todas as dificuldades em tocar um negócio na Amazônia, e com recomendações e pautas pragmáticas, para tornarmos esses 11 (onze) municípios exemplos da convergência do humanismo, do meio ambiente e da defesa no nosso território, que é o desenvolvimento sustentável.

Se conseguirmos prover as ferramentas para o desenvolvimento sustentável para esses municípios, juntos com as ações de comando e controle, junto com todos os trabalhos que o Ministério do Meio Ambiente já tem feito, conseguiremos dar um salto na preservação da Amazônia e no desenvolvimento sustentável. Muito obrigado.

O Vice-Presidente da República agradeceu ao Secretário e passou a palavra para ao Sr. Tércio Tokano Secretário-Executivo do Ministério da Justiça.

O Secretário Tércio Tokano agradeceu ao Vice-Presidente da República por conceder-lhe a palavra e iniciou fazendo referência os Senhores Ministros e Senhoras Ministras e os colegas Secretários Executivos.

Apenas 3 (três) breves registros. O primeiro é que a partir do término da Operação Verde Brasil 2, o Ministério da Justiça passa a ter uma demanda maior, um protagonismo maior por meio das suas unidades, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional e a Funai, e, eventualmente, a nossa SEOPI, que é nossa Secretaria de Operações Integradas, caso seja necessária fazer alguma operação que envolva articulação com os órgãos de segurança dos estados.

Já estamos nos preparando para isso, mas gostaria de fazer aqui uma adesão, fazer coro ao Ministro Ricardo Salles e dizer que sem o apoio do Ministério da Defesa, o apoio logístico, não teremos condições de realizar essa tarefa de forma produtiva, de forma positiva.

A Amazônia tem alguns lugares que sem o apoio das Forças Armadas não conseguiremos cumprir uma decisão judicial, não conseguiremos colocar os homens da Força Nacional lá, então vai ser fundamental que haja esse apoio, conforme já foi dito pelo Ministro Ricardo Salles. Este é o primeiro registro.

O segundo registro é para lembrar a todos a respeito de um Programa que a PF tem, nós batizamos de Brasil Mais, meio ambiente integrado e seguro. Esse Mais é uma contratação que a PF já usa há algum tempo visando a combater crimes ambientais pelo aspecto da Segurança Pública, mas que pode ser utilizado por outros Ministérios, por outras entidades.

No ano passado ampliamos essa contratação, a fim de permitir que qualquer Ponto Gov, qualquer ente, ministério ou órgão possa aderir a essa contratação, e se valer de imagens satelitais de alta resolução, com revisitação diária, o que amplia as possibilidades de utilização, inclusive para finalidades outras que não apenas a segurança pública, obviamente vinculadas às atividades e atribuições de cada órgão.

Estamos à disposição, se alguém não conhece ou quer conhecer mais. Já existem 13 (treze) órgãos que pediram, do Governo Federal, 9 (nove) já estão com acesso. A vantagem é que não precisa se preocupar com contingenciamento orçamentário porque vai ser 0800. A contratação já está feita, é apenas aderi. Apenas faz uma contrapartida de natureza burocrática, por meio de ACT.

O último registro, que até peço permissão para a AGU, ela não faz parte aqui do Conselho, mas acabei de receber um mandato verbal para defendê-la e dizer que desde 2019, montamos uma Força-Tarefa na AGU, em defesa da Amazônia. Desde então já foram 115 ações judiciais, com praticamente 3 bilhões de reais, sendo pleiteados a título de reparação ambiental na Amazônia Legal. Desses valores 1

bilhão de reais já foi determinado o bloqueio judicial. Então são fatos, são notícias que podem e devem ser divulgadas. E por que estou dizendo isso? Porque nós estamos sabendo que se dependermos da extrema imprensa isso não será divulgado, isso não será repercutido.

O Ministro Ernesto disse que para eles o mundo acaba amanhã. Eu diria que o mundo vai acabar depois de amanhã. Amanhã acaba a democracia no Brasil, de acordo com essas narrativas delirantes. Então não podemos contar com eles, mas temos as nossas redes sociais, institucionais, pessoais, temos a SECOM.

Talvez a AGU divulgando não tenha tanta repercussão. E contra as narrativas mentirosas nós apresentamos os fatos e a verdade. São esses os breves registros.

Agradeço a oportunidade, e desejo a todos que tenhamos um bom êxito nessa missão.

O Vice-Presidente agradeceu o Dr. Tércio e passou a palavra ao Almirante Petrônio, Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa.

O Almirante Petrônio inicialmente agradeceu ao Vice-Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras Ministras, Senhores Ministros, em nome do Ministro da Defesa, General Fernando, agradecemos a oportunidade de participar dessa reunião.

Na realidade, suas palavras iniciais, Senhor Presidente, foram muito esclarecedoras. Com relação a apresentação do Coronel Fontoura também. E da Ministra Damares e seu assessor também. Então não temos muito no que comentar com relação ao que foi apresentado hoje.

Nós, especialmente no Estado-Maior das Forças Armadas, estamos com uma expectativa muito positiva com relação a formalização desse Grupo Gestor no Comitê, e, especialmente, o Grupo de Operação Interagência de integração, porque estamos trabalhando ou tentando ajudar há mais de um ano os órgãos diretamente responsáveis pelo tema, e acreditamos que esse Grupo vai ser capaz de nos apresentar planejamentos um pouco mais organizados. Por muitas vezes perdemos oportunidades por não ter um planejamento mais organizado, mais seguro, onde teríamos que empregar nossas tropas, por vezes em situações não muito conhecidas. Mas, esse é o fato. Então, com essa expectativa de formação desse Grupo Gestor, que realmente foi uma excelente ideia, esperam o MD e as Forças Armadas poderem continuar contribuindo para esse grande esforço com relação ao meio ambiente. Muito obrigado.

O Vice-Presidente agradeceu ao Almirante e passou a palavra para a Senhora Larissa Amorim, Secretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura.

A Secretária Larissa Amorim iniciou sua fala. Bom dia a todos. Cumprimento o Senhor Vice-Presidente, Ministros e demais autoridades aqui presentes no Conselho. Para mim é uma honra estar nessa mesa, representado o Ministro Tarcísio, e eu gostaria de destacar a participação do MINFRA nas ações do Conselho.

Temos assento na Comissão de Desenvolvimento Sustentável e como foi apresentado aqui, as principais ações estão delineadas em torno do eixo da rodovia BR 163 e do futuro eixo da Ferrovia Ferrogrão.

E no cenário futuro teremos também as do entorno da BR 319. Acho que ficou bastante nítido para todo mundo aqui, durante a crise do oxigênio em Manaus, a dificuldade logística que tivemos para conseguir o abastecimento.

O Ministério e o DNIT apoiaram as carretas que foram levar oxigênio, com toda a dificuldade logística que teve, e conseguimos que o oxigênio chegasse a Manaus, em 3 (três) dias e meio. Atualmente esse transporte é feito via hidrovia e leva pelo menos 6 (seis) dias. Ficou nítida a importância de se levar a infraestrutura para essa região. Esses 2 (dois) processos, da Ferrogrão e da BR 319 estão em licenciamento no Ibama.

Estamos trabalhando para atender todas as demandas do Ibama para que esse projeto seja sustentável, seja um projeto pioneiro e apresente todas as boas práticas ambientais que um projeto de infraestrutura tem que ter.

Falando um pouco mais da Ferrogrão, gostaria de fazer uma pequena propaganda das ações do Ministério. Finalizamos essa semana mais um processo, mais uma etapa no processo para a obtenção de títulos verdes.

Em final de 2019, o Ministro Tarcísio assinou um memorando de entendimento com a SIBIA, que é uma das principais certificadoras de títulos verdes. E avançamos nesse processo e conseguimos a pré-certificação das nossas 3 (três) ferrovias. A ferrovia de integração Oeste-Leste, a FIOLE (Ferrovia de Integração Centro-Atlântico), e também da Ferrogrão. A Ferrogrão vai retirar mais 77% da emissão de carbono da atmosfera, quando comparada à da rodoviária. Esses números saltam os olhos. Além desses parâmetros de emissão de carbono, essas ferrovias atendem a outros critérios que são necessários para que sejam elegíveis de títulos verdes. O mercado de títulos verdes ainda é muito incipiente no Brasil, mas esperamos que com essas novas concessões ferroviárias tenhamos um impulso bastante forte neste tipo de investimento no Brasil.

A expectativa é que, de 27 bilhões de investimento das concessionárias, possam ter acesso a isso por meio de títulos verdes, atendendo também ao Acordo de Paris, haja vista que esses empreendimentos estão alinhados com os preceitos do acordo.

Fica meu agradecimento pela oportunidade de participar e representar o Ministro Tarcísio e coloco o Ministério à disposição do Conselho, e o apoio a todas as ações que foram definidas para os próximos passos.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras da Senhora Larissa Amorim e destacou a importância dos aspectos ressaltados e passou a palavra para o Senhor Cláudio Sifelder, Secretário-Executivo do MDR, que iniciou sua apresentação.

Bom dia a todos, senhor Vice-Presidente, senhores Ministros, senhores Secretários-Executivos e demais autoridades aqui presentes. O MDR vem reforçar sua participação e cooperação nesses projetos que são tratados e que são trazidos a este Conselho, em especial à Ministra Damares, já apresentado ao Ministro Rogério Marinho. Estamos juntos e à disposição para ajudar com os projetos que estão neste Conselho.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do senhor Cláudio Sifelder e passou a palavra para o General Mário Fernando, Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Senhor Vice-Presidente e Ministros, gostaria inicialmente de transmitir as desculpas do Ministro Ramos pela sua ausência, em virtude de uma demanda específica da Presidência do Senado.

A Secretaria de Governo tem buscado, desde o início do projeto desse Conselho, atender adequadamente a todas as demandas que são apresentadas a ela por parte do CNAL. É claro que a articulação e a interlocução com o Legislativo têm o foco prioritário neste momento, buscando alinhamento. Como o Senhor bem disse, no momento como o de hoje, bem mais favorável do que nós vivemos em 2020.

O Ministro Salles comentou sobre alguns dos projetos que tem que romper a sua inércia, como a regularização fundiária e o projeto da mineração em terra indígena. Estão na prioridade, como o Senhor bem sinalizou, do nosso Presidente. Esses projetos, o Ministro olha para com uma prioridade muito grande, aproveitando justamente o momento favorável, que não existia em 2020.

Hoje, são mais de 100 (cem) projetos, proposições, com posicionamento do Governo Federal perante a Câmara e o Senado, para entrarem em pauta para estudo. A SEGOV tem procurado se articular junto ao Legislativo, procurando combater o que se criou em torno dele, principalmente em torno da regularização fundiária.

Gostaria também de lembrar que a Secretaria de Governo tem outros vieses importantes e que tem cumprido missões importantes neste Conselho. Começamos com a articulação social, por parte da nossa SEAS, que, com o projeto da Agenda Brasil Sustentável, tem buscado desenvolver e identificar cada vez mais iniciativas no

âmbito do Governo Federal, que visem às metas dos ODS. Tudo alinhado com o CNAL e com o que pretende esse Conselho.

Temos também iniciativas como a articulação com os entes federados. Como citado aqui pelo Coronel na sua apresentação, buscando a articulação junto a prefeitos e governadores. E nessa articulação, o foco principal nos 11 (onze) municípios identificados pelo CNAL.

Finalmente Presidente, gostaria de reforçar um aspecto que foi comentado pelo General Heleno e que a SEGOV tem nesse ponto uma dificuldade grande em relação a sua articulação, a interlocução com o Legislativo, e particularmente a busca do alinhamento.

Lembrar que a opinião pública forçadamente jogada em prol dessa articulação política, contrariando o nosso Governo atualmente. Todos os Ministros abordaram esse aspecto e como a mídia tem se anteposto aos nossos objetivos, evitando assim a governança democrática, ou seja, o Governo que foi colocado na posição que está, democraticamente, é impedido de conduzir seus projetos. E essa dificuldade tem sido potencializada para uma deficiência, e aí cito, faço questão de reforçar, que é uma visão minha, por uma vulnerabilidade que o Governo Federal tem hoje, como bem disse o Ministro Heleno, na comunicação estratégica.

Eu, em 2019, em uma semana na República Democrática do Congo, ainda no âmbito das operações militares, passei uma madrugada inteira tendo que assistir a CNN, em inglês, em francês, atacando o nosso país, sem um único contraponto.

A falta de um plano de comunicação estratégica tem dificultado em muito a articulação com o Legislativo. Porque o Legislativo é pressionado pela opinião pública, que hoje está sujeita tanto as redes sociais com as *fake news*, com uma articulação nefasta que os grandes órgãos de mídias têm feito.

Então temos que investir em um plano de comunicação permanente e regular, que nos permita colher subsídios, colher aspectos favoráveis. Reforço o que bem disse o General Heleno, em relação a nossa necessidade, de olharmos mais em um plano de comunicação a nível estratégico.

Dessa forma agradeço a oportunidade, de, por parte da SEGOV, estar presente, de poder participar e contribuir no programa desse Conselho. E parabeno o Senhor em nome do Ministro Ramos e de toda a equipe da Secretaria de Governo, pelo que tem sido feito, independente dos óbices que tem encontrado à frente do nosso CNAL. Muito obrigado.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do General Mário Fernandes, e lembrou que o Ministério das Comunicações ou da Comunicação, como queria o

General Heleno, dentro daquele nosso planejamento estratégico, está ultimando plano destinado exatamente para tentarmos nos contrapor a essa ofensiva.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra para a Senhora Vanessa Lima, Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria-Geral da Presidência.

Bom dia a todos, em nome do Ministro da Secretaria-Geral, gostaria de agradecer a oportunidade de estar participando desse Conselho e colocar a Secretaria-Geral à disposição de todos.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do Senhora Vanessa Lima e passou a palavra ao Embaixador Jorge Firmino, assessor internacional da SAE.

Bom dia, muito obrigado Senhor Vice-Presidente, Senhoras Ministras, Senhores Ministros. Antes de mais nada menciono que o Almirante Flávio Rocha está retornando de uma missão no exterior, por isso não está aqui hoje. Então queria agradecer o convite para a SAE participar dessa reunião.

Queria fazer dois comentários rápidos, se o Senhor me permitir, Senhor Vice-Presidente.

O primeiro é com relação ao ano que temos pela frente na área ambiental. Será um ano muito animado. Teremos agora em abril uma cúpula nos EUA; teremos em seguida, em junho, na Inglaterra, uma reunião preparatória para a reunião das Nações Unidas, em novembro. E todos sabemos que essas relações multilaterais, de alguma forma e algumas vezes, elas se entrelaçam com relações bilaterais, como o Senhor Vice-Presidente mencionou, e que agora com o Governo Biden temos um novo ator, nessa área ambiental. Lembrar que todos entes representados aqui podem, se for julgado conveniente e necessário, contribuir para elaboração da preparação das posições brasileiras em relação a esses fóruns que mencionei, e que tenha ligação com a relação com os EUA, mais especificamente.

O segundo e último comentário que gostaria de fazer, a exemplo do que já foi mencionado, inclusive pelo Senhor Vice-Presidente, é a questão da relevância de uma campanha sob a imagem da Amazônia no exterior. O próprio chanceler mencionou, o que falta não é trabalho, não é fazer, é projetar para fora o que é feito aqui.

Não tenho ilusões de que basta uma campanha, basta recursos para uma campanha de mídia no exterior, porque sabemos que essa parte de comunicação social exige não só dinheiro, mas tempo; é uma questão de construir paulatinamente a credibilidade do país. Nesta área o Itamaraty tem feito esse trabalho de “formiguinha” há muitos anos e é preciso que se reconheça isso. Mas, de qualquer forma, fico pensando se haveria a possibilidade de pensar em algo mais nessa área de imagem da Amazônia no exterior.

Fico pensando, por exemplo, no caso da Alemanha, da Chanceler Merkel, que vai fazer um diálogo ambiental em maio, se não me falha a memória. Fico pensando se algo como um diálogo organizado pelo Brasil, na Amazônia, seria factível ou viável ou desejável. O fato é que, além do trabalho extraordinário que o Itamaraty já faz no exterior, de imagem ambiental, algo mais precisa ser feito.

Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente agradeceu as palavras do Embaixador.

O Ministro do Meio Ambiente pede a palavra.

Embaixador, nos termos do Decreto na Comissão Interministerial de Mudança de Clima, o assunto COPI é representado lá fora em conjunto pelo Ministério das Relações Exteriores (Embaixador Ernesto) e o Ministério do Meio Ambiente, assim como o encontro com os EUA ou qualquer outra iniciativa na área ambiental. De qualquer modo, o que acho ser relevante nos lembrarmos é que no início de 2019 tínhamos um orçamento para representação lá fora e comunicação aqui dentro, que foi extinto pela SEGOV. Nosso colega General Santos Cruz identificou uma série de inconsistências e entendeu por bem rescindir todos os contratos, e não foram colocados contratos no seu lugar. Então não é à toa que não tenhamos uma assistência profissional para fazer esse trabalho. Felizmente temos a APEX, que contratou no exterior uma empresa de publicidade e que pode nos ajudar. Mas, salvo engano, do ponto de vista jurídico ela só pode fazer isso lá fora. O Ernesto talvez tenha alguma informação mais correta. Portando, deixo as coisas no seu devido lugar, para que não tenha más interpretações.

O Vice-Presidente perguntou ao Ministro Ernesto se tem algo a complementar.

O Ministro Ernesto fez uso da palavra.

Só para complementar esse tema da APEX, realmente é uma das principais alternativas para essa questão de contratar, como já está contratado, um conjunto de agências para trabalhar no exterior, mas realmente tem essa limitação que o Ministro Salles falou. Só queria reiterar que ela está à disposição para contribuir nesse trabalho da imagem, também. Só queria reiterar isso.

O Vice-Presidente agradeceu a intervenção do Ministro Ernesto e iniciou o encerramento.

Bem, Senhoras Ministras, Senhores Ministros, Senhores Secretários aqui presentes, temos uma tarefa grande pela frente. Uma tarefa onde os recursos não são aqueles em que nós realmente precisaríamos para cumprir essa tarefa. Então teremos que fazer no mínimo o mesmo que já havia sendo feito e com menos.

É uma tarefa que tem 5 (cinco) a 6 (seis) ministérios com proeminência. Óbvio que o Ministério do Meio Ambiente é aquele que tem o maior impacto. Então teremos

que cerrar fileira, estarmos todos com os ombros juntos, para que consigamos manter essa queda dos índices de desmatamento e com isso darmos uma resposta efetiva. Ao mesmo tempo, temos que trabalhar de forma consistente, não só na questão da imagem, mas também dentro do Parlamento, para que os projetos de lei que atingem outros aspectos que são da política ambiental do Governo Bolsonaro, como a regularização fundiária, a mineração em terra indígena, além de outro que foi muito bem mencionado pelo Ministro Ricardo Salles, que é a questão da precificação do carbono, algo que temos que discutir e colocar na mesa. Temos que ter uma opinião única aqui dentro do nosso Governo e trabalharmos o tempo todo, martelando as nossas ideias.

A nossa próxima reunião será o mês de maio. Lembro que todos têm que indicar até a próxima semana seus representantes para o Grupo Gestor. O Grupo Gestor será fundamental para que a cooperação, essa é a palavra-chave no trabalho que vamos realizar, surta efeito e nós consigamos avançar.

Lembro sempre que as Forças Armadas são a nossa última linha, nosso último argumento, e elas estarão sempre pronta, caso necessário, para intensificar o apoio às ações, não só das agências ambientais, mas também das agências como a Funai, o INCRA e as outras que estarão envolvidas nessas atividades.

Meu muito obrigado a todos e vamos em frente.

Assinam:

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Antonio Hamilton Martins Mourão

Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto

Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina

Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes

Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno

Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tércio Issami Tokano

Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra Petrônio Augusto Siqueira de Aguiar

Ministério da Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa

Ministério da Infraestrutura, Isa Amorim

Ministério do Desenvolvimento Regional, Cláudio Seefelder

Secretaria-Geral da Presidência da República, Vanessa Lima

Secretaria de Governo da Presidência da República, Gen Mário Fernandes

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador George Firmeza



REGISTRO DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos no Palácio do Itamaraty em Brasília, DF, no dia 26 de maio de 2021, às 1500h, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária.

Na abertura, o Presidente do CNAL destacou a importância do momento para o Conselho; comentou os dados do combate ao desmatamento e às queimadas na Região Amazônica; ressaltou a importância do trabalho conjunto dos órgãos governamentais, a fim de mostrar para a população brasileira e para o exterior o que tem sido feito para reduzir o desmatamento; ressaltou ainda que o Governo sofre pressões, na pessoa do Presidente da República; recordou pontos importantes da Operação Verde Brasil 2, bem como os dados positivos alcançados, e que o fim dessa operação impôs a edição do Plano Amazônia 2021/2022. Agradeceu o trabalho que tem sido realizado por todos e fez uma apresentação com o seguinte roteiro:

- Conselho Nacional da Amazônia Legal e Plano Amazônia 2021/2022
- Situação atual e projeções de desmatamento na Amazônia Legal
- Observações
- Conclusão.

O VPR lembrou o que é o CNAL, órgão colegiado, que considera mais importante a atribuição de coordenar e integrar as ações governamentais, e que buscou a participação dos estados, dos municípios, da sociedade civil e do setor privado em todos os momentos. Mencionou também a competência do Conselho para implementar políticas públicas na Região e para fortalecer a presença do Estado na Amazônia Legal.

Chamou a atenção para o fim da Operação Verde Brasil 2 e para o Plano Amazônia 2021/2022, que estabeleceu diretrizes para a continuidade das ações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal e às queimadas, visando apresentar uma pronta resposta do Estado para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional.

Demonstrou por meio de gráfico o sucesso da Operação Verde Brasil 2 com relação ao desmatamento, quando houve no período apenas um único mês negativo, outubro de 2020.

Informou sobre a definição de áreas prioritárias para uma ação mais enfática, sobre a redução até 2022 dos ilícitos e ressaltou a intenção de assegurar o engajamento federal para zerar o desmatamento ilegal até 2030.

Citou os quatro eixos do Plano Amazônia:

1. Priorização das Áreas (onze municípios prioritários);
2. Contenção de Ilícitos (não tolerar criminalidade);
3. Fortalecimento e integração; e
4. Desenvolvimento sustentável.

Apresentou os dados do PRODES com uma redução de 15% até 30 de abril deste ano, período em que as Forças Armadas atuaram na região, apesar de março e abril ter havido uma

tendência de alta, e que maio houve um crescimento avassalador, 804 km desmatado. Informou que o Estado do Pará é o campeão em desmatamento, seguido por Mato Grosso, Amazonas e Rondônia (prioridade de trabalho).

Demonstrou através de gráfico o trabalho de inteligência que está sendo realizado pelo Grupo de Integração para a Proteção da Amazônia - GIPAM, apontando os locais no terreno onde é necessário atuar.

Informou sobre a estimativa, até 31 de maio, de mais de mil quilômetros desmatados e se essa tendência persistir até 31 de julho, teremos um número pior que o ano passado, lembrando que os próximos 2 meses de enfrentamento serão sem as Forças Armadas.

Descreveu o problema sobre áreas não destinadas e que são invadidas na esperança da ocorrência de uma regularização fundiária, e sobre a necessidade do Governo exercer autoridade e cancelar o Cadastro Ambiental Rural - CAR. Comentou sobre a necessidade de esforço de todos os órgãos governamentais para a integração de dados de geoinformação dos sistemas de monitoramento, fiscalização ambiental e ordenamento territorial e, neste aspecto, destacou o trabalho do GIPAM e a cooperação das diversas agências que o integram.

Concluiu ressaltando a necessidade de serem reforçadas as ações de combate aos ilícitos ambientais, nos pontos mais significativos.

O VPR passou a palavra para o Ministro das Relações Exteriores que agradeceu a participação de todos e mencionou que participava pela primeira vez da Reunião Ordinária do CNAL. Destacou que as ações do Conselho conferem coerência e efetividade, que somente com isso poderemos exercer a soberania sobre a Região Amazônica e abrir caminho para o desenvolvimento sustentável. Disse que as diretrizes do CNAL são a base para sustentação da política ambiental perante os parceiros internacionais e que esse é o momento de o Brasil colocar em prática os compromissos na área ambiental. A Amazônia é o maior ativo ambiental do mundo e que recai sobre o Brasil o desafio de garantir sua conservação e a oportunidade de criar bioeconomia sustentável e justa. Finalizou afirmando que o Itamaraty tem uma relação muito grande com a Amazônia e que podem contar com o apoio do MRE.

O Ministro-Chefe da Casa Civil parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido e por suas ações, pois esse trabalho é hercúleo. Comentou que por conhecer a Região, sabe da dificuldade e das dimensões do trabalho na Amazônia, e solicitou que todos os atores envolvidos colaborassem efetivamente com ações práticas. Mencionou encontro com embaixador britânico, que o assunto foi meio ambiente (essa é a pauta do momento) e pediu à equipe envolvida que todos colaborassem efetivamente.

O Ministro das Minas e Energia destacou ações do Ministério conjuntamente com seus órgãos. A Agência Nacional de Mineração - ANM realizou três operações com a Receita Federal e com a Polícia Federal, quando foram apreendidas mais de duzentas mil toneladas de manganês. Sobre a permissão de lavra/garimpeiro na Região de Tapajós, foi feito levantamento dos garimpos e análise de mais de mil processos, com a finalidade de regularizar a situação e evitar conflitos, e foram realizadas setenta reuniões de conciliação e acordo entre mineradora e garimpeiros. Informou dados da força de trabalho da ANM com movimentação de pessoal e realização de concurso na área de fiscalização, somando cento e cinquenta cargos. No âmbito social, mencionou o Programa Mais Luz para Amazônia, que pretende atender mais de oitenta e duas mil famílias e serão mais de trezentas e cinquenta mil pessoas atendidas.

A representante da Secretaria de Governo da Presidência da República disse que estão em parceria para realizar as ações solicitadas.

O Secretário Especial de Assuntos Estratégicos informou sobre um pedido do Presidente da República para a SAE elaborar uma política nacional de desenvolvimento e que, obviamente, a Amazônia e as ações previstas no CNAL serão contemplados nessa política. Também foi solicitado pelo Presidente da República uma agenda nacional estratégica com duzentas ações,

que incluirá a Região Amazônica. Fez três sugestões, sendo duas relativas à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, para que a SAE seja convidada a participar, e a terceira em relação ao Parlamento Amazônico: a SAE considera que o CNAL pode contribuir para a elaboração de uma agenda temática de diálogo entre os parlamentares da Região.

O representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública informou sobre a preocupação do Ministro em relação ao tema e sua disposição para trabalhar. Detalhou algumas ações. A Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP deu continuidade a algumas operações e outras foram iniciadas, como a Operação Onda Verde, em apoio ao IBAMA, em alguns municípios do Pará e em Porto Velho. Comentou sobre a Operação Chico Mendes, que visa combater o desmatamento ilegal, extração de minério, madeira. Informou que a Fundação Nacional do Índio - FUNAI tem feito trincheira em algumas áreas indígenas para dificultar a entrada de pessoas não autorizadas e que a Polícia Federal - PF fez aproximadamente quatrocentos e vinte e nove operações na área ambiental, sendo 316 na área da Amazônia Legal. Foram criados grupos de investigações ambientais sensíveis que atuam em Manaus e Porto Velho. Sobre a Polícia Rodoviária Federal – PRF, citou o nome de algumas operações, como a Operação Madeira de Lei e a Verde Brasil 2, e informou que o Ministro tem o compromisso de intensificar ações.

O representante do Ministério da Defesa justificou a ausência do Ministro da Defesa que se encontrava em visita operacional à Região Amazônica. Disse que o Ministério e as Forças Armadas estão à disposição para contribuir com os órgãos competentes nessa missão. O ministério tem atendido as demandas do Grupos Gestor e havendo nova demanda, estão aptos a contribuir.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destacou que no início do Governo o ministério realizou uma visita à Região Amazônica, juntamente com os governadores da Região, onde perceberam a importância da regularização fundiária e também da renda das pessoas que lá vivem. Ressaltou o que foi feito pelo INCRA: há seis assentamentos aptos a titulação, mil e novecentos famílias beneficiadas, quatro glebas em regularização. Agradeceu ao Ministro-Chefe da Casa Civil enquanto Ministro da Secretaria de Governo pelos recursos liberados para a regularização fundiária. Mencionou a Ação da Bioeconomia para capacitar pessoas para que tenham renda e falou sobre a importância do Serviço Florestal Brasileiro em relação a sobreposição do CAR em terra pública, podendo fazer com os estados o seu cancelamento.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Regional realizou uma apresentação com as principais ações, citando a criação do programa de fortalecimento das capacidades governativas, as rotas de integração nacional (46 polos em 900 municípios), contemplando atividades com açaí, mel, cacau, biodiversidade, economia circular e tecnologia de informação/comunicação, a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, e a criação de um aplicativo chamado Transparência MDR.

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações mencionou o compromisso e o empenho do Ministério nos projetos na Região Amazônica. O Ministério tem se empenhado na melhoria dos sistemas e também do desenvolvimento científico e tecnológico afetos à preservação da Amazônia, igualmente nas questões de desenvolvimento científico/tecnológico ao desenvolvimento sustentável. Destacou a liberação de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, para que projetos consigam desenvolver o manuseio sustentável na Região Amazônica, e a instalação de sensores que deverão atender a comunidade científica e permitir a proteção e a preservação da Amazônia, identificando movimentos estranhos.

O representante do Ministério das Comunicações informou sobre o Plano de Comunicação do Plano Amazônia 2021/2022 e que tem trabalhado em parceria com a Ascom da VPR, que tem publicado notícias do plano, assim como os resultados da Operação Verde Brasil 2,

nos canais digitais do Governo. Informou que foram implantados mais de cinco mil pontos de wi-fi na Amazônia Legal com a implementação do Programa Norte Conectado.

O representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR enalteceu o trabalho realizado pelo CNAL e disse que é testemunha dos esforços realizados. Reafirmou o compromisso do GSI/PR por intermédio da participação da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN compondo o grupo de inteligência ambiental.

O representante do Ministério da Economia repassou as ações do ministério na Região como o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, que conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, contempla os municípios prioritários do CNAL e começará em junho com parceria do MRE. Em relação ao financiamento da bioeconomia nos estados da Amazônia Legal, informou que estão incluindo produtos que já estão sendo implementados. Também estão mapeando casos de sucesso e de fracasso relativos a bioeconomia. Destacou que projetos de infraestrutura passarão a incluir o aspecto ambiental (impacto ambiental) e que os avanços são de longo e médio prazo. Também se mostrou preocupado com a imagem do Presidente da República e do Brasil no exterior (para investidores/percepção de risco). É necessário reverter o trabalho das atividades ilícitas para lícitas, desenvolver atividades que gerem emprego e empreendedorismo na Região. A crise econômica com a pandemia tem gerado menos emprego e destacou que nos quatro primeiros meses do ano foram gerados mais de um milhão de empregos formais. Comentou sobre a necessidade de ser mais utilizado o setor privado e a Suframa nas ações de inclusão produtiva e que o Sistema S está à disposição para criação de empregos.

O representante do Ministério da Infraestrutura reafirmou o compromisso de levar infraestrutura com sustentabilidade, em especial para Região Amazônica.

O representante do Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI permanece com várias ações na saúde indígena, conta com o apoio de outros órgãos e que a vacinação indígena está avançada.

Ao término da reunião, o Presidente do CNAL agradeceu a participação de todos, disse que é uma tarefa difícil, que a Região Amazônica representa 60% do Brasil, não está conectada com o País, tendo como exemplo a situação da crise de oxigênio, e por fim lembrou que o desmatamento possui dois aspectos, a impunidade e a venda de madeira, e a necessidade de cancelar CAR e de se cumprir a legislação.

Assinam:

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Antonio Hamilton Martins Mourão

Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos

Ministro das Relações Exteriores, Carlos França

Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque

**Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República,
Flávio Rocha**

Ministério da Justiça e Segurança Pública, Márcio Nunes de Oliveira

Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra Petrônio Augusto Siqueira de Aguiar

Ministério da Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa

Ministério da Infraestrutura, Larissa Amorim

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Carlos Alberto Flora Baptistucci

Ministério das Comunicações, Flávia Nascimento

Ministério do Desenvolvimento Regional, Daniel Ferreira

Ministério da Saúde, Alexandre Nogueira

Secretaria de Governo da Presidência da República, Gabriele Olivi

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Osmar Lootens



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

REGISTRO DA 6ª

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Reunidos no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, em Brasília-DF, no dia 24 de agosto de 2021, às 15h00, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária.

O Presidente do CNAL abriu a reunião destacando a elaboração do Programa Nossa Amazônia, que será distribuído via Sistema Eletrônico de Informações – SEI para todos os ministérios. Confeccionado pelas comissões, os ministérios terão um mês para ratificarem ou retificarem o trabalho, sendo esta a última fase. Será um produto do Governo do Presidente Bolsonaro, trabalho do Estado brasileiro voltado para a Amazônia.

Abordou o conceito de soberania, intimamente ligado ao problema que vive a Amazônia. Embora a soberania implique controle absoluto de um território em sentido jurídico, o controle de fato por um governo é sempre uma questão com diferentes graus. Citou as razões que limitam a soberania: a interdependência econômica internacional, o fluxo de refugiados, o tráfico de drogas e de armas, bem como as ações do crime organizado, e que, neste século 21, a questão da sustentabilidade é um dos fatores que influencia a soberania. Desta forma, a questão do desenvolvimento da Amazônia, onde diversos atores não estatais limitam a nossa soberania, é algo que tem que ser abraçado pela Nação como um todo, tornando-se uma política permanente de Estado, sob pena de em curto prazo o País sofrer severas consequências.

Prosseguiu dizendo que ao fazer referência à soberania, teria que falar de intervenção, que na sua definição mais ampla se refere às ações externas que influenciam os assuntos internos de outro Estado, ocorrendo diversos graus de coerção. A escalada de como ocorre a intervenção, os discursos, a propaganda, a ajuda econômica, os assessores militares, o apoio a oposição, o bloqueio e as duas últimas medidas mais coercitivas, a ação militar limitada e a invasão propriamente dita. Solicitou que todos observassem que atualmente já ocorre intervenção do tipo discurso e propaganda em relação à questão da Amazônia e a necessidade de entender as dificuldades do problema que todos têm pela frente.

Abordou o tema portfólio de governança para Amazônia Legal, que se originou do Plano Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal 2020/2030. Baseado nesse plano, foi confeccionado o Programa Nossa Amazônia, cujo um dos itens é o Plano Amazônia 2021/2022, de onde decorre a Operação Samaúma.

Afirmou que, por outro lado, o Consórcio dos Governadores da Amazônia lançou o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal, com políticas setoriais, programas e planos setoriais.

Ao mesmo tempo estavam sendo realizadas conversas com a iniciativa privada para que apoiem os projetos, sejam dos estados sejam do Governo Federal, no sentido de avançar naquilo que considera fundamental para solucionar a questão da Amazônia, que é ter, efetivamente, um desenvolvimento baseado na realidade existente no terreno e não o desenvolvimento predatório como tem ocorrido nos dias de hoje.

Tratou sobre a questão do ordenamento territorial, um dos problemas sérios existentes na Amazônia, da inovação e do desenvolvimento da bioeconomia, e da integração de sistemas, por meio da melhoria do sistema de monitoramento e de apoio à decisão, um dos trabalhos que vem sendo realizado pelo Grupo Gestor e pelo Grupo de Inteligência Ambiental junto ao Censipam.

Em relação à questão do desmatamento, informou sobre o fechamento do ciclo do PRODES em julho com uma redução de aproximadamente 5%, em relação ao ciclo anterior.

Conversou com o Ministro da Defesa para que estenda a GLO, com os recursos que restaram, de modo que, quando os nossos negociadores chegarem em Glasgow para a COP 26, em novembro, se tenha números positivos e principalmente demonstre claramente o comprometimento do Estado brasileiro (Governo Bolsonaro) de resolver esse problema.

Na sequência, cumprimentou os ministérios pelo trabalho que foi realizado ao longo dos últimos dois meses, desde que se iniciou a Operação Samaúma, com resultados extremamente positivos, mas que é preciso manter a impulsão e é fundamental que se consiga atingir o objetivo.

Solicitou que ao receberem o Plano Nossa Amazônia seja respeitado o prazo para que se consiga fazer a entrega em outubro, um mês antes da COP 26, para deixar claro o compromisso do Estado brasileiro com o que vem ocorrendo na Amazônia.

Passou a palavra aos ministros e aos representantes dos ministérios para as suas considerações.

O Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ciro Nogueira Filho, parabenizou pela explanação e pela precisa análise da situação atual no que diz respeito a Amazônia e que temos o desafio e a responsabilidade de atuar na sua preservação, sendo fundamental melhorar os índices de sustentabilidade da região.

Informou que tem reforçado a todo momento a necessidade de trabalhar pela proteção do nosso meio ambiente; que todos sabem do papel que isso representa na imagem do nosso País, para o bem ou para o mal, e que é fundamental que passemos a mostrar ao mundo que, definitivamente, o Brasil atua de forma séria no combate ao desmatamento e às queimadas.

Reafirmou a confiança que, por meio das ações integradas dos órgãos representados no Conselho, se pode dar a resposta que a sociedade e o mundo esperam na direção de um desenvolvimento mais sustentável da Amazônia, e que o sucesso das ações depende da dedicação de cada um e do empenho de todos, e que teremos sem dúvida um resultado ainda melhor do que o planejado.

O Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informou que esse trabalho de coordenação é fundamental para que se apresente ao mundo soluções. Falou sobre a cúpula que o Presidente Biden convocou em abril como um desafio, porém ele vê como uma oportunidade para que se exponha esse trabalho de coordenação, feito sobretudo aqui, e se elabore um trabalho de qualidade para manter o Brasil na vanguarda do desenvolvimento sustentável.

Comentou que o desenvolvimento sustentável não se resume a dimensão ambiental, havendo outras duas vertentes, a econômica e a social, que são incontornáveis. Não há crescimento econômico nem progresso social que se sustentem sem a preservação dos recursos naturais. Da mesma maneira que o meio ambiente saudável só é possível com prosperidade e oportunidade para todos.

Encerrou felicitando o Presidente do CNAL pelo propósito claro, pela visão estratégica e pela liderança firme com quem tem conduzido as atividades do Conselho. Com trabalho estruturado, perspectiva de longo prazo e balizas fixadas pelo colegiado, continuará a orientar o desenvolvimento sustentável, oferecendo ao Brasil os resultados concretos e o legado sólido que apenas as iniciativas autenticamente de Estado podem proporcionar.

O Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, Flávio Augusto Viana Rocha, agradeceu pela objetividade e realismo com que o Vice-Presidente tem liderado o Conselho, que facilita o trabalho e que procura desapegar do curto prazo e se planejar o médio e longo prazo. Prosseguiu informando que não podemos deixar de observar que, diante de muitas catástrofes que ocorrem no mundo, o Brasil deu exemplo levando solidariedade ao povo do Haiti, com mais de dez toneladas de equipamentos, mantimentos e medicamentos.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Geral, Mário Fernandes, reconheceu o trabalho

extraordinário que o Conselho faz no âmbito do Executivo e do País. Dentro das atribuições da Secretaria-Geral, o principal foco está na relação e na coordenação dos marcos jurídicos com os demais órgãos do Governo Federal, por intermédio da Subchefia para Assuntos Jurídicos. Concluiu afirmando sobre a grande importância que o Conselho tem nesse momento do País, junto com a coordenação exercida pela Casa Civil no âmbito interno e com a exercida pelo Ministério das Relações Exteriores junto a organismos internacionais na direção de três grandes objetivos, sendo o primeiro, o combate à narrativas de alguns atores internacionais, que depreciam, injustamente, os princípios, a sustentabilidade e os avanços da Política Ambiental Brasileira, o segundo, a comunicação estratégica e projeção dos verdadeiros aspectos dessa Política Ambiental, para Organismos Internacionais como a OCDE e, também, para os Estados Membros daquela Organização, e por fim, o terceiro objetivo, uma preparação propositiva e alinhada dos representantes do Brasil que participarão da COP-26, em novembro próximo.

O Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Marcos Montes, expressou a alegria ao ser informado que está sendo revertida a tendência do grave problema de desmatamento que temos e assim melhorar a imagem do País. Informou que o ministério tem procurado avançar fortemente em relação às questões da bioeconomia e do ordenamento territorial, que trará dignidade, confiança e segurança àqueles que estão fiscalizando, sabendo quem punir pelo desmatamento ilegal. Falou que o País tem avançado bastante, mostrando principalmente ao mundo que o Brasil é um país que cresce muito, sob o ponto de vista do agronegócio, e que cresce com sustentabilidade.

O Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sergio Freitas de Almeida, falou sobre a queda dos indicadores de desmatamento que vem sendo registrada nos dois sistemas, PRODES e DETER, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Destacou as ações relacionadas a projeto de bioeconomia, em colaboração com o MAPA, que são as cadeias produtivas de assai, pirarucu, cupuaçu e castanha.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Moura Alves, informou que o ministério atua de maneira muito direta no âmbito do Conselho, das comissões e subcomissões, e de maneira muito proativa nas operações; que o ministério propôs um concurso de aproximadamente 740 (setecentos e quarenta) novos integrantes para o ICMBio e IBAMA, em fase final de aprovação, e reiterou o aspecto cooperativo do ministério.

O Chefe de Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, Major-Brigadeiro Flávio Luiz de Oliveira Pinto, apontou a importância da coordenação que vem sendo estabelecida pelo CNAL, falou dos números mais recentes da Operação Samaúma, que a Defesa entende que somente foi possível devido a sinergia que é proporcionada pelo Conselho e que qualquer diminuição desse esforço vai impactar nos gráficos apresentados. Reforçou que, terminada a Operação Samaúma, as Forças estarão à disposição.

O Secretário-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional, Brigadeiro Osmar Lootens Machado, informou ser testemunha do esforço realizado nas Operações Verde Brasil I, II e Samaúma, que essas operações forneceram subsídios para a continuidade do Programa Nossa Amazônia e reafirmou o compromisso por intermédio da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, que compõe o Grupo de Inteligência Ambiental.

O Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Araújo Almeida de Araujo, informou que o ministério está acompanhando atentamente as operações, adiantou que estão à disposição e que as forças de segurança estão presentes em vários setores e em várias regiões do País.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações, Flávia Nascimento, reiterou o compromisso do ministério com as iniciativas e os projetos de apoio ao desenvolvimento sustentável, e com a realização da campanha publicitária atrelada a Operação Samaúma, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social da Vice-Presidência. Comentou sobre o investimento na conectividade da Região Amazônica com a implementação da Infovia 00, que liga Macapá a Santarém, assim como o início das obras da Infovia 01, que vai de Curuá a Autazes e, por fim, a instalação de 5.807 (cinco mil, oitocentos e sete) pontos de *wifi* na região beneficiando 695 (seiscentos e noventa e cinco) municípios.

O Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da

Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa, manifestou alegria em ver os dados de agosto. Informou que, após sair da última reunião do Conselho, conversou com várias federações e associações para tentar apoiar a reversão dos dados que eram preocupantes, que houve uma queda significativa do desmatamento em agosto e que ainda há muito o que fazer. Citou duas grandes contribuições do ministério, garantir que haja recursos e pessoas para que isso seja feito, que no pilar do desenvolvimento sustentável a solução sustentável para a Amazônia é o desenvolvimento com base sólida que proteja, preserve e contribua para o povo. Informou que o custo Amazônia é caro, que é difícil fazer negócio lícito na Região e que a distância dos principais centros dificulta, precisando de soluções definitivas que passem pela sustentabilidade.

O Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Pedro Paulo Dias Mesquita, parabenizou a ação do CNAL e a queda dos índices de desmatamento com destaque para a importância da atuação integrada. Quanto à atuação da Agência Nacional de Mineração – ANM, tem dedicado atenção especial à formalização de permissão de lavra garimpeira na região do Tapajós com vista a regularizar a atividade, evitando a geração de conflitos. Destacou a ação de grandes projetos, que funcionam como vetores da região, e a importância do Programa Mais Luz para a Amazônia.

O Secretário Especial de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, Flávio Adalberto Ramos Giussani, informou o compromisso em apoio à estruturação das parcerias com todos os entes federativos e na revisão e consolidação de toda legislação em nível federal, estadual e municipal, sendo importante, sobre o ponto de vista do ordenamento jurídico, um ambiente propício para a execução de todas as ações.

A Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Larissa Amorim, reafirmou o compromisso com o Conselho de levar infraestrutura sustentável para toda a Região Norte e comunicou que o DNIT vai realizar as audiências públicas para o licenciamento ambiental da BR 319, sendo um empreendimento emblemático para o ministério. O primeiro estudo ambiental foi conclusivo ao dizer que a repavimentação só será possível num cenário de alta governança, sendo a atuação do CNAL fundamental para levar infraestrutura à principal capital da Região, que está isolada por via terrestre até hoje do restante do Brasil, e não tornar essa rodovia um vetor de desmatamento para que ela simbolize que é possível fazer infraestrutura com a sustentabilidade.

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, Francisco Soares de Lima Júnior, comentou sobre o início dos trabalhos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. Informou que o trabalho das rotas de integração e o apoio a gestão de municípios estão sendo realizados e que recebem assistência de vários órgãos. Comunicou, ainda, o desenvolvimento dos polos que fazem parte da rota da integração nacional.

Para finalizar a reunião, o Presidente do CNAL agradeceu a presença de todos e comentou mais uma vez sobre a preocupação com nossa soberania, sendo um assunto fechado, para se ter consciência da gravidade do problema a ser enfrentado em relação à Amazônia e que foi colocado como exemplo o problema da BR 319.

Informou sobre a necessidade de trabalhar com sinergia para poder vencer e que este é um problema do Estado brasileiro, independente do Governo que estiver; qualquer um terá que enfrentar esta questão de peito aberto e que não é somente a repressão, temos que dar condições para que as pessoas se estabeleçam corretamente. O Estado tem que resolver problemas que se arrastam a quarenta, cinquenta anos e que não foram resolvidos ainda.

Assinam:

Antonio Hamilton Martins Mourão

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Ciro Nogueira Filho

Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Carlos Alberto Franco França

Ministro das Relações Exteriores

Flávio Augusto Viana Rocha

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Mário Fernandes

Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Marcos Montes

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sergio Freitas de Almeida

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Fernando Moura Alves

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

Maj Brig Flávio Luiz de Oliveira Pinto

Chefe de Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa

Osmar Lootens Machado

Secretário-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Araja Almeida de Araujo

Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Flávia Nascimento

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações

Carlos Alexandre Jorge da Costa

Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

Pedro Paulo Dias Mesquita

Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia

Flávio Adalberto Ramos Giussani

Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República

Larissa Amorim

Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura

Francisco Soares de Lima Júnior

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Augusto Viana Rocha**, **Secretário Especial**, em 30/09/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Lootens Machado**, **Secretário-Executivo substituto**, em 30/09/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Secretário-Executivo**, em 30/09/2021, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Adalberto Ramos Giussani, Secretário(a) Especial**, em 04/10/2021, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA DUARTE NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 05/10/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Jorge Da Costa, Usuário Externo**, em 06/10/2021, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MONTES CORDEIRO, Usuário Externo**, em 07/10/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ciro Nogueira Lima Filho, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**, em 13/10/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Carolina Amorim dos Santos, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ARAJÁ ALMEIDA DE ARAÚJO, Usuário Externo**, em 04/11/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES, Usuário Externo**, em 08/11/2021, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Dias Mesquita, Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Soares de Lima Junior**, **Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MAJ BRIG AR FLÁVIO LUIZ DE OLIVEIRA PINTO**, **Usuário Externo**, em 23/11/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FREITAS DE ALMEIDA**, **Usuário Externo**, em 01/12/2021, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**, **Usuário Externo**, em 03/12/2021, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2911285** e o código CRC **05CF2D9C** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

**REGISTRO DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

Reunidos no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 23 de novembro de 2021, às 10h, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, presidido pelo senhor Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária.

O Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, como anfitrião, agradeceu a presença de todos e disse que o Plano Nossa Amazônia é o mais recente exemplo dos muitos avanços obtidos desde a reativação do CNAL e o empenho conjunto em prol do desenvolvimento sustentável da região torna-se verdadeiramente imprescindível para o reforço da credibilidade junto a interlocutores externos.

Dentre as ações estratégicas do Plano Nossa Amazônia, destacou a contribuição do Itamaraty em três áreas: o combate a ilícitos ambientais e fundiários; o diálogo no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; e o estímulo à bioeconomia e à inovação.

Neste fim de 2021 o Brasil continua a atuar com engajamento e espírito construtivo nas negociações internacionais sobre meio ambiente, e na COP 26 formalizamos o compromisso de atingir a neutralidade climática até 2050 e antecipamos a meta de erradicar o desmatamento ilegal para 2028. Também apoiamos a declaração sobre florestas e uso da terra, e o compromisso global para a redução de emissões por metano.

O Itamaraty tem orgulho de contribuir para o avanço nas negociações internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável e para os esforços do Governo Federal nessa área, estando sempre pronto a trabalhar ativamente para defesa da nossa soberania, para o bem-estar do nosso povo e para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Após as palavras do anfitrião, o Vice-Presidente da República abriu a reunião cumprimentando a todos os participantes, realizou algumas considerações sobre os principais assuntos que norteiam o Conselho e, em seguida, passou a palavra aos ministros ou seus representantes legais para exporem as ações que foram realizadas ao longo do período, no sentido de fazer avançar as ações estratégicas previstas no plano de ação.

O Ministro da Defesa, Walter Souza Braga Neto, informou que mesmo sem haver operações de GLO as Forças Armadas continuam em operações de combate ao desmatamento e queimadas ilegais, por meio de apoio logístico, de inteligência e de comando e controle aos órgãos de fiscalização ambiental.

Disse que o ministério presta apoio tecnológico por meio do Censipam com a produção de conhecimento em prol da atuação dos órgãos de fiscalização na região. Acrescentou que recentemente foi inaugurado o Painel do Fogo, ferramenta que amplia a captação e a análise de imageamento por satélite, gerando dados importantes para a tomada de decisão.

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, congratulou a equipe do Conselho pela elaboração do Plano na dimensão, abrangência e complexidade, refletindo a dedicação

dos integrantes do Conselho em compreender a realidade amazônica e apresentar soluções práticas e concretas que apresentem resultados no curto, médio e longo prazo.

Avaliou que o plano constitui um importante elemento da estratégia do Estado brasileiro para a Amazônia Legal. A atuação do ministério nas áreas de competência se concentram em duas das cinco ações estratégicas prioritárias: estímulo a bioeconomia e inovação, e o ordenamento territorial. Finalizou mencionando os resultados da COP 26 e os esforços que o Brasil deverá fazer nos próximos anos, sobretudo a meta de erradicação de desmatamento ilegal até 2028, e que a colaboração deste Conselho será fundamental para atingir essa meta. Iniciativas como o Plano representam uma contribuição valiosa para promover a coordenação e a sinergia entre os esforços dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O Vice-Presidente destacou a tarefa que todos têm pela frente para cumprir as metas que o Estado brasileiro apresentou na COP 26.

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, destacou a importância da reunião e que a Amazônia Legal é sempre uma grande oportunidade pela sua biodiversidade e pela necessidade de conciliar o seu desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental, mas também é um desafio na área da saúde onde o ano de 2021 foi marcado pela emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19.

Dentro da biodiversidade da Amazônia há uma oportunidade imensa para o desenvolvimento do complexo industrial brasileiro da saúde com a identificação de princípios ativos inovadores que podem ser úteis para o controle de diversas doenças.

A SESAI, através dos distritos sanitários localizados nos estados da Amazônia Legal, presta atenção básica à saúde a essa população e apoia os indígenas que precisam de tratamentos especializados através das estruturas das Casas de Saúde Indígena – CASAI.

O ministério tem uma atenção especial com os yanomâmis onde existe um problema crônico há mais de três décadas. Pessoas que nada tem de concreto em relação ao interesse da população indígena exploram esse fato para criar as mesmas narrativas de sempre, notadamente na região de Surucucu onde o crime organizado usa a populações indígena no garimpo ilegal.

O Vice-Presidente comentou o caso que vem sendo explorado de forma totalmente inverídica pela mídia da Terra Indígena Yanomâmi.

O Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, reconheceu que o Conselho da Amazônia se mantém vivo por causa da determinação e resiliência do Presidente do CNAL, apesar de todas as dificuldades inerentes à gestão do governo. Afirmou que a narrativa contra o Brasil na Europa é a pior possível nesse assunto do meio ambiente, completamente distorcida, considera uma luta muito difícil e o Conselho da Amazônia tem papel fundamental contra essa falsa narrativa.

O Vice-Presidente comentou a questão dos grupos de pressão que trabalham contra o Brasil, em três grupos: o político, o econômico e o dos ambientalistas.

O Advogado-Geral da União - AGU, Bruno Bianco Leal, agradeceu a participação no Conselho cujo trabalho é referência no Brasil e no mundo, e disse que em 2019 foi criada uma força-tarefa em defesa da Amazônia, que atua no exercício de poder de polícia, na reparação de danos ambientais e na cobrança de créditos. Disse também que há uma política de acordos substitutivos que buscam a reparação do dano ambiental. Em muitos casos, além da lei ambiental, tem se buscado a possibilidade de acordos judiciais visando à reparação em valores financeiros. Informou que foi criado um guia de contratações públicas que representam aproximadamente 20% do PIB, então, de fato o serviço público consome demais. A Advocacia-Geral da União tem atuado de forma consultiva em processos jurídicos, fazendo com que as políticas de compras públicas tragam esse viés sustentável e socioambiental.

O Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Flávio Augusto Viana Rocha, considerou a reunião de importância relevante pelo fato de, além de ser marcante o nível que está chegando o plano estratégico, se seguir a realização da COP 26. Ressaltou que diante do que foi proposto na COP 26, as questões relacionadas aos recursos financeiros continuam sendo e passarão a ser cada vez mais uma linha divisória na diplomacia climática. Informou que surgiu uma coalizão de investidores em relação ao estímulo internacional para a economia verde; o Brasil e as nossas empresas privadas devem estar atentos às oportunidades que aparecerão desses novos paradigmas e

também passarão a observar novas regras que naturalmente deverão emergir no seio dos países mais desenvolvidos. Finalizou ressaltando a importância da iniciativa que veio dos Ministérios da Agricultura, Defesa, e Ciência, Tecnologia e Inovações, que é o aproveitamento dos dados de climatologia para otimização das pesquisas e todo o esforço que o país tem feito em relação a utilização desses dados em prol da eficiência econômica e social.

O Diretor-Geral da Abin, Alexandre Ramagem, parabenizou o CNAL por toda a estratégia e as ações desempenhadas que o governo proporciona na figura de todos e que nunca antes foi proporcionado. Esta forma proporciona muito mais unidade para um assunto interdisciplinar, interministerial; um trabalho em conjunto de integração fundamental nessa questão, na parte de Inteligência (produção e difusão de conhecimento), que antes estava menos do que zero e hoje está muito mais difundida pelos ministérios, com muito mais cooperação, dando cada vez mais sentido único de consciência situacional de todo o problema, para delimitar as metas e as diretrizes e como cumpri-las.

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Washington Leonardo Guanaes Bonini, renovou o engajamento do Ministério da Justiça e reportou o que está sendo feito: no primeiro semestre foram realizadas 144 operações entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Funai; e no segundo semestre houve concentração de esforços na Operação Guardiões do Bioma, focada no combate aos incêndios, tendo em vista a temporada de seca na Amazônia (congregou mais de 8.500 agentes de todas as forças policiais e bombeiros militares do Brasil, combateu mais de 16.600 incêndios e identificou mais de 6.700 crimes). Informou sobre o projeto que vem sendo conduzido pela Polícia Federal chamado Brasil Mais, que busca e já tem disponíveis imagens de satélite com alta definição para todo o território da Amazônia Legal, que associado a ferramentas de inteligência artificial permite a identificação de pontos de desmatamento e outros crimes ambientais, inclusive queimadas, com uma recorrência semanal. Destacou um problema decorrente da atuação: a destinação do material apreendido (grande quantidade de carretas com madeira apreendidas nos pátios de manobra da PRF, pois a legislação atual não permite um desfazimento em tempo adequado).

O Vice-Presidente comentou que o assunto é recorrente e que nossa legislação é muito lenta para dar destino, sendo necessário trabalhar junto aos legisladores.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações, Flávia Nascimento, destacou as ações de apoio com o objetivo de estabelecer e manter a infraestrutura adequada para os órgãos de fiscalização, assim como de ampliar e aprimorar as iniciativas de serviços de conexão para inclusão digital na região da Amazônia. Informou sobre o Programa Norte Conectado, que prevê a implantação de oito infovias, alcançando cerca de 10.000 Km na região. A Infovia 00, vai ligar Macapá-Santarém, a ser entregue até março de 2022 e a Infovia 01, Santarém-Manaus, a ser entregue até março de 2023. O Programa Wi-fi Brasil já conectou 5.725 pontos na região da Amazônia Legal, chegando a 690 municípios, representando 42% de toda a contratação de pontos do programa, e o edital 5G, que prevê implantação do Programa Amazônia Integrada e Sustentável – PAIS, com a implantação de aproximadamente 10.000 Km de fibra ótica, que vai conectar muito mais municípios e beneficiar a população, além de atrair investimentos do setor privado para o setor.

O Vice-Presidente comentou a situação de acesso, principalmente nas pequenas cidades do interior da Amazônia, sendo um trabalho hercúleo do Ministério das Comunicações e que tem que haver continuidade para que atinja esse objetivo, e que o 5G será fundamental.

O Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sergio Freitas de Almeida, informou que as ações do MCTI se desenvolvem basicamente em torno dos cinco eixos do plano. A pesquisa sobre biodiversidade, que envolve ações relacionadas a regeneração florestal, infraestrutura de pesquisa e gestão de rede de pesquisa; a parte de monitoramento, que envolve satélites, grandes estruturas e monitoramento de emissão de gases; a adaptação e mitigação de efeitos das mudanças dos efeitos das mudanças climáticas voltado para cidades sustentáveis, planos de ação tecnológica e desenvolvimento de sistemas; a área de desenvolvimento social pela parte de formação científica, inovação social e tecnologia social, voltada para atividades relacionadas ao manejo da floresta por comunidades ribeirinhas e capacitação de pessoas naquela região; e, finalmente, a bioeconomia, que se dedica a estimular as cadeias produtivas na área dos temas principais na região, açaí, cupuaçu, pirarucu e outras.

O Vice-Presidente disse que o trabalho do MCTI é fundamental nessa questão da

bioeconomia, sendo o grande indutor da tríplice hélice na Amazônia.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Moura Alves, iniciou destacando a importância feita pelo Conselho na formatação do Plano Nossa Amazônia, que retrata a realidade e os desafios que devem ser enfrentados pelo Estado brasileiro sobre esse tema.

A atuação do Ministério do Meio Ambiente se dá com relação a efetividade no combate aos ilícitos ambientais, sendo que no ano de 2021 atuou de forma muito direta na ampliação das operações de fiscalização e que a suplementação do orçamento foi fundamental para que pudesse avançar nesse sentido. Para 2022, o aumento de aproximadamente 600 servidores para o ICMBio e o IBAMA será um esforço que vai colaborar junto com essa frente do ministério. Informou sobre a ampliação da Operação Guardiões do Bioma, destinada a combater os incêndios florestais, um redirecionamento para a questão dos ilícitos ambientais, isso tudo baseado no acordo de cooperação técnica assinado no dia 8 de novembro de 2021, sendo parte do esforço para o ano nesse tema.

O Vice-Presidente comentou que o Ministério do Meio Ambiente é a linha de frente do combate às ilegalidades e que o Conselho tem que buscar essa integração para apoiar o trabalho das agências fiscalizadoras, sendo importante a questão da recuperação da capacidade operacional das agências ambientais em pessoal e em material. Esse planejamento é importante para quando aparecer, efetivamente, entidades que queiram cooperar com recursos.

O Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República, Georges Feres Kanaan, disse que a Casa Civil, como centro de governo, segue na importante missão de acompanhar a governança do Conselho e de uma forma prática segue contribuindo com a articulação dos ministérios buscando a concepção dos objetivos estabelecidos pelo Plano. Também apoia as ações de responsabilidade dos diversos ministérios que visam a contribuir para que todos os sistemas de monitoramento e fiscalização dos ilícitos utilizem padrões estruturados de dados, para viabilizar a interoperabilidade entre sistemas, permitindo integração de bases de dados de origem diversas e evitando a duplicidade de esforços na sua geração.

Em relação ao Plano Estratégico, a Casa Civil reconhece ser um plano com uma visão de Estado e que a pasta está diretamente envolvida nos cinco eixos prioritários, com atenção especial na efetividade do combate aos ilícitos ambientais e fundiários, e em particular no que diz respeito ao desmatamento e às queimadas.

O Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade, disse que o crescimento verde é uma visão clara de que o Brasil precisa abraçar de verdade essa agenda verde e essa agenda digital, havendo a necessidade de comunicar isso melhor e dizer ao mundo o que nós somos. Informou que na COP 26 verificou a presença de muitas empresas, muitos fundos de investimento e bancos, significando que o mundo da produção e o mundo financeiro estão olhando de uma maneira diferente esse tema, mais do que somente o discurso, mas que agora a prática será outra. É uma oportunidade grande de mostrar para o mundo o que está sendo feito e que provavelmente o Brasil será o maior produtor dessa *commodity* de carbono, da não emissão ou da limpeza do carbono no ar. Uma riqueza gigante sendo preciso ver como vai acontecer, as certificações como serão estabelecidas, mas que tudo vai passar pelo digital e em relação a Amazônia, o digital é fundamental para povoar e ter o entendimento inteiro da região.

O Vice-Presidente disse que a presença do mercado em relação ao meio ambiente começa a ganhar efervescência desde o Fórum de Davos e a partir do momento que se conseguir induzir os proprietários de terras na Amazônia a compreender que ao preservar os 80% da sua propriedade, que por lei devem ser mantidos, vão receber dinheiro por isso, deve haver a virada nessa questão do combate as ilegalidades.

A Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Larissa Amorim, iniciou falando sobre as audiências públicas do licenciamento ambiental da BR-319, que foram realizadas de maneira presencial em quatro cidades, com apoio do IBAMA e do DNIT para realizá-las, e de forma virtual em cinco cidades. Também contou com o apoio do Ministério das Comunicações reforçando os pontos de wi-fi, com o Programa Wi-fi Brasil e Norte Conectado, e do Censipam, que instalou antenas para acompanhar as equipes no caso de alguma falha de sinal. Destacou o leilão da BR-163, MT-PA, a estruturação do leilão da BR-364, MT-RO, a retomada das obras de pavimentação da BR-230, os serviços de pavimentação das BR-422, 155, 156, 174, 158 e o leilão do Bloco Norte dos aeroportos de Porto Velho,

Manaus, Boa Vista, Tefé, Tabatinga, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Finalizou falando sobre duas obras hidroviárias, a dragagem do Rio Madeira em andamento, que vai permitir a navegação de escoamento de cargas da Região Norte, e o processo de licenciamento ambiental do Pedral do Lourenço.

O Vice-Presidente disse que o Ministério da Infraestrutura tem sido extraordinário e a questão da BR-319, onde tem que ser feito todo esforço dentro da legislação, para que essa rodovia volte a funcionar e permita uma ligação terrestre com a Amazônia Ocidental. O outro ponto importante é o Pedral do Lourenço, ponto importante para o funcionamento da Hidrovia do Tocantins.

O Assessor do Ministério de Minas e Energia, Mauro Henrique Moreira Sousa, informou que a questão ambiental, de um modo geral, sempre esteve na pauta e a necessidade de crescimento de desenvolvimento econômico-social do país impõe que se tenha os planejamentos setoriais necessários para que se possa dar conta dos desafios que se apresentam. Um deles é vencer a dicotomia que se coloca opondo o desenvolvimento versus ambientalismo, sendo isso perfeitamente conciliável e uma necessidade para o país, especialmente pela sua dimensão. Falou sobre ações da Agência Nacional de Mineração, onde no mês de novembro realizou a Operação Guaraci, de repressão ao garimpo ilegal, tanto de ouro quanto de manganês, no interior do Pará, e que estava comprometendo linhas de transmissão que escoam energia de Belo Monte. Informou sobre uma proposta de decreto que institui um programa de incentivo e desenvolvimento da mineração artesanal em pequena escala, devendo cobrir bastante a questão da regularização dessas atividades mineradoras, tidas por ilegais, mas que tem um alinhamento com a questão da bioeconomia, permitindo que essa atividade seja desenvolvida de forma adequada, legalmente estruturada e fiscalizada. Na área de energia, o Programa Luz para Amazônia, que pretende atender em torno de 900 mil famílias, quase 300 mil domicílios na região. As contratações já estão em andamento para atender aos mais remotos locais que não tem acesso à energia. Lembrou a situação de Roraima, único estado da Federação que não está conectado ao Sistema Interligado Nacional de Energia, que em fevereiro de 2019 o Presidente teve a iniciativa de convocar o Conselho de Defesa Nacional e baixou uma resolução caracterizando o empreendimento como de segurança de interesse prioritário nacional. Informou que a licença está na fase de operacionalização para que efetivamente as obras tenham início e no prazo máximo de trinta e seis meses conectar Roraima ao Sistema interligado Nacional, cumprindo a missão de garantir a segurança energética de todos os brasileiros.

O Vice-Presidente lembrou que a questão do garimpo é algo que se arrasta e falou sobre a o artigo escrito pelo ex-ministro Aldo Rebelo de que a omissão dos nossos legisladores em não regulamentar o que prevê a Constituição Federal para a exploração mineral em terras indígenas permite que continue essa situação, que tem que ser combatida diuturnamente. Com isso a exploração é ilegal, danifica o meio ambiente, não paga *royalties* aos indígenas e há uma evasão de divisas do Brasil. Disse que ficou muito satisfeito que depois de dez anos o Linhão de Tucuruí finalmente vai sair, integrando Roraima energeticamente ao restante do país, deixando de transportar um milhão de litros de óleo diesel por dia para abastecer as termelétricas que lá existem.

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, Francisco Soares de Lima Júnior, não fez uso da palavra.

O Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Flávio Adalberto Ramos Giussani, cumprimentou pelas ações e resultados conquistados e registrou que a Secretaria de Governo, através da Secretaria de Assuntos Federativos, tem feito a articulação constante com os entes subnacionais da Região Amazônica, dando condições técnicas para implementação de projetos e programas na região, estando literalmente integrados.

O Vice-Presidente fez uma apresentação onde atualizou a situação e informou que o ciclo do PRODES, encerrado em 31 de julho com 13.235 km² desmatados, que na realidade o desmatamento ilegal é pouco mais de 8.000 Km²; o restante é realizado em áreas privadas, é considerado um desmatamento que foi autorizado.

Apresentou a curva dos desmatadores, sendo o maior o Estado do Pará, seguido por Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Comentou sobre a situação das queimadas, tendo uma queda de aproximadamente 30% em relação ao ano passado e informou que o portfólio de governança para a Amazônia Legal está se encerrando com a finalização do Plano Estratégico, plano do Estado brasileiro para o período desta década até 2030.

O Vice-Presidente encerrou a reunião com a assinatura do memorando de entendimento para a constituição do Grupo de Integração para Proteção da Amazônia – GIPAM e informou que a próxima reunião será em 2022.

O Censipam reúne desde 2020 representantes de diversos órgãos federais realizando a integração de dados e informações para o combate a crimes ambientais na Amazônia Legal, configurando o GIPAM.

Por meio da articulação do CNAL, o Ministério da Defesa, por intermédio do Censipam, e das entidades resolvem celebrar o memorando de entendimento, com o objetivo de unir esforços para apoiar as atividades do GIPAM na análise integrada de informações para conservação, proteção e desenvolvimento da Amazônia Legal.

Assinam:

Antonio Hamilton Martins Mourão

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Walter Souza Braga Netto

Ministro da Defesa

Carlos Alberto Franco França

Ministro das Relações Exteriores

Tereza Cristina Correa da Costa Dias

Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

Ministro da Saúde

Luiz Eduardo Ramos

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Bruno Bianco Leal

Advogado-Geral da União

Flávio Augusto Viana Rocha

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Alexandre Ramagem Rodrigues

Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência

Washington Leonardo Guanaes Bonini

Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Flávia Duarte Nascimento

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações

Sergio Freitas de Almeida

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Fernando Moura Alves

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

Georges Feres Kanaan
Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República

Caio Mario Paes de Andrade
Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia

Larissa Carolina Amorim dos Santos
Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura

Mauro Henrique Moreira Sousa
Assessor do Ministério de Minas e Energia

Flávio Adalberto Ramos Giussani
Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República

Francisco Soares de Lima Júnior
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional



Documento assinado eletronicamente por **Georges Feres Kanaan**, **Assessor Especial**, em 03/01/2022, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA DUARTE NASCIMENTO**, **Usuário Externo**, em 11/01/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Soares de Lima Junior**, **Usuário Externo**, em 11/01/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Henrique Moreira Sousa**, **Usuário Externo**, em 14/01/2022, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Carolina Amorim dos Santos**, **Usuário Externo**, em 17/01/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES**, **Usuário Externo**, em 19/01/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial**, em 19/01/2022, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FREITAS DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 20/01/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **WALTER SOUZA BRAGA NETTO, Usuário Externo**, em 01/02/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Washington Leonardo Guanaes Bonini, Usuário Externo**, em 01/02/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS, Usuário Externo**, em 03/02/2022, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/02/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Adalberto Ramos Giussani, Secretário Especial**, em 14/02/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ramagem Rodrigues, Diretor-Geral**, em 15/02/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CAIO MARIO PAES DE ANDRADE, Usuário Externo**, em 18/02/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA**, **Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO BIANCO LEAL**, **Usuário Externo**, em 04/03/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES**, **Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3090690** e o código CRC **283B56CF** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

**REGISTRO DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

Reunidos no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, DF, em 11 de maio de 2022, às 0900 horas, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL, presidido pelo Senhor Vice-Presidente da República e Presidente do CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária do Conselho.

O Ministro das Relações Exteriores e Chanceler, Carlos Alberto Franco França, como anfitrião, agradeceu a presença de todos e comentou que o Itamaraty é a casa de todos aqueles que zelam pela soberania nacional, pela cooperação com os países vizinhos amazônicos e pelo reconhecimento do Brasil na comunidade internacional. Tal reconhecimento foi bem traduzido na Conferência do Rio 92, em que preservação ambiental e desenvolvimento econômico e social podem e devem caminhar juntos.

O Chanceler ressaltou a importância de manter o Brasil na linha de frente do desenvolvimento sustentável e o Itamaraty trabalha para promover e defender os interesses brasileiros nos mais diversos foros internacionais. Reiterou a determinação brasileira em cumprir os compromissos ambientais internacionais, a partir do fortalecimento do apoio multilateral às políticas públicas de desenvolvimento sustentável da região e em busca de mercados para a bioeconomia amazônica. Citou que o desenvolvimento sustentável da Amazônia exige firme compromisso com a prosperidade da população local e que não há preservação ambiental possível com pobreza e estagnação. Declarou que com este espírito prosseguem os esforços para atrair investimentos para a economia amazônica, por meio de programas de financiamento para diferentes projetos, e pela divulgação de oportunidades, como na área de pagamentos por serviços ambientais. Este curso de ação tem se mostrado viável somente graças à articulação e ao diálogo fluído e permanente com cada ministério aqui presente. Por fim, agradeceu a cooperação de todos para o sucesso da política externa ambiental e reiterou o compromisso com o êxito dos trabalhos do Conselho.

Após as palavras do anfitrião, o Presidente do CNAL abriu a reunião cumprimentando a todos os participantes e informou que era a primeira reunião em 2022, que recentemente o Superior Tribunal Federal - STF fez uma alteração no Decreto do Conselho, incluindo os governadores dos estados da região. Nesta nova configuração dos integrantes do Conselho, informou que a reunião prevista para a semana anterior foi adiada exatamente para proporcionar tempo para os governadores integrantes comparecerem à 8ª Reunião do Conselho. Lembrou que no começo dos trabalhos do Conselho, em 2020, a primeira atividade realizada foi ir pessoalmente em todos os estados da região para conversar com cada um dos governadores e ouvir deles a visão em relação à tríplice tarefa do CNAL de proteção, preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Prosseguiu destacando que as reuniões ordinárias até a 7ª, inclusive, foram seguidas de uma reunião subsequente com os governadores dos estados que integram a Amazônia Legal e, desta forma, os chefes dos executivos estaduais poderiam não pertencer ao Conselho de direito, mas pertenciam de fato, pois sempre foram informados e ouvidos das ações que estavam sendo realizadas.

Ainda sobre o assunto relativo à proteção da Amazônia, o Presidente do Conselho

expressou que a temática continua na ordem do dia, fazendo parte das publicações que ocorrem ao redor do mundo e no nosso país, mas não com a ênfase que estava sendo colocada até a eclosão do conflito no leste europeu, que provocou um cataclisma na Europa ocidental por causa da questão energética. No item mudança climática, essa questão energética é fundamental para que a Europa ocidental consiga atingir as obrigações nacionalmente determinadas que eles colocaram em relação ao Acordo de Paris na COP 26. Essa situação passou a ser um problema extremo porque ficaram dependentes da energia oriunda Rússia. A condição de dependência energética fez com que se diminuísse a discussão em torno da questão ambiental, inclusive com notícias de pressões dos agricultores europeus no sentido de flexibilização da legislação ambiental no sentido de se utilizar mais áreas de seus países para poderem produzir alimentos.

O Vice-Presidente passou a palavra para o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, para apresentar uma avaliação sobre a questão da supressão de vegetação.

O Secretário-Executivo do MJSP, Antônio Ramirez Lorenzo, colocou a ação conjunta do MJSP com o Ministério do Meio Ambiente - MMA desenvolvendo diversas parcerias em prol da Amazônia com resultados bastantes expressivos. Lembrou que pouco tempo atrás houve a questão da Amazônia em Chamas, quando foi criada a Operação Guardiões do Bioma de combate a incêndios, que vai se tornar regular. Seguindo a linha de união de esforços e integração dos ministérios e das forças de segurança na região, foi criada a Operação Guardiões do Bioma, versão desmatamento, que parte do princípio de criação de 10 (dez) bases operacionais fixas na Amazônia, já tendo 6 (seis) em operação.

O Secretário-Executivo informou que a janela importante é a passagem do satélite no final de julho. As 6 (seis) bases se encontram em operação constante, focando nos principais locais onde estão ocorrendo o crime de desmatamento, para no final do referido mês gerar um índice positivo de recuperação e de estagnação desse índice, mostrando que o Governo está atento à questão do desmatamento. Com essas operações sendo repetidas anualmente, tanto no combate ao incêndio e ao desmatamento, no médio a longo prazo deve-se estancar esses índices negativos. Informou ainda que o MMA está revisando os índices visando a ter índices confiáveis para que se possa trabalhar em cima deles.

O Vice-Presidente expôs que tem acompanhado a operação e falou da importância na questão dos índices, tendo que se combater com um trabalho técnico de alto nível. Acrescentou que tem que ser uma discussão técnica, para não ficar perdido, fazendo uma ofensiva visando a não ficar refém desses dados. Em relação à supressão vegetal, disse que o estado que tem maior índice de desmatamento ainda é o Pará, seguido de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Afirmou que o importante é destacar a curva, que é o ciclo do DETER desde agosto do ano passado, onde vinha abaixo do ciclo que fechou em 31 de julho, estava muito bem, sendo que em março houve uma inversão da curva. Destacou que o grande objetivo é derrubar a curva para chegar até o final de julho com um resultado positivo. Encerrou a intervenção falando que o objetivo de chegar em 2028 com a supressão vegetal zero, havendo a necessidade de manter este índice, sendo um processo que o Estado Brasileiro tem que estar engajado.

O Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Alvaro Pereira Leite, comentou que a política de meio ambiente está aderente também à Amazônia claramente. O Governo Federal busca soluções climáticas lucrativas com o objetivo de neutralidade climática até 2050, como é compromisso nacional determinado. Soluções climáticas lucrativas para o empreendedor, para as pessoas e para a natureza, este é um desafio que o Governo Federal inverteu a lógica de multar, proibir, culpar e reduzir, para incentivar, empreender e inovar, tendo que dar continuidade a essa linha para criar uma nova economia verde. O Brasil tem desafios ambientais importantes, como a maioria dos 194 países do Acordo do Clima: o desmatamento ilegal; 100 milhões de pessoas sem acesso a saneamento e a tratamento de esgoto; 35 milhões de pessoas sem acesso à água potável; 2.600 lixões a céu aberto; índice de reciclagem baixíssimo de 3%; e uma atual matriz de transporte com 60% ainda rodoviário. Perguntou o que o Governo Federal tem feito para tentar solucionar cada um desses temas e prosseguiu:

- o MMA está recebendo no próximo mês 739 servidores para reforçar as agências do Ibama e do ICMBio e agradeceu ao Ministro da Justiça pela atuação conjunta, por ter assumido o desafio de juntos atuar de forma integrada, coordenando as ações de combate ao crime organizado que acontece na Amazônia, que é muito maior do que tudo que acontece lá. Cortar uma árvore está ligado muitas vezes à lavagem de dinheiro, ao tráfico de droga e a vários outros crimes, e nada melhor que essa integração e coordenação do Ministério da Justiça, com todos seus sistemas de monitoramento de crimes.

- são 334 parques nacionais, a maioria deles na Amazônia, tendo o turismo de natureza um novo modelo de concessão, onde o concessionário, além de atender os turistas, agora também tem obrigações de proteger, de montar brigadas de incêndio e toda a infraestrutura de proteção do território;

- o manejo florestal sustentável de baixo impacto, que já conta com 7 milhões de hectares na Amazônia, onde manejar a floresta significa proteger a floresta;

- o início dos estudos de pagamento por serviços ambientais junto com o BNDES, com a possibilidade da concessão de áreas para conservação e recuperação, e geração de crédito de carbono, remunerando esta atividade de proteção;

- a regularização fundiária: o Governo Federal, desde 2019, já regularizou 340.000 títulos;

- o saneamento básico: os leilões já conseguiram arrecadar 50 bilhões de reais, visando solucionar o desafio de tratamento de esgoto e de água potável;

- a reciclagem de plástico, que é um problema para os estados da Amazônia, sendo que o maior desafio é como eliminar e como criar essa nova economia verde de reciclagem. O Governo Federal lançou um sistema nacional de informações de resíduos para a iniciativa privada entender onde há logística, onde há resíduo, como ela pode tratar esse resíduo. O Planares, que é um plano nacional de resíduos sólidos, tem todas as metas para redução e eliminação desses lixões e para aumento da reciclagem, que no Brasil é de 3%, muito baixa. Casos como a das latinhas de alumínio, que estão em 99% recicladas, ou dos defensivos agrícolas, 95% das embalagens de defensivos são retornáveis (um desafio para o produtor rural pegar esse defensivo e conseguir retorná-lo para ser reciclado) são exemplos a seguir.

- foi criado o crédito de reciclagem, o Recicla Mais, e em São Paulo será realizado o primeiro leilão reverso, onde a indústria que coloca uma embalagem na natureza vai estar trazendo valor a essa embalagem para retirá-la da natureza e gerar emprego, ou seja, renda extra para os catadores de lixo que viram agentes de reciclagem;

- o governo digital conseguiu cadastrar 125.000.000 de pessoas. 75% dos serviços já estão dentro do sistema, sendo bastante importante, especialmente para a condição de mobilidade na Amazônia;

- o Plano ABC+, que vai reduzir 1.000.000 de toneladas, atingindo 70.000.000 de hectares, recuperando áreas, sendo várias delas na Amazônia;

- o Alimenta Brasil, que dá prioridade a produtos regionais, reduzindo o desperdício de produtos, fomentando a agroecologia e os produtos orgânicos, através da descentralização da aquisição de cestas básicas, diminuindo o desperdício e as emissões, uma vez que não tem mais transporte do produto, fazendo com que essa cesta básica seja produzida na própria localidade, onde vários agricultores e extrativistas ribeirinhos podem estar sendo beneficiados com o programa;

- o Programa Metano Zero, sendo o Brasil o primeiro país a fazer uma ação efetiva na direção de redução de metano, conforme acordado em Glasgow no ano passado, que pode chegar a 36%. O país tem um potencial de geração de gás (biogás e biometano) de resíduos orgânicos, com a instalação de biodigestores, usina de biodigestão e produção de biogás em 4 unidades de conservação como um processo inicial, para demonstrar que é possível utilizar os resíduos daquelas unidades de conservação e transformar em energia e combustível mais barato. O governo zerou os impostos federais para aquisição de equipamentos para a montagem dessas usinas, com financiamentos específicos e a criação de crédito de metano;

- sobre as formas de energia, o Brasil bateu recorde de energia solar e energia eólica. A solar, como uma Itaipu instalada no Brasil, 14 gigawatts. A energia eólica *offshore* já está em 21 gigawatts. Essas formas de energia, especialmente a solar, em algumas áreas da Amazônia, podem ser uma solução complementar para aquelas regiões com pouco acesso à energia;

- o programa de ferrovias, cujo desafio ambiental é ter um modal mais eficiente com menos emissões de gás de efeito estufa. O programa de ferrovias do Governo Federal irá transformar, especialmente a Região Norte, como a ferrogrão e outros modais logísticos de ferrovia, com a redução de 70% das emissões em relação ao transporte rodoviário;

- a mobilidade e logística sustentável, na qual vem sendo desenhado um programa de

logística sustentável, onde o país poderá aproveitar todas as rotas de redução de emissões de transporte;

- a eólica *offshore* e o hidrogênio verde, nas quais o Brasil pode ser um gigantesco fornecedor de energias renováveis. O potencial de instalação de eólica *offshore* no litoral brasileiro, inclusive no norte é de 50 itaipus, com possibilidade de ser um país fornecedor de hidrogênio e amônia verde para o mundo, mostrando que somos parte das soluções climáticas do planeta.

O Vice-Presidente agradeceu a presença do Governador do Pará, Helder Barbalho, na reunião. Disse considerar importante ter em mente a questão da meta de longo prazo que todos os países colocaram, que é atingir zero de carbono até 2050. Disse que vem observando a meta que foi colocada, mas não se verifica metas intermediárias. Complementou dizendo que se deve planejar e cobrar que os outros façam a mesma coisa e não ficar sempre na defensiva nessa questão.

O Ministro do Meio Ambiente informou que a Europa tem um desafio e que não irá conseguir atingir as metas de redução de emissão até 2030, que o interesse dela é em relação a energia renovável brasileira, atingir a meta de 2030 até 2050, sendo que o Brasil tem um potencial de ser fornecedor dessa energia, desde o hidrogênio até a amônia verde, pois já tem 84% da sua matriz renovável, e é o único país a possuir capacidade de exportar energia renovável, enquanto os outros países vão usar para si porque eles têm que melhorar a matriz. O Brasil tem a possibilidade de olhar para isso como exportação de energia e seria uma contribuição global para a redução de emissões, já que países da Europa não estão com esta possibilidade no momento atual.

O VPR complementou as palavras do Ministro do Meio Ambiente dizendo que é um diferencial que o Brasil possui e que todos têm que ter o mesmo discurso, haja vista sermos chamados para opinar sobre o assunto e temos que ter esse dado atualizado o tempo todo.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações MCTI, Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, falou da construção de uma agenda conjunta, na construção da pauta da energia renovável.

Para o Ministro, os biomas são estratégicos, sendo uma fonte do desenvolvimento inclusivo e sustentável, em especial, na Amazônia. Destacou a implantação dos laboratórios SALAS, onde os 2 (dois) primeiros construídos de forma sustentável, com energia solar e materiais recicláveis, são uma realidade na região de Tefé. No próximo mês será lançada a primeira chamada para que pesquisadores brasileiros e estrangeiros possam utilizar essa infraestrutura de pesquisa. Também já foi aprovado no âmbito da Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a possibilidade de construir mais 50 (cinquenta), alcançando todas as unidades da Amazônia Legal que irá viver esta realidade. Sobre a parceria com Espanha e Austrália na implantação na reserva de Mamirauá de um sistema de monitoramento 24 por 7, usando sensores de imagem e som que permitem a identificação de qualquer tipo de atividade, inclusive humana, no território dessa reserva, que é monitorada e acompanhada pelo Ministério.

Informou sobre o avanço no processo de recuperação de áreas degradadas, com o programa Regenera Brasil, especificamente na Amazônia, em Paragominas e Presidente Figueiredo, acerca da obtenção dos primeiros resultados das cadeias produtivas da bioeconomia, focados em açaí, cupuaçu e pirarucu, e identificando outras possibilidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Sobre a Torre Alta, uma unidade de laboratório, uma infraestrutura de pesquisa única no mundo, em parceria com a Alemanha, com uma chamada de pesquisadores para utilizar essa infraestrutura, sendo fundamental fortalecer a infraestrutura de pesquisa científica na região. Está havendo a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura de internet na Região Norte, com conectividade maior que 100 GB, nas capitais de todos os estados da Amazônia, e a ampliação da rede comunitária dessas cidades, cobrindo as infraestruturas de educação básica e de saúde básica, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde, levando conectividade, que é transformadora. Está sendo realizado um trabalho de capacitação de profissionais da região com plano de 3 (três) anos para treinar pessoas e melhorar a utilização essa infraestrutura, interiorizar as infovias, e, neste momento, está sendo finalizada a de Tocantins e iniciando as do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, robustecendo tremendamente a capacidade de uso de internet como elemento transformador de preservação, conservação e desenvolvimento.

Destacou outras iniciativas focadas no empreendedorismo inovador na região, para que as pessoas possam gerar renda diferenciada com agregação de valor naqueles territórios, como um programa que se desenvolve em 26 unidades da federação. No caso da Região Amazônica, já tem tido

sucesso significativo no Amazonas e Pará o Programa Centelha, em parceria com as fundações de apoio a pesquisa dos estados. Está nesse momento em ação em Rondônia e Amapá, e em breve em Tocantins e Roraima, sendo o desafio levar para o Acre, que precisa ser incorporado ao conjunto de instrumentos desenvolvidos pelo Ministério e que vem sendo realizado um esforço, principalmente nas capitais Manaus e Belém, de um programa de capacitação de profissionais chamado MCTI Futuro. O processo de análise de uma chamada que foi lançada pela Finep, de estímulo a empreendedorismo e a empresas focadas em Bioeconomia e Tecnologia da Informação, com um investimento de 30 milhões, houve uma demanda de quase 100 milhões, de 87 empresas e empreendedores da Região Amazônica, mostrando o interesse em desenvolvimento sustentável concreto.

Por fim, trouxe informações referentes a investimentos da Lei do Bem, produzida em parceria com o Ministério da Economia, e que vem crescendo os investimentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas localizadas na Região Amazônica, que tem aumentado o número de empresas que estão se beneficiando de instrumentos de apoio do Governo Federal, e os investimentos crescem e esse aumento em pesquisa significa agregação de valor, significa mais riqueza nos estados onde essas empresas se localizam.

Na sequência, o Chanceler Carlos Alberto Franco França disse que o desenvolvimento sustentável é uma das prioridades da sua gestão no Itamaraty. O fortalecimento da sustentabilidade na agenda internacional, como elemento necessário e incontornável do desenvolvimento, é hoje evidente para todos os atores políticos e agentes econômicos, uma evolução que torna ainda mais necessário o reforço de nosso engajamento na firme defesa dos interesses e dos objetivos nacionais, com nossos principais parceiros e nos foros multilaterais. Dada a enorme relevância da Região Amazônica para o debate internacional sobre o meio ambiente, a diplomacia brasileira tem atuado para desconstruir narrativas enviesadas, ao mesmo tempo em que busca ampliar a cooperação e garantir mecanismos de financiamento para novas oportunidades de desenvolvimento em favor das dezenas de milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

O Plano Estratégico 2020-2030 visa estabelecer as bases para implementar a política e os projetos que compatibilizam as 3 (três) dimensões do desenvolvimento sustentável: a dimensão ambiental, a dimensão econômica e a dimensão social. Não há prosperidade de longo prazo sem preservação dos recursos naturais, assim como está destinado ao fracasso qualquer iniciativa de preservação se não considerar as necessidades de progresso econômico e avanço social da população amazônica.

O Itamaraty prosseguirá em seu trabalho de cooperar com um alinhamento das ações do Conselho com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O legado da Rio 92 é extremamente positivo para o nosso país por nos termos posicionado na linha de frente do desenvolvimento sustentável. Precisamos continuar a fazer uso dos instrumentos acordados na Rio 92 para promover a prosperidade que a população amazônica tanto merece e exige de nós. Da perspectiva da diplomacia brasileira, a harmonização entre iniciativas nacionais e marcos consensuais acordados no plano externo, em particular a Agenda 20-30, e os objetivos de desenvolvimento sustentável fortalecerá a execução do Plano Estratégico e das ações planejadas pelo Conselho.

O Itamaraty tem atuado nos foros multilaterais de modo a multiplicar os recursos disponíveis para implementar os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico. Esse esforço tem sido empreendido tanto no âmbito das negociações sobre a Convenção do Clima e do Acordo de Paris, quanto nas negociações da convenção sobre diversidade biológica.

No âmbito da convenção sobre diversidade biológica, cuja COP 15 realizar-se-á na China em agosto de 2022, tem atuado pelo estabelecimento de fundo para financiar a implementação do marco global da biodiversidade pós 2020, bem como de um mecanismo sobre o artigo 10 do Protocolo de Nagoya, para repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos recursos genéticos, além de um mecanismo para pagamento por serviços ambientais

O cuidado com a Amazônia requer uma perspectiva regional e destacou a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia – OTCA, que reúne o Brasil e outros 7 (sete) países da América do Sul, cuja importância é reconhecida no Plano Estratégico. Citou o restabelecimento da Comissão Nacional da OTCA, que realizou a quinta reunião na sede da organização em Brasília, local onde entrou em operação a sala de situação de recursos hídricos, que, além de integrar um longo processo de

construção de confiança entre os países amazônicos, trará benefícios concretos para as populações locais ao permitir a elaboração de boletins e avisos hídricos e meteorológicos regionais.

Falou da implementação do Observatório Regional Amazônico, plataforma que reúne informações e ferramentas que referenciam pontos sobre recursos hídricos, sobre diversidade dos povos indígenas, sobre florestas e sobre mudanças climáticas. Concluiu informando acerca do início dos trabalhos para elaboração do segundo informe sobre a situação de florestas ao amparo do programa de Florestas da Amazônia, lançado em dezembro passado. Estas iniciativas receberam um valioso apoio técnico financeiro de diferentes órgãos do governo como o MCTI, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, a Agência Nacional de Águas - ANA, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

O Ministro do Meio Ambiente fez um agradecimento ao Itamaraty pelo desempenho na COP 26, tendo sido criado o mercado global de carbono, beneficiando a Amazônia tanto na conservação quanto na recuperação, o que é o melhor instrumento, e a moeda verde para remunerar quem cuida da floresta, tirando o foco da árvore para quem cuida de árvore.

O Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, destacou a importância do Conselho, da articulação transversal para a construção de ações e planejamento de estratégias que permitam que a região produza um ambiente de desenvolvimento sustentável, de credibilidade da pauta ambiental, sabendo que toda e qualquer relação neste tema se faz necessário o diálogo e a liderança do Governo Federal, construído conjuntamente com os estados subnacionais. Destacou também algumas ações que estão sendo realizadas no âmbito do Estado do Pará, como a construção do Plano Amazônia Agora, que baliza, a partir de pilares estratégicos, as ações para o território paraense, e citou, não na condição de governador, mas principalmente do estado que hoje ainda protagoniza o maior nível de emissões de gás de efeito estufa, que, por conseguinte, representa o protagonismo bastante incômodo nesta pauta do desmatamento na Amazônia.

A partir do Plano Amazônia Agora foram constituídos três pilares:

- O fortalecimento do monitoramento do licenciamento e da fiscalização ambiental, principalmente a redução das taxas de desmatamento na região, onde ao longo destes últimos dois anos primeiramente foi criada a força estadual de combate ao desmatamento, permitindo uma ampliação de efetivo no âmbito estadual em 866%, que resultaram em 21 operações, gerando embargos de 279.000 ha de áreas com ilegalidades; 117 acampamentos desarticulados, que estavam vinculados ao desmatamento; interdição de 62 garimpos ilegais, que começam a trazer resultados relevantes do último relatório de desmatamento do Deter. O Estado do Pará em 2018 desmatou 2.744 km² em sua região de jurisdição, lembrando que 25% do território está sob jurisdição do estado e a diferença sobre jurisdição federal. De 2018 para 2019 houve um incremento muito importante de 2.744 km² para 4.172 km² de área desmatada, um crescimento de 52%.

No início das intervenções do Plano Amazônia Agora, que havia crescido de um ano para o outro 52%, no ano de 2019 para 2020 esse incremento foi de 17%, saindo de 4.172 km² para 4.899 km². De 2020 para 2021 houve um incremento de 7%. Os dados de abril, do comparativo ainda não fechado, ainda que teremos o número fechado em agosto do Deter, os números já constatarem que 2021 para 2022 já ocorreu um decréscimo de 7%, mostrando que passados três anos a curva reverteu ocorrendo um declínio de área desmatada sobre jurisdição do estado.

Isto nos alenta a ter a convicção ainda desafiadora dos meses que se avizinham, particularmente o mês de maio, junho e julho, já que na região as chuvas começam a diminuir e por conseguinte o período fica mais atrativo para aqueles que desafiam o processo de desmatamento e de queimadas.

- o segundo ponto, pilar central, é o ordenamento territorial, fundiário e ambiental, e para isso tem-se atuado através do Programa Territórios Sustentáveis, programa que envolve assistência técnica, acesso ao crédito e regularização fundiária ambiental. O Governo não tem capacidade institucional de estar em todo o estado, que possui dimensões desafiadoras com 1.246.000 km², correspondente a Portugal, Espanha e França conjuntamente, e diferente do Amazonas, que possui concentração demográfica na região de Manaus, o Estado do Pará foi forjado em outro conceito de ocupação demográfica bastante espalhada.

Com isso, foram plotadas as regiões com maior intensidade de desmatamento: São Félix do Xingu, Altamira, Novo Progresso e Itaituba. Estas cidades estão vinculadas a importantes pontos logísticos: BR 230, Santarém-Cuiabá, e a PA 279. Fechando o ano 2022, envolvendo 3.000 proprietários rurais das áreas com maior intensidade de desmatamento, numa convocação para o processo transversal que envolva a regularização fundiária e a mudança de concepção do processo produtivo, saindo da pecuária extensiva para a intensiva (relação hectare/cabeça de gado de 0,9), para reverter este quadro, buscando consociar lavoura, pecuária e floresta, buscando mudar a lógica apenas da pecuária e fazendo a inserção da bioeconomia com açaí, cacau e outras atividades, que não apenas produzem, mas constroem o processo de recomposição das áreas degradadas.

Junto a isto foi criado o Plano Estadual de Bioeconomia, a realização do Fórum Mundial de Bioeconomia em Belém, pela primeira vez fora da Finlândia, com uma visão muito clara de quanto a bioeconomia pode ser o grande modelo de desenvolvimento para a região, quando enxergamos outros países e o que o estado tem de capacidade.

O Estado do Pará congrega 44 tipos de possibilidade de economia, onde todos os demais estados da Amazônia compõem 41. Mesmo assim, o estado tem em exportações apenas 0,2% da relação comercial externa em bioeconomia, sendo o maior produtor brasileiro de açaí e de cacau, sendo uma janela de oportunidades extraordinária, que deveremos focar, e por isso foi criado o Projeto Bioeconomia Pé no Chão.

Destacou um ponto extremamente relevante que é o processo de ativo florestal na região. Compreender que a valoração da floresta é o grande desafio para que isto possa efetivamente consolidar com a nova vocação econômica para a região, particularmente a Amazônia. Olhar a floresta em pé como crédito de carbono, como uma nova *commodity*, que deve ser a nossa busca estratégica para não ficar apenas no discurso utópico de convencer aqueles que culturalmente foram instruídos a ir para a Amazônia ocupá-la, que significava desbravá-la, garantir que ali tivesse crédito vinculado à pecuária, à lavoura, que possam compreender que é possível numa unidade rural ter um portfólio que exista a lavoura, a pecuária e a floresta. Mas não uma floresta como ato de solidariedade global, de devoção ambiental, mas floresta como pilar econômico agregado às demais atividades e para isso é preciso fazer com que a floresta valha algo semelhante ao que 1 hectare de lavoura ou 1 hectare de pecuária vale. Hoje a realidade é outra, floresta em pé vale 10% do que a mesma área de lavoura, um pouco menos de área de pecuária. Portanto, discutir isto seja no âmbito nacional ou no internacional é de extrema relevância.

O Governador do Pará concluiu dizendo que gostaria de se somar, juntamente com o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, aos esforços que estão sendo feitos e liderados pelo Conselho e gostaria de colocar uma pauta por último ao Ministro França e ao Vice-Presidente da República; a respeito da Coalizão LEAF, ponto que ainda está em aberto e pode avançar. Na COP 26 os estados da Amazônia Legal foram signatários da Coalizão LEAF e foi formalizado ao MRE, ao CNAL e ao MMA a concordância por parte do Governo brasileiro. Esta é uma pauta que parece, por tudo até então colocado, ter a possibilidade de retorno financeiro. Seria algo que efetivamente demonstra uma perspectiva de reconhecimento e de reversão em valores, mas estamos ainda aguardando que isso possa ser consolidado, já que é uma relação que depende exclusivamente do aceite e do acordo da liderança do Governo Federal. Não se quer Ministro França, e isso nunca foi pauta, o Vice-Presidente da República sabe muito bem, independente de questões ideológicas, e o nosso Consórcio é profundamente plural com os matizes, sejam ideológicos ou partidários, sempre tivemos uma relação absolutamente harmônica sob a liderança do Presidente Mourão. Não se quer que a relação seja subtraindo do Governo brasileiro. Pelo contrário, o desejo é que o Governo possa liderar junto com os estados subnacionais, compreendendo que as entregas são recíprocas. O Pará não vai ser avaliado dentro dos 25% que são de sua jurisdição. Só conseguirei mostrar para os países que compõem a Coalizão e para seus players privados que cumprimos e reduzimos nossas emissões, conforme a fotografia do estado como um todo. Eles não irão perguntar se é federal ou estadual. Se é o estado do Pará que cumpriu ou não cumpriu. Logo, se der certo para o estado e der certo para a União, deu certo para a jurisdição do Pará. Assim, queria aproveitar este momento trazendo esta missão dada a mim pelos demais Governadores, para que pudéssemos avançar nisso. Se há alguma dificuldade, que possamos sentar à mesa, visualizar quais são os entraves, o que devemos fazer, mas este é um ponto que nos deixa profundamente incomodados, haja vista que há uma sinalização real de um conjunto de países que cria um fundo com bilhões disponíveis, que assinam com os governos subnacionais, mas que não conseguem desdobrar por conta de não ter havido ainda a concordância e a formalização desse processo no âmbito das relações diplomáticas, que pressupõe a liderança por parte do

Governo brasileiro.

Agradeceu a oportunidade e “como disse ao Presidente Mourão, se nós resolvermos o Pará boa parte dos problemas do Brasil sob o âmbito ambiental estarão solucionados”. Portanto, contem com a nossa absoluta disponibilidade e entusiasmo de que é possível sim construirmos um novo modelo. Parabenizou o Conselho e a todos que fazem parte, e agradeceu, mais uma vez, pelo prestígio do convite.

O Advogado-Geral da União, Bruno Bianco Leal, relatou a questão no âmbito no STF como sendo algo positivo, pela oportunidade de demonstrar todo o empenho do Governo Federal e dos Governadores na preservação da Floresta Amazônica, onde ficou claro que todos os mecanismos que se têm à disposição e que já foram pensados em relação à preservação da Floresta Amazônica, envolvendo tecnologia e outros meios necessários, estão sobre a mesa. Os resultados ainda não são aqueles que se buscam e nem que se desejam, mas se têm resultados bastante expressivos, especialmente na coordenação dos trabalhos. Há um caminho, os meios e políticas expressivas que visam à preservação da floresta e sua manutenção em pé. É necessário começar a precificar o valor significativo da floresta em pé, sendo um desafio buscar algo fundamental na Mata Amazônica, pois de fato é um problema, haja vista o fato de colocar como maior obstáculo a ótica jurídica e encontrarmos os bons caminhos para que sejam divulgados índices dos trabalhos realizados em conjunto. A maior dificuldade foi transformar índices em valores de tudo aquilo que está sendo feito e demonstrar ao STF, ao Brasil e ao mundo os resultados que estão sendo alcançados. Os resultados são expressivos e que a mudança na política mudou o cenário, especialmente no que toca na Amazônia, mas em outros biomas, no entanto, ainda existe a dificuldade em demonstrar resultados e o desafio importante para colocar como pauta do Conselho a divulgação, encontrando uma uniformidade nessa divulgação dos resultados. Não há uma conformidade específica quanto aos índices de preservação e de desmatamento, havendo divergências quando se busca e quando se tem resultados nos estados. Então na prática tem-se que buscar essa conformação.

Enfatizou a força-tarefa em defesa da Amazônia, 20 (vinte) advogados públicos federais que atuam diretamente nesta pauta, em 3 (três) eixos fundamentais: o exercício de poder de polícia, a reparação de danos e a execução de créditos. São resultados expressivos, já foram ajuizadas algo próximo de 140 ações civis públicas, que envolve um território de 151 mil ha e que já se buscou a cobrança de R\$ 3.1 bilhões em reparação de danos. Em conjunto com o MJSP e com o MMA, fazer com que todo esse cenário não leve só em conta a preservação do meio ambiente, mas também o combate ao crime organizado e crimes ambientais.

Outro ponto fundamental são os acordos substitutivos que envolvem questões climáticas, que buscam efetivamente a reparação do dano. Entretanto, há uma legislação bastante burocrática no que se refere à celebração de acordos e o que diz respeito ao clima está sendo desburocratizado, para tornar mais simples a criação de acordos substitutivos que viabiliza com aquele que degrada o meio ambiente a possibilidade de pagamento, fazendo uma efetiva conversão das multas por ilícitos em preservação do meio ambiente.

O Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, Gen Ex Laerte de Souza Santos, agradeceu o conhecimento transmitido e a atualização das informações, e colocou o Ministério da Defesa em condições de apoiar qualquer ação designada pelos estados, municípios e pelo CNAL.

O Secretário-Executivo do MJSP, Antônio Ramirez Lorenzo, reforçou a atuação do Ministério no Pará com 4 (quatro) bases montadas para auxiliar na redução desses índices e colocou-se à disposição para estreitar a parceria e melhorar ainda mais os índices.

O Assessor do Ministério de Minas e Energia - MME, Dênis de Moura Soares, comentou sobre a vertente do desenvolvimento econômico e social para garantir que a Amazônia Legal de fato possa ter ascensão e entregar cidadania à população dessa região. Informou que o MME vem trabalhando nesta vertente, primeiramente com planejamento energético, e nesta visão, informou sobre leilões que serão feitos de transmissão de energia em 2022 e 2023, que deverão gerar na ordem R\$840 milhões de reais em investimentos na região. O principal projeto de geração de gás natural foi colocado em operação no ano passado, que é um projeto de integração do Campo de Azulão até a Usina de Jaguatirica, contribuindo sobremaneira para a redução das emissões na região da Amazônia Legal. Fez referência aos Projetos Mais luz para Amazônia, que de fato foi construído para trazer cidadania, desenvolvimento econômico e social para as regiões, onde serão 10 bilhões de reais em investimentos no

projeto para levar energia para cidadãos de áreas isoladas, levando escola, posto de saúde, gás etc., pois sem energia estes equipamentos públicos não funcionam. O MME é um parceiro incondicional da iniciativa nessa região, que é tão caro para o Brasil, e enfatizou estarmos juntos para levar desenvolvimento econômico e social para a Amazônia.

O Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Helder Melillo Lopes Cunha Silva, informou que dentro das prioridades do Ministério está o fortalecimento das ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Nesse sentido, afirmou que se conseguirmos acelerar o processo de reconstrução do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento do Xingu, onde estão sendo habilitadas 72 entidades que vão selecionar 7 (sete) integrantes para compor esse Comitê. Assim que estiver finalizado, vai poder gerir o recurso, levando desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida em 10 (dez) municípios no Estado do Pará. O fortalecimento dos eixos de integração nacional, com destaque para as rotas do açaí e do cacau no Pará, a rota de biodiversidade no estado do Amazonas, indica a necessidade de serem acelerados os estudos junto com a consultoria do PNUD para desenvolver as bases conceituais e técnicas para instituir o Plano Nacional de Ordenamento Territorial. Em relação à divulgação das ações, disse que estão sendo identificadas e deixou como recomendação que todos encaminhassem esses números para consolidar no âmbito do Conselho.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR, Mário Fernandes, ratificou a importância da participação nas deliberações e discussões do Conselho, haja vista o foco institucional da SG/PR nas atividades meio no âmbito da Presidência da República, nas quais a Pasta procura dar o suporte logístico, operacional e de análise jurídica ao planejamento estratégico dos ministérios e dos órgãos da Presidência. O Secretário continuou comentando que se observa pertinência, com base na competência e legalidade do Mapa Estratégico do Conselho, com o foco na análise jurídica, e reforçou a intenção do Ministro e a recorrente orientação que é passada à Subchefia para Assuntos Jurídicos. Tal análise vem sendo feita tanto do Plano Estratégico 2020-2030, que é uma visão de Estado, como do Plano Nossa Amazônia, que é a visão do Governo Federal em relação as próximas metas do CNAL. Essa análise tem sido levada com a brevidade que o tema requer e logo será apresentada para a programação de assinatura do Decreto pelo Presidente. Reforçou as melhores intenções e esforços da SG/PR em relação ao apoio às metas e ao nobre trabalho que o CNAL realiza.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Mara Marlene Machado Papini, informou que o Ministério tem feito um grande trabalho conjunto com os demais, em relação ao estímulo à bioeconomia, à inovação e ao ordenamento territorial. Em relação ao estímulo à bioeconomia, tem-se promovido também o movimento de cadeias produtivas sustentáveis na Amazônia, tal como o cacau, o açaí e o pirarucu. A agricultura familiar também promove a bioeconomia, assim como os produtos da sóciobiodiversidade, com o intuito de fortalecer e agregar valor. O cooperativismo e o acesso ao mercado pelos agricultores familiares são onde se encontra o grande desafio, que é dar ganho de escala aos projetos e alcançar uma disseminação abrangente com as melhores práticas sustentáveis.

O ordenamento territorial é uma etapa fundamental para viabilizar a erradicação da pobreza, o combate ao desmatamento ilegal e aos ilícitos ambientais conexos, e o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. A regularização fundiária é essencial para identificar os ocupantes da terra e dar cidadania aos milhões de habitantes da região, por meio do acesso às políticas públicas de apoio do Estado brasileiro.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra tem acelerado os processos de titulação, com amparo da legislação vigente, alcançando números expressivos em 2020, 2021 e 2022. O Governo Federal já passou de 340 mil títulos entregues e poderá chegar a 500 mil até o final do ano de 2022. Também tem colaborado com o CNAL na área de inteligência, intercambiando informações com instituições como o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam sobre as realidades no terreno na Amazônia. Iniciativas como o Plano Nossa Amazônia representam uma contribuição valiosa para promover a coordenação e a sinergia entre os esforços dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com o desenvolvimento sustentável da região.

O Secretária-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional - GSI da Presidência da República, Ormar Lootens Machado, ratificou o posicionamento do GSI na disponibilização dos recursos humanos e materiais, por intermédio da Agência Brasileira de Inteligência - Abin. As questões da Amazônia Legal para o GSI são muito importantes, levando-se em consideração que

se trabalha com programas transversais envolvendo vários ministérios, sendo de interesse o Programa Proteção Integrado de Fronteiras e algumas questões indígenas e de mineração. Afirmou que o desmatamento e queimadas guardam, de certa forma, relação com essas outras atividades citadas.

O Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República – CC/PR, Georges Feres Kanaan, informou que a CC/PR prossegue no acompanhamento e no apoio à governança que o Conselho vem fazendo e sempre que necessário na articulação com os ministérios, para que os objetivos do Plano Estratégico, do Plano Nossa Amazônia, bem como do Plano Operacional Amazônia 21/22 sejam alcançados. Em relação ao Plano Estratégico, solicitou que, de posse do Plano já consolidado com as várias sugestões das comissões e subcomissões, a CC/PR fosse ouvida, pois possui algumas considerações, e informou que realizou contato com a Comissão Integradora para que, desde já, fosse feita uma reunião para apresentar essas contribuições.

O Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE, George Torquato Firmeza, disse que na visão da SAE essas reuniões do Conselho são sempre da maior relevância em termos das questões de Estado e de natureza estratégica. Comentou sobre a importância de dar maior relevância e maior divulgação do que o Governo brasileiro tem feito na área ambiental, com maior difusão tanto no Brasil quanto no exterior. Fez referência a próxima realização da Cúpula das Américas, em junho, nos Estados Unidos, justamente porque constitui uma oportunidade a mais para se fazer o que foi proposto, que é ampliar a divulgação do que o Governo brasileiro já tem feito nessa área ambiental. O País tem o que mostrar nesse momento, mas não só pelo momento, mas também pelo local, porque a Califórnia, assim como a nossa Amazônia, sofre todos os anos com incêndios florestais. A impressão é que por serem duas regiões que sofrem conjuntamente com esse flagelo dos incêndios florestais, seja mais fácil entenderem e convencerem os outros participantes de que sempre que se fala de meio ambiente no âmbito Internacional, é preciso levar em conta a questão da solidariedade.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações - Mcom, Flávia Duarte Nascimento, destacou a participação diretamente em 2 (dois) objetivos do Plano Nossa Amazônia: a infraestrutura adequada em apoio às ações de fiscalização e o acesso a serviços de conexão à internet para inclusão digital. Informou sobre as 4 (quatro) iniciativas que têm resultados mais expressivos ligados diretamente à área da Amazônia Legal:

- o Programa Norte Conectado, que tem a previsão de beneficiar 10 milhões de pessoas na área, com a implantação de 8 (oito) infovias, e até o momento está em curso as obras para a implantação da Infovia 00 e a Infovia 01. No âmbito da Infovia 00, já foi lançado o cabo no trecho Macapá-Alenquer, realizado em março de 2022. A expansão da rede em Santarém, que será finalizada em maio de 2022, e as demais cidades que compõem o trecho na Infovia 00, tem conclusão prevista para outubro deste ano. Na Infovia 01, que liga Santarém a Manaus, o cabo já foi adquirido e a previsão de lançamento deles é em setembro deste ano. As demais infovias previstas estão dentro das obrigações do edital do 5G;

- o Programa Wi-Fi Brasil, que conta com a conectividade nas escolas e com a parceria RNP, do MCTI, que tem dado todo o suporte na implantação do programa. No Wi-Fi Brasil existem duas linhas: uma utilizada pelo GESAC, onde foram contratados 5.000 pontos, sendo 2.700 pontos para os estados da Amazônia legal. Na segunda vertente, que é a conectividade via RNP, foram contratadas 7.000 escolas, das quais 2.800 na área da Amazônia Legal;

- o programa mais recente é as obrigações previstas no edital do 5G, além das obrigações que estão relacionados diretamente à implantação das infovias. Existe a implantação do Programa Amazônia Integrada Sustentada, o PAS, no qual é previsto a instalação de mais de 10.000 km de fibra pelo leito dos Rio Amazonas, com cobertura de 589 trechos de rodovias federais, 12.678 de quilômetros com tecnologia 4G ou superior, atendimento às 772 sedes de municípios e 197 localidades, que não são sede com a tecnologia 5G, e 1.257 localidades que não são municípios-sede e terão a tecnologia 4G ou superior. Esses compromissos deverão ser atendidos até 2029, que é o prazo do edital.

Por fim, informou sobre 2 (duas) portarias do Ministério que foram publicadas em 2022, que tratam de debêntures incentivadas para atração de investimento, o que gerou atração na ordem de R\$ 3 bilhões para o setor de Telecom na região da Amazônia Legal.

O VPR, nesta oportunidade, ressaltou a importância dessa integração que a Amazônia deve ter, por meio do acesso da internet com o restante do Brasil e mundo.

O Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia - ME, Marcelo Dias Varella, informou que o ME tem parceria com todos os órgãos do Conselho em diversos projetos para desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, tais como: incentivo a energias renováveis; mercado de carbono, projeto que está sendo desenvolvido tentando positivar soluções para realmente dar amplitude, efetividade e controle público sobre esse mercado; revisão da lei de licenciamento ambiental para tornar mais ágil o trabalho junto aos órgãos ambientais; realização de diversas concessões florestais, por meio do programa de parcerias de investimentos; alteração da lei de concessões florestais para agregar valor com a inclusão de acesso aos recursos genéticos, biodiversidade e mercado de carbono pelas concessionárias; criação da CPR Verde, que tem trazido bastantes recursos para a Amazônia; política específica para metano, lançada em parceria com o MMA, mas também por meio do BNDES, órgão vinculado ao ME, com a estruturação de centenas de projetos e a destinação de bilhões de reais; lançamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, organização social para viabilizar o desenvolvimento de tecnologia verde em Manaus; investimento por meio do Capda de mais de 1 bilhão de reais por ano em pesquisa científica na Amazônia Legal, que deverá ser destinado para pesquisa em parceria com o MCTI e com as indústrias e setores da própria Amazônia, para criar essa autonomia e o desenvolvimento local.

A Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura – Minfra, Larissa Carolina Amorim dos Santos, fez alguns informes sobre as principais atividades na região: sobre a BR 319, foram concluídas as oitivas nas comunidades indígenas, a consulta nos moldes da Lei 8669, seguindo todo o rito do processo de licenciamento, aguardando a manifestação da Funai para encaminhamento ao Ibama, na expectativa da obtenção da licença prévia do empreendimento; ainda a BR 319, a parceria com a Polícia Rodoviária Federal - PRF, no qual o DNIT cedeu uma área na faixa de domínio e o Minfra vai aportar 6 milhões de reais para a construção de um posto policial na rodovia para fortalecer a governança e a segurança da fiscalização na região; para melhor equilíbrio na matriz de transportes, está sendo concluído o licenciamento ambiental do Pedro Lourenço, aguardando o Ibama liberar a licença prévia e a análise já foi concluída; a assinatura do termo de arrolamento de bens da BR 163 (Mato Grosso-Pará) com a concessionária Via Brasil, aguardando a transferência das licenças do DNIT para a concessionária, a fim de que ela possa começar a implantação das obras de melhoramento e das praças de pedágio, cumprindo assim o plano de exploração rodoviário; existem 81 pedidos de autorização para ferrovias, com o novo marco ferroviário, sendo 5.000 km de ferrovias planejadas na Região Norte, com expectativa de 5 bilhões de investimento; as obras no lote 2 da BR 156 (Amapá-Oiapoque), que vai concluir a ligação entre Calçoene e Oiapoque; em 8 de julho ocorre a 7ª rodada de leilão de aeroportos, com 6 aeroportos na Região Norte, com expectativa de aporte de 874 milhões de investimentos.

Por fim, comunicou e convidou para o lançamento do setor estratégico de portos na Plataforma Adapta Brasil, que é uma parceria do Minfra com o MCTI, a partir de um levantamento de risco e vulnerabilidade climática de toda a costa brasileira, onde as informações produzidas pelo estudo irão integrar a Plataforma.

O Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação do Estado de Roraima, Emerson Carlos Baú, informou que Roraima é um estado diferenciado pela sua questão geográfica, sendo uma parte da vegetação composta por cerrado e não por floresta, e tem conseguido nos últimos 3 (três) anos e meio fazer uma gestão diferenciada do desenvolvimento da Amazônia. Destacou entre as políticas que estão sendo executadas que, pela primeira vez, o estado estruturou um plano de desenvolvimento, chamado Roraima 2030, com uma visão de futuro, de desenvolvimento, e o Governo Federal teve um papel fundamental no repasse das terras das glebas para o estado. Roraima não tinha terras em seu nome e com isso não tinha a possibilidade de fazer regularização fundiária, e para efeito de meio ambiente, há um impacto muito grande. O fortalecimento da Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; o aporte de recursos; a compra de sistemas em parcerias para aprimorar o sistema de licenciamento, avançando em termos tecnológicos; aquisição de veículos; estruturação do parque tecnológico; tudo para fazer o trabalho de monitoramento e controle em relação ao desmatamento e ação ilegal.

Disse que o estado se mantém em termos da supressão vegetal nos últimos anos, mas em contrapartida triplicou-se a área plantada que tinha em 2018 e entra assim a tecnologia e a pesquisa; a importância da Embrapa, tanto que o estado criou a Fundação de Amparo à Pesquisa e o Instituto de Assistência Técnica. Quanto ao ordenamento territorial, comentou sobre o avanço significativo do

zoneamento ecológico-econômico, alcançando o tripé regularização fundiária, questão ambiental e ordenamento territorial, fortalecendo a base jurídica legal para estabelecer um processo de desenvolvimento do estado.

No contexto internacional, falou sobre o estreitamento da relação com a Guiana, com diversos pontos e em termos de logística, a estrada ligando Georgetown-Boa vista, permitindo o acesso a toda Amazônia e também em termos de ferrovias e portos. Destacou a geração de energia de base sustentável, sendo o único estado fora do sistema nacional de energia, e com a assinatura dos recursos para a linha de transmissão de Tucuruí possa exportar para outros estados energia de bases renováveis. A implementação do Projeto de Agricultura Familiar, com 7 (sete) etnias indígenas, demonstrando a integração com a comunidade indígena do estado, fazendo uma integração econômico-social num processo de consonância com o Consórcio da Amazônia. Tudo isso com sinergia entre governo do estado e Governo Federal.

Por fim, falou sobre o desafio para que Roraima possa ser um estado-piloto de políticas públicas, trabalhando para ser um modelo de desenvolvimento com cidades inteligentes, sendo um estado inteligente, conectado, com preservação ambiental, produção e valorização da sociedade.

O Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amapá, Eduardo Correa Tavares, falou do fortalecimento do pacto federativo que representa o Conselho, do trabalho transversal interfederativo, que tem gerado muitos resultados, como a transferência de 9 (nove) glebas para regularização fundiária, a realização da concessão de distribuição de energia, a primeira concessão de saneamento para todo o estado em parceria com o BNDES, a concessão de resíduos sólidos para todos os municípios, sendo políticas variadas.

O Plano Norte Mais Sustentável, que está sendo coordenado pelo MAPA com os estados do Consórcio, permite oportunizar, nesse período de emendas parlamentares, o fortalecimento inclusive de políticas federais nos estados, promovendo a bioeconomia e o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais, para que se possa efetivamente comunicar melhor, onde muitas vezes há uma certa dispersão das políticas, não conseguindo trazer indicadores claros para viabilizar uma comunicação que seja possível promover desenvolvimento econômico sustentável com soluções sustentáveis, lucrativas e economicamente viáveis. Reconheceu a grande vitória do Governo Federal na COP 26, que foi a questão do mercado de carbono com sendo um marco histórico.

O Superintendente de Integração do Estado de Rondônia, Augusto Leonel, afirmou o posicionamento do Governador que acredita na unidade federativa e principalmente em termos de soberania, que sempre vai apoiar o Governo Federal nas decisões no tema relacionado à Amazônia. Acredita na importância da bioeconomia, sendo necessário, mais além do que a punição, mais foco nas pessoas que estão lá, acredita que o turismo ecológico é fundamental, devendo ser incentivado, e solicitou um reforço na fiscalização de crimes ambientais e no combate a incêndios. Informou que foi completada a inauguração do laboratório de geociência integrado ao zoneamento por fotografia, em conjunto com o Exército Brasileiro na Operação Verde Brasil, e a implementação Foro Estadual de Mudanças para estimular, fortalecer e avaliar a política estadual de mudanças climáticas e ambiental. O Governador acredita na unidade e que é fundamental incentivar as pessoas que moram na região.

O Vice-Presidente encerrou a reunião considerando-a extremamente proveitosa. Em primeiro lugar pela colocação do firme compromisso do Estado brasileiro, atualmente representado pelo Governo do Presidente Bolsonaro, assim como os governos dos entes federativos presentes, com as metas que o Brasil tem em relação a questão da mudança climática. O Brasil tem uma parcela muito pequena da emissão de gases do efeito estufa em relação aos demais países do mundo, sendo necessário fazer o que cabe ao País, é nosso calcanhar de Aquiles a questão da supressão da vegetação. Se conseguirmos controlar essas variáveis, teremos atingindo nossos objetivos em relação ao Acordo de Paris, a COP 26 e na COP 27.

Todas as informações colocadas demonstram o ritmo e o nível de trabalho que estão sendo feitos, não só no âmbito federal como também pelos governos estaduais.

É necessário divulgar mais o que está sendo realizado, que é uma tarefa que tenho feito, mas gostaria que todos abraçassem essa tarefa, mostrando um discurso único e que estamos juntos agindo em prol do país, principalmente em prol da população que vive na Amazônia.

A Amazônia tem quase 60% do território, mas somente 9% do PIB, tendo espaço extraordinário para avançar e conseqüentemente aqueles 28 milhões de brasileiros que vivem lá terão uma melhor condição de vida.

Agradeceu a presença de todos, em especial aqueles que vieram de fora como o Governador do Pará e os representantes de Roraima, Amapá, Rondônia, e apresentou suas despedidas.

Assinam:

Antonio Hamilton Martins Mourão

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Carlos Alberto Franco França

Ministro das Relações Exteriores

Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

Joaquim Alvaro Pereira Leite

Ministro do Meio Ambiente

Bruno Bianco Leal

Advogado-Geral da União

Helder Barbalho

Governador do Estado do Pará

Gen Ex Laerte de Souza Santos

Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa

Antônio Ramirez Lorenzo

Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Dênis de Moura Soares

Assessor do Ministério de Minas e Energia

Helder Melillo Lopes Cunha Silva

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional

Mário Fernandes

Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Mara Marlene Machado Papini

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ormar Lootens Machado

Secretário-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Georges Feres Kanaan

Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República

George Torquato Firmeza

Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Flávia Duarte Nascimento

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações

Larissa Carolina Amorim dos Santos

Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura

Marcelo Dias Varella

Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia

Emerson Carlos Baú

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação do Estado de Roraima

Eduardo Correa Tavares

Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amapá

Augusto Leonel

Superintendente de Integração do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA DUARTE NASCIMENTO**, **Usuário Externo**, em 15/07/2022, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Dias Varella**, **Usuário Externo**, em 16/07/2022, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Carolina Amorim dos Santos**, **Usuário Externo**, em 18/07/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Lootens Machado**, **Secretário-Executivo Adjunto**, em 18/07/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Secretário-Executivo**, em 18/07/2022, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Georges Feres Kanaan**, **Assessor Especial**, em 18/07/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Ramirez Lorenzo**, **Usuário Externo**, em 22/07/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Leonel de Souza Marques, Usuário Externo**, em 27/07/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM, Usuário Externo**, em 29/07/2022, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dênis de Moura Soares, Usuário Externo**, em 11/08/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAERTE DE SOUZA SANTOS, Usuário Externo**, em 15/08/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Marlene Machado Papini, Usuário Externo**, em 22/08/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Usuário Externo**, em 22/08/2022, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Carlos Baú, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **George Torquato Firmeza, Suplente**, em 24/08/2022, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELDER ZAHLUTH BARBALHO, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO CORREA TAVARES**, **Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helder Melillo Lopes Cunha Silva**, **Usuário Externo**, em 30/08/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO BIANCO LEAL**, **Usuário Externo**, em 20/09/2022, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Alvaro Pereira Leite**, **Usuário Externo**, em 03/10/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3501983** e o código CRC **9F8506D8** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

**REGISTRO DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Reunidos no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, DF, em 30 de agosto de 2022, às 10h, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL, presidido pelo Senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária do Conselho.

O Presidente do CNAL abriu a reunião cumprimentando os participantes e comentou que o assunto Amazônia é recorrente, principalmente quando se trata da supressão ilegal de vegetação e da questão das queimadas.

Citou que a mídia, se aproveitando das lamentáveis mortes do indigenista da Funai e do jornalista, ocorridos na região do Vale do Javari, explorou o fato de os ministérios envolvidos no combate às ilegalidades ambientais estarem enfrentando dificuldades para cumprir com suas atribuições, em face de restrições orçamentárias por parte do governo federal. Recordou, também, que a coordenação das operações, outrora sob a coordenação do Grupo Gestor, agora se encontrava sob a incumbência da Casa Civil da Presidência da República.

Ressaltou a necessidade de cada ministério considerar o alto custo das diversas operações, em face de algumas atividades, tais como: emprego de helicópteros, de aeronaves, e de embarcações. Nesses casos específicos, o MD não possui condições de atender a todos pedidos, em razão de não haver reserva em recursos financeiros necessários para suprir essas contingências. Cresce de importância o engajamento de cada ministério, com destaque para a pasta da economia, por motivos óbvios, e para a Casa Civil, participante da Junta de execução orçamentária.

Informou que garimpeiros continuam invadindo a área Yanonami e que, por esse motivo, há necessidade de ser deflagrada uma operação de grande envergadura. Com a exploração ilegal de manganês na região de Belo Monte, aumentou o risco de desabamento da linha de transmissão que sai da Usina, com prejuízo incalculável para o país como um todo, e que é importante que todos os ministérios estejam atentos a isso.

Explicou que as críticas quanto à questão da sustentabilidade tendem a reduzir devido à crise energética que a Europa ocidental está enfrentando e ao corte de fornecimento de gás da Rússia (o que praticamente dobrou o preço da gasolina na Europa). Há o temor que essa situação perdue além do fim do inverno, o que geraria protestos da população europeia.

Há de se considerar que os Estados Unidos da América também enfrentam uma seca enorme na região do cinturão do milho, que impactará nossa economia, em razão do

aumento do preço daquele produto. Sofrendo do mesmo problema, a China foi obrigada a ativar suas usinas a carvão, pois as barragens atingiram um nível muito baixo; situação análoga a enfrentada pelo Brasil em 2021. A crise afeta todo o mundo e não somente o Brasil, que tomou por meio do nosso governo as medidas corretas ao longo do período, tendo se destacado positivamente entre os demais países.

Comentou sobre o portfólio, o Plano Estratégico, e sobre o Plano Nossa Amazônia, que estão na Casa Civil para avaliação e, de acordo com as observações devem estar aprovados antes do final do vigente mandato.

Em relação à supressão de vegetação apresentou o mapa com as regiões com maior índice de desmatamento: leste do Acre, sul do Amazonas, que atualmente tem tido a maior quantidade, e a região de Itaituba, Altamira, e São Feliz do Xingu, no Pará.

Quanto ao ciclo do Prodes, encerrado em 31 de julho, há motivos para comemorar, pois após três anos de contínuo aumento, houve uma queda, embora muito pequena, que deteve o avanço do desmatamento. Lembrando que ano passado, em Glasgow, nos comprometemos a zerar o desmatamento até 2028. Realizou um comparativo em relação à curva dos dois anos mostrando que ficou ligeiramente abaixo do que ocorreu nos anos anteriores, principalmente no ano passado.

O Presidente do CNAL passou a palavra aos Ministros e representantes dos Ministérios.

O Ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, reiterou o compromisso do Ministério e das Forças Armadas na questão ambiental e afirmou que é prioridade na Defesa cuidar do nosso meio ambiente e da nossa Amazônia. Dentro desse contexto, relatou que teve a oportunidade de servir na Amazônia por algum tempo, tendo sido o Comandante Militar do Norte e participado de operações no contexto do CNAL, tais como: Verde Brasil I, Verde Brasil II e Samaúma, além de outras operações das forças singulares, que são específicas do MD. Disse que o Ministério da Defesa continua apoiando a Operação Guardiões do Bioma, coordenada pelo MJSP.

Informou que o Painel do Fogo, plataforma disponibilizada pelo Censipam para colaborar no combate a crimes ambientais que ocorrem na Amazônia, continua à disposição.

Em relação a observação feita pelo VPR, ressaltou que não se faz uma operação na Amazônia sem o apoio da Defesa por conta da própria especialidade e dos meios que são empregados, como embarcações, aeronaves e, por vezes, se planeja uma operação sem um detalhamento orçamentário ideal. A Defesa estará sempre pronta para apoiar. No entanto, depende do recebimento de recursos, pois essas operações ambientais não constam do orçamento da pasta. Citou que uma hora de voo, por exemplo, dos helicópteros *Super Cougar* ou *Black Hawk*, muito utilizados em operações na Amazônia, custa cerca de 10.000 dólares. Ressaltou que uma demanda à Defesa de algum ministério ou de algum outro órgão, deve ser verificado a fonte do recurso, a fim de que a Defesa, que já não tem o suficiente para o seu dia a dia, não tenha que suprimir outras operações prioritárias já previstas.

Reiterou o compromisso do Ministério da Defesa com o Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Em relação às queimadas, o Presidente do CNAL comentou que em 2019 fomos “massacrados” e que de lá para cá o assunto arrefeceu, ou seja, as ações levadas a efeito pelos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça e da Defesa surtiram efeito, havendo uma redução de queimadas.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo César Rezende de

Carvalho Alvim, reiterou que a Amazônia é prioridade e que os biomas são uma estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável do MCTI e nesse sentido destacou as últimas ações:

- o CNPq lançou um conjunto de chamadas priorizando bioeconomia, tendo a expectativa de ampliar a capacidade de pesquisas na região Amazônica, com a implantação de laboratórios satélites ao longo de toda a Amazônia, já tendo dois em operação.

- Foi feita uma chamada específica de atração de pesquisadores do Brasil e de outros países, para desenvolver atividades de pesquisa nesses dois laboratórios já instalados, semelhante ao que se faz na região Antártica.

- Decorrente da convocação que foi feita pelos secretários de ciência e tecnologia dos estados da região Amazônica, estamos fortalecendo a participação das três unidades que existem na região: o INPA, o Instituto Mamirauá e o Museu Emílio Goeldi. Nesse sentido, ampliamos a capacidade de construção de projetos de pesquisa no Acre e em Rondônia, tendo uma programação de, até o final do ano, expandir para o Pará, em Santarém: Roraima; Amapá; e Tocantins, Palmas, fortalecendo a presença das unidades de pesquisa do MCTI na região;

- o INPA e o setor empresarial estão desenvolvendo parcerias de reflorestamento e de mercado de carbono no Amazonas, além de investimentos, por meio do INPE, na gestão realizada em algumas reservas para pesquisa.

Por fim, informou que, de 22 a 23 de setembro, a capital da ciência se transfere para Porto Velho, com a presença de todos os secretários de ciência e tecnologia, quando será anunciado um conjunto de medidas adicionais para fortalecer a atividade de ciência e tecnologia na região.

O Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, disse que em relação à Amazônia, vive-se uma situação peculiar. A Europa mostra que debelar incêndios em florestas não é uma atividade simples e barata, mesmo tendo a mobilidade nitidamente maior do que a Amazônia. Estão há meses enfrentando um incêndio que parece incontrolável, provocando uma retração das críticas ao Brasil, no que diz respeito às queimadas na Amazônia.

Outro problema, que está se agravando a cada dia, refere-se ao aumento do tráfico de drogas na Amazônia. As operações que são realizadas nos 17.000 Km de área de fronteira são sempre muito caras, pois além da grande extensão, 11.000 Km se encontram em áreas de selva. Neste sentido, uma grande operação feita na Amazônia, considerando a imensa extensão territorial, dificilmente chega a se configurar como de grande envergadura.

Disse que a Amazônia é o futuro do Brasil e a riqueza de biodiversidade na Amazônia paga qualquer dívida externa, qualquer sonho de desenvolvimento.

Finalizou dizendo para continuar lutando pela Amazônia, pois é o futuro do Brasil, oferecendo as melhores oportunidades, a fim de conseguirmos ser um grande país.

O Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores, Paulino Franco de Carvalho Neto, disse que o Itamaraty tem se engajado ativamente nas atividades realizadas no âmbito do Conselho e mantido forte coordenação com os ministérios que atuam em diferentes áreas na Amazônia Legal. Da elaboração do Plano Nossa Amazônia à implementação do Plano Estratégico 2020-2030, o Itamaraty tem atuado de forma a apoiar as ações do governo federal na Amazônia Legal, especialmente por meio do diálogo e da cooperação com vizinhos amazônicos e organismos regionais e multilaterais.

Diante do caráter incontornável da mudança do clima como desafio internacional, o desenvolvimento sustentável tornou-se questão central de agenda multilateral, e a temática que

influencia os debates sobre os diferentes tópicos, especialmente os de vertente econômica. É nesse contexto, por exemplo, que se verifica tentativas de vincular a temática ambiental e o combate à mudança do clima, a agenda de paz e segurança internacional. É uma tendência a qual o Itamaraty tem reagido de forma cautelosa, mas firme em coordenação com outras nações em desenvolvimento, inclusive no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde atualmente o Brasil ocupa um assento não permanente.

Não é coincidência, portanto, que no plano internacional a Amazônia seja vista exclusivamente pela ótica ambiental. A perspectiva preponderantemente ecológica da Amazônia pode soar natural, por se tratar da maior floresta tropical do mundo e reserva da maior diversidade do planeta. É uma perspectiva que tem, porém, dois efeitos preocupantes, aos quais o Itamaraty tem reagido de forma vigorosa amparado nas melhores evidências científicas: por um lado a diplomacia brasileira tem buscado com êxito evidenciar o real papel da Amazônia nos efeitos de mitigação da mudança do clima, desmistificando apelos retóricos como de pulmão do mundo, há muito refutado pela ciência; por outro, temos atuado de forma a destacar as necessidades sociais e econômicas de uma região, infelizmente, ainda com baixos índices de desenvolvimento humano. Essa atuação mostra um evidente curso de ação por parte de alguns países desenvolvidos de vincular preocupações ambientais com interesses comerciais, sendo inquietante que algumas propostas de economia verde em países desenvolvidos tenham como característica o protecionismo econômico sobre a bandeira de proteção ambiental e de geração doméstica de empregos verdes com frequência fortemente subsidiados.

As políticas econômicas e a comercial devem concentrar-se, acima de tudo, na geração de renda e na redução da pobreza sendo as prioridades absolutas e incontornáveis de países em desenvolvimento como o Brasil. É preciso sempre reiterar que a pobreza é a grande barreira para a conservação e uso sustentável do meio ambiente. Por isso o Itamaraty tem também atuado nos organismos econômicos internacionais para evitar contaminações de interesses comerciais por termos ambientais. Conseguimos articular em Genebra, grupo de países da América Latina, África e Ásia que tem feito um trabalho constante de esclarecimento de impactos negativos em termos sociais econômicos e também ambientais de medidas comerciais protecionistas.

A diplomacia brasileira enfatiza que os desafios da Amazônia só serão enfrentados consistentemente a partir da monetização de seus recursos naturais, com estímulo à economia local e a criação de oportunidades de emprego e renda para seus habitantes, no marco do desenvolvimento sustentável. O pleno desenvolvimento da bioeconomia da Amazônia requer e exige acesso aos grandes mercados internacionais para os produtos e serviços desse setor. Não se combate práticas irregulares nocivas ao meio ambiente com retaliações ao Brasil. Essas práticas serão combatidas com sucesso somente por meio da abertura de mercado para os produtos da bioeconomia.

Falou sobre os trabalhos realizados pela Organização do Tratado da Cooperação Amazônica – OTCA, mecanismo regional formado pelo Brasil e outros sete países amazônicos, cuja atuação conta com o apoio do Conselho. A OTCA desenvolve projetos de cooperação nas áreas de recursos hídricos, proteção da flora e fauna, monitoramento de cobertura florestal, biodiversidade, saúde dos povos indígenas e combate a incêndios florestais.

Nas negociações de documentos e programas da organização, o Brasil tem sido bem-sucedido na inclusão de ações e conceitos relacionados a modernização da economia amazônica, como bioeconomia, serviços ecossistêmicos e funções ambientais. A preocupação com o desenvolvimento econômico está também contemplada em ações específicas dos projetos de cooperação técnica da OTCA. Ressaltou, por exemplo, a criação da janela regional de informação de produtos amazônicos que facilitará o comércio do micro e pequenos comércios.

Na sede da OTCA, em Brasília, está instalada a sala de situação de recursos

hídricos que trará benefícios concretos para as populações locais ao permitir a elaboração de boletins e avisos hídricos e meteorológicos regionais. A sala integra uma rede de monitoramento que compreende 244 estações na bacia amazônica, as quais transmitem em tempo real dados de quantidade e qualidade de ar. Essas informações podem ser acessadas pela página do Observatório Regional Amazônico, plataforma que reúne informações em diversos módulos temáticos e que conta com instrumentos que permitem comparar, agrupar, referenciar e cruzar dados. Acredita-se que o Observatório será importante ferramenta para os gestores de políticas públicas em toda a região.

Outras ações da OTCA que contribuem para o bem estar das populações locais incluem as seguintes: elaboração de planos de contingência para a proteção da saúde de povos indígenas, altamente vulneráveis em contato inicial em regiões de fronteira, criação de sistemas de alerta precoce na bacia do Rio Madeira, intervenção para manter os ambientais na bacia do Xingu, avaliação hidrogeológica para proteção e uso de águas subterrâneas na região de Taguatinga e Letícia e, por fim, instalação de sistema de abastecimento por águas subterrâneas para comunidades isoladas.

Essas iniciativas recebem o valioso apoio técnico e financeiro de diferentes áreas do governo representadas neste conselho como MCTI, MMA, Agência Brasileira de Cooperação assim como análise diária vinculadas a outras pastas como Agência Nacional de Águas, a Funai, o Serviço Florestal Brasileiro e o Inpe.

O Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Antônio Ramirez Lorenzo, disse que cada reunião do CNAL é quase uma prestação de contas que apresenta o resultado da integração intensa com o MMA e com apoio muito profícuo e com muita boa vontade do MD. Sobre a época dos incêndios da Amazônia, o ministro determinou por meio da Secretaria de Operações Integradas que achasse uma solução para o problema. Iniciava-se então a Operação Guardiões do Bioma com foco no combate aos incêndios. A Amazônia imersa em focos de incêndio exigiu esforços concentrados dos Ministérios da Defesa, do Meio Ambiente e da Justiça sendo necessário mobilizar cerca de 3.000 brigadistas do ICMBio e do Ibama, 500 homens da Força Nacional e 700 servidores das forças estaduais. O Ministério da Justiça provê o treinamento de brigadistas contra incêndios e transporta esse pessoal até o local dos focos, combatendo cerca de 18.000 focos de incêndio.

Derivado dessa ação e dessa experiência migrou-se para Guardiões do Bioma, vertente desmatamento, que começou na metade do primeiro semestre de 2022 com um tempo pequeno de aplicação, uma vez que o satélite passava no final de julho, iniciou-se um planejamento de 10 bases para pontos estratégicos da Amazônia, com a expectativa de 260 milhões de reais, onde conseguimos um pouco mais de 10% dos recursos e com isso montamos 6 bases, mostrando que a iniciativa é bastante exitosa e traz resultados para o governo.

Nessas bases, em particular, houve uma queda de desmatamento de 21% nas 10 cidades onde foram aplicados os recursos, porém o crime migrou dessas para outras localidades e aumentou o desmatamento, mas a experiência mostra que essa operação integrada dá resultados.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Hailton Madureira de Almeida, fez um relato das ações do Ministério na região, sendo a mais importante, uma solução estrutural a qual, ao conectar Roraima, possibilitará que todo o Brasil esteja conectado ao sistema elétrico, sendo muito importante porque, além de ter redução de emissão, levará segurança energética, na forma de uma energia mais limpa. Estamos trabalhando para fechar o acordo este ano e retomar essa obra ainda no mês de setembro.

Disse que existem vários empreendimentos de transmissão no Pará, Tocantins, Amazonas, Acre e Amapá com entregas em 2022 e 2023, onde o ministério tem desenvolvido

investimentos de mais de 4 bilhões de reais, só em transmissão de energia, que vão trazer segurança energética, confiabilidade, uma fonte mais barata de geração e, de novo, interligando a Amazônia Legal ao sistema elétrico brasileiro.

Em 2019, foi feito um leilão de sistema isolado no Estado de Roraima com entrega de 140 megawatts adicionais que vão entrar em operação ainda este ano, também trazendo segurança no abastecimento de Roraima. Só no Programa Mais Luz para a Amazônia estamos orçando para o ano que vem 1.6 bilhões de reais de investimentos na região, que vai atender a quase 1 milhão de pessoas em regiões remotas da Amazônia, sem acesso à energia elétrica, com prazo de cumprir este programa até 2030, onde serão investidos 11 bilhões de reais para atender famílias que não tem acesso à energia elétrica na região Amazônica.

Falou do Programa Pró-Amazônia que vai conectar unidades que já são atendidas com energia elétrica, a uma outra fonte, já contando com recursos separados de mais de 2 bilhões de reais, aumentando a segurança energética, a qualidade do serviço e a diminuição do uso de combustíveis fósseis.

Por último, falou do Programa Pró-Minerais Estratégicos que tem dez projetos habilitados no Estado do Amapá, Amazonas e Pará, o qual conta com a participação de vários ministérios como MCTI, GSI, PPI e a SAE e que prioriza o esforço do governo federal para implantação de projetos de produção de minerais estratégicos.

O Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional, Helder Melillo Lopes Cunha Silva, falou das entregas e dos resultados dos investimentos aplicados nos municípios que abrangem a Amazônia Legal.

O primeiro destaque é que, somente nesse ano, foram mais de 50 mil contratos de financiamento do setor produtivo através do fundo institucional, significando mais de 11 bilhões de reais na região, que tem sido fundamental para a redução da desigualdade regional.

Com os recursos do FGTS foi reduzida a taxa de juros para a região norte, ficando com a menor taxa da história do país, já que uma família que mora nesses municípios consegue um financiamento de 4% ao ano. Assim, foi entregue mais de 10 mil casas, somente nesse período de 2022 para essas famílias e com recursos da União nós temos 28 contratos de abastecimento de água, obras de contenção de encostas e construção de represas que totalizam um investimento de 250 milhões de reais.

Tem-se investimento em saneamento básico, ações de manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, abastecimento de água, totalizando mais de 5 bilhões de investimento.

Ressaltou, também, as ações em relação à Defesa Civil em mais de 127 municípios, com a ajuda de ações de resposta por conta de desastres, fornecimento de cestas básicas, aquisição de material de limpeza, sendo ao todo mais 75 milhões de reais, demonstrando a importância do crescimento dos investimentos na região.

O último destaque em relação a rotas de integração: a rota do açaí, da biodiversidade do cacau, que vem crescendo cada vez mais e que estamos em conversa com o Sebrae e com o governo dos Estados do Amazonas, Roraima, Pará e Rondônia para ampliar esses polos e, por fim, está sendo avaliada a criação do polo de leite e fruticultura na região.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Mario Fernandes, falou do excelente trabalho que é realizado pelo Conselho, principalmente considerando a região estratégia configurada pela nossa Amazônia.

Por isso a Secretaria-Geral - SG acredita numa interação cada vez maior entre importantes programas do governo federal, como o Calha Norte, que traduz o planejamento

estratégico da Presidência, do Governo Federal olhando para um local que promete muito em termos de potencial para o nosso futuro, e é nesse sentido que a SG gostaria de primeiro afirmar que dentro do plano de ação do CNAL, a SG tem como sua servidão principal suporte logístico e de atividades meio ao planejamento estratégico da Presidência da República, e tem mantido a sua capacidade em termos de edição e publicidade aos atos normativos de interesse do Conselho.

Também tem na Secretaria Especial de Modernização do Estado, uma unidade finalística que tem se projetado em todo o território nacional, com foco na política nacional de modernização do Estado, desenvolvendo vários programas e projetos junto com os Ministério da Justiça e da Economia, sob a coordenação da Casa Civil, visando as melhores práticas de políticas públicas dentro do que prevê a política nacional de modernização do Estado. É nesse ponto que, reforçando as palavras do Ministro Heleno e do Embaixador representante do MRE, se volta para os pilares de transformação digital e melhoria de ambiente de negócios, olhando para entidade de interesse direto neste Conselho, como a Suframa, os entes federativos da Amazônia, que tem desenvolvido excelentes trabalhos buscando chamar a atenção quanto à política nacional de modernização do estado.

Dessa forma, colocou toda a equipe da Secretaria Especial de Modernização do Estado - SEME dentro desses dois patamares, transformação digital, lembrando que o Brasil é hoje, considerado pela OCDE o sétimo país mais digitalizado em termos de serviços digitais à sua população no mundo, seu ambiente de negócios tem se mostrado cada vez mais aberto, atrativo aos investimentos externos e por que não potencializar isso, buscando uma maior interação no âmbito da nossa Amazônia Legal.

A SEME está à disposição para contribuir com os objetivos estratégicos do Conselho, como a carteira de identidade nacional recém lançada, modernizar e transformar as atividades cartoriais e outros tantos programas que visam a transformação digital com melhoria de ambiente de negócios.

O Advogado-Geral da União Substituto, Adler Anaximandro de Cruz e Alves, disse que a Advocacia-Geral da União - AGU é o órgão de suporte às atividades dos ministérios dando amparo jurídico as ações governamentais que são desenvolvidas em cada uma das pastas, mas também o veículo adequado para vocalizar nas instâncias judiciais, desde a primeira instância até a Suprema Corte, a realidade dos fatos que mostra que este governo, que as pastas têm agido com o devido zelo na questão ambiental, em especial a Amazônia Legal.

A AGU tem se esforçado para ser esse mecanismo de traduzir em palavras, em manifestações jurídicas tudo aquilo que todas as pastas, aqui representadas, têm feito e que estamos fazendo isso em todas as instâncias, reforçando a atuação dos órgãos de primeira instância dentro da Amazônia Legal, tendo um grupo dedicado para atuar nos tribunais superiores, nas ações de preceito fundamental, nas ações de controle concentrado do Supremo Tribunal tentando levar ao conhecimento do poder judiciário tudo aquilo que tem sido feito, tanto no suporte das ações efetivas, como órgão de consultoria, mas também como órgão que pode vocalizar perante o poder judiciário tudo aquilo que tem sido feito.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mara Marlene Machado Papini, disse que fizeram uma divisão das ações e que o Presidente do Incra vai falar sobre o Incra e cabendo a ela falar sobre o CAR e a concessão de Florestas.

O Presidente do Incra, Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, ressaltou algumas ações do Incra no período de 2019-2022 com duas políticas distintas de regularização: a de posse de glebas públicas federais e a de regularização de assentamentos de reforma agrária. Dentro das áreas de posse foram intituladas 17.949 propriedades que gera um

total em área de 2 milhões e 100 mil hectares.

Falou que dentro das áreas tituladas de posses federais na Amazônia até 2021, do total que foi desmatado até hoje só 4,8% do desmatamento aconteceu após a titulação. Assim, 95% do desmatamento aconteceu antes da titulação dessas áreas. Em áreas de reforma agrária foram emitidos 203 mil documentos somente na Amazônia Legal, nesse período, somando mais de 19 milhões de hectares. Para dar uma dimensão, no Brasil, nesse período, ultrapassaremos a marca de 400 mil documentos emitidos no país inteiro e na Amazônia como um todo, no mesmo período, foram emitidos 221 mil documentos titulatórios.

Citou outras ações relevantes como a que, a partir da política de regulação fundiária, conseguiu monitorar áreas que estão tituladas, cruzando dados de embargo e desmatamento, tendo-se feito o monitoramento e o trabalho conjunto com a Polícia Federal em algumas dessas áreas na instrução de alguns processos. Também junto com a Polícia Federal foi firmado um acordo de cooperação de capacitação dos agentes na utilização das ferramentas territoriais, utilizando diretamente a base de dados do Incra.

Da mesma forma foi firmado um acordo com o Banco Central para disponibilização dos dados territoriais para que a política de crédito possa ser utilizada casando com a localização real georreferenciada desses imóveis e disse que se encontra em andamento um acordo de cooperação com o BNDES que se chama Projeto Raízes.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mara Marlene Machado Papini, informou que em relação a concessão florestal é importante dizer que o poder público delega ao setor privado, por meio de concorrência pública, o direito de realizar manejo florestal em uma área de floresta pública por um período determinado de até 40 anos.

O panorama atual da concessão de florestas federais está em 1 milhão e 260 hectares de floresta sob concessão florestal, sendo sete florestas nacionais nos estados do Amapá, Pará e Rondônia, com vinte e um contratos assinados vigentes.

O monitoramento das concessões florestais é um sistema informatizado que permite acompanhamento individual das toras produzidas a partir de cada árvore colhida e seu transporte, armazenamento e processamento.

O sistema de cadastro ambiental rural é um registro eletrônico autodeclaratório das informações ambientais dos imóveis rurais, que inclui a situação das áreas de preservação permanente, reserva legal, área de uso restrito remanescente de vegetação nativa. A inscrição é realizada por uma autodeclaração e que uma equipe faz a análise de todo esse processo e que o CAR faz a análise até chegar a um diagnóstico da regularidade ambiental do imóvel rural.

O Serviço Florestal Brasileiro em cooperação com as unidades federativas faz análise dinamizada, que é uma ferramenta que utiliza bases de referência para verificação automatizada das informações declaradas no CAR. A ferramenta permite um processo em lotes podendo analisar centenas de cadastros simultaneamente reduzindo a subjetividade e agregando agilidade, segurança e eficiência na etapa de análise.

O Plano RegularizAgro é um conjunto de medidas para alavancar a implementação do Código Florestal e equacionar os entraves que visam promover o avanço da política de regularização ambiental dos imóveis rurais.

O portal Saber da Floresta é uma plataforma de aprendizagem, disseminação do conhecimento e soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento florestal brasileiro a partir de cursos ofertados.

O Programa Brasil Mais Cooperativo possui cinco eixos: promoção e fortalecimento da organização social; apoio a intercooperação; comercialização dos mercados privados e nas compras governamentais; ações de formação e de assistência técnica; e acesso aos mercados nacional e internacional.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações, Flávia Duarte Nascimento, destacou as entregas realizadas na Amazônia legal:

- Programa Norte Conectado que refere-se à instalação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando totalizar 12mil km na região da Amazônia Legal, levando conexão de internet a 58 cidades, o que beneficiará 10 milhões de pessoas, com a instalação de oito infovias;

- o programa Wi-Fi Brasil, que leva conexão gratuita de internet, principalmente à população em estado de vulnerabilidade social possui, até o momento, 19.200 pontos contratados, sendo 6.307 na Amazônia Legal, que beneficiam 621 municípios;

- em relação ao edital 5G, várias obrigações foram direcionadas a municípios da Amazônia Legal;

- outra política que tem sido desenvolvida refere-se ao apoio ao projeto de debêntures incentivadas; e

- por fim destacou as ações de rádio difusão e de comunicação social, especialmente a digitalização de retransmissoras de TV, e, além disso, as campanhas publicitárias envolvendo a comunicação social junto ao cidadão, como a campanha de combate a ilícitos ambientais e a de incêndios florestais.

O Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, George Torquato Firmeza, comentou sobre a participação do Secretário Especial numa conferência sobre os oceanos e um dos temas discutidos foi o conceito de carbono azul, que, basicamente, consiste em um carbono que é armazenado em áreas costeiras, alagadas. Assim, uma planta numa área alagada poderá armazenar até dez vezes mais do que uma planta normal numa floresta qualquer, sendo assim um instrumento de apelo mercadológico para captação de patrocínios para projetos ambientais, sobretudo em manguezais. Na Amazônia Legal temos Amapá, Pará e Maranhão com áreas de mangues. Embora ainda seja um conceito em construção, já existe um apelo mercadológico forte quanto ao carbono azul, sendo que, alguns países já conseguem extrair benefícios disso.

Mencionou que na avaliação da SAE, as reuniões do Conselho são extremamente relevantes para que aos poucos vá se formando as posições brasileiras, coordenadas pelo Itamaraty e pelo MMA, a propósito das grandes conferências sobre meio ambiente da ONU. Encerrou cumprimentando o Itamaraty por estar trabalhando para fazer aprovar uma Resolução na Assembleia-Geral, que tornaria a OTCA observadora na ONU em todo o sistema daquela organização relativo ao meio ambiente.

O Subsecretário de Economia Verde do Ministério da Economia, Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, disse que não dá para dissociar a preservação ambiental do desenvolvimento econômico, onde a economia tem que dar sustentação a políticas de preservação e desenvolvimento sustentável. Ressaltou a importância de se ter políticas econômicas que englobem o foco de uma economia mais sustentável que gere desenvolvimento social, que seja inclusiva e que também tenha um papel de preservação dos recursos naturais.

O Ministério da Economia desenvolve, em alguns eixos, projetos focados principalmente na questão do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Sendo um desses eixos a bioeconomia, temos o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, que é um importante instituto para desenvolver produtos na área de biotecnologia, não só produtos primários, mas

também produtos com alto valor agregado.

Citou outros eixos como os da indústria farmacêutica, de cosméticos, e de alimentos sempre focando na inovação. A pesca sustentável, o ecoturismo, que já é eixo de desenvolvimento econômico, onde temos a oportunidade de aumentar esse segmento na Amazônia.

A existência de cooperativas para desenvolver estudos focado no desenvolvimento sustentável na Amazônia. Por exemplo, com o Banco Interamericano focado no desenvolvimento sustentável da Amazônia para render alguns frutos, mapeando alguns produtos que podem ser desenvolvidos sempre dentro da lógica de criar produtos de alto valor agregado.

Finalizou dizendo que o Ministério da Economia está imbuído no objetivo de desenvolver a região de forma que seja inclusiva, que gere renda e emprego para os brasileiros que ali estão morando, mas também que tenha a função de preservar e desenvolver nossos recursos naturais.

A Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Larissa Carolina Amorim dos Santos, iniciou comunicando que foi obtida a licença prévia da BR 319 e destacou que foram cumpridos todos os ritos estabelecidos na legislação.

Falou da licença de instalação da BR 422 no Pará, onde todas as obras já estão prontas e mobilizadas para serem iniciadas e que ainda na BR 319 tem obras no lote C e obras de manutenção que vão permitir o trânsito durante o período de chuva. Em termos de licenças ambientais, teve autorização a dragagem de manutenção do Rio Madeira.

Informou que, na sétima rodada do leilão de aeroportos, foram leiloados os aeroportos de Macapá, Belém, Santarém, Marabá, Carajás e Altamira. Esse leilão vai ter um aporte inicial de 740 milhões de reais e, só o bloco norte, que é composto por Macapá e Belém, são 57 milhões de reais.

Disse que ocorreu a supervisão ministerial na Companhia Docas do Pará, que é uma atividade feita pelo Ministério da Infraestrutura com apoio da Subsecretaria de Controle e Integridade, e que a pasta coloca todas as suas áreas para apoiar as atividades da Companhia Docas no intuito de aprimorar e tornar mais eficiente a atuação dessa autoridade portuária.

Por fim, trouxe informações do Pro Trilhos que, só em 2022, já teve 7 contratos de adesão na região e que, provavelmente, teremos ainda 4.000 km de trilhos na região norte.

A Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, parabenizou os parceiros do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem orquestrado a operação Guardiões de Bioma com resultados muito expressivos, e a participação das agências vinculadas ao MMA, sendo um esforço inédito, em face de nunca ter havido uma integração multiagências desse porte para combater o desmatamento ilegal na Amazônia.

Destacou algumas ações do Ministério com estudos avançados no que diz respeito ao turismo, para trazer o desenvolvimento à região em parceria com o setor privado. Também com uma meta de instalação de biodigestores em algumas reservas extrativistas e escolas rurais no âmbito do Programa Metano Zero, sendo uma ação que vai fortalecer as comunidades, as cadeias produtivas na Amazônia utilizando energias renováveis e trazer economia e sustentabilidade energética para essas comunidades.

Com relação à COP 27 já estão sendo desenvolvidos trabalhos para organizar o estande do Brasil. O foco deste ano vai ser “energias renováveis e energias limpas e verdes do Brasil”, dada essa temática tão importante no contexto geopolítico que estamos vivendo, torna-se

nada mais natural utilizar o Brasil como um grande centro de segurança energética.

Também levantamos por meio de projetos de cooperação internacional 47 milhões de reais para a restauração na Amazônia Legal, sendo a meta restaurar 28 mil hectares, tanto em APA como em unidades de conservação.

Finalizou dizendo que está em desenvolvimento uma parceria com os Estados Unidos buscando algumas iniciativas técnicas para fortalecer a cooperação no combate ao desmatamento.

O Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Mauro Benedito de Santana Filho, dividiu a palavra em dois atos e passou a palavra ao Secretário Especial de Articulação Social com dois temas aderentes ao Conselho.

O Secretário Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, Marcos de Araújo, tocou em dois assuntos relacionados ao Conselho, sendo o primeiro a agenda de povos indígenas chamada de etnodesenvolvimento e sustentabilidade que a SeGov vem organizando, com o objetivo de articular as ações do Plano de Ação do CNAL para viabilizar parcerias após a conclusão dos seminários regionais e posterior análise de possíveis mecanismos creditícios e financeiros.

O objetivo é propor a revisão, aprimoramento e inovação dos normativos de políticas vigentes com foco no apoio ao desenvolvimento econômico da atividade produtiva, lideradas por indígenas em suas terras. Já foram feitos vários eventos regionais e o planejamento é que possamos fazer em novembro o fechamento com um grande evento nacional.

O segundo assunto é que a SeGov está planejando a participação na COP 27, com o compromisso de apresentar os avanços do Brasil na temática de desenvolvimento sustentável, nos eixos social, ambiental e econômico.

O Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Mauro Benedito de Santana Filho, falou sobre a atuação da SeGov, principalmente nos eixos da articulação, da interlocução e do diálogo federativo. Disse que avançamos em relação às regionais da Amazônia e, dentro desse arco estratégico, trabalhamos basicamente nos fóruns e nos chamamentos dos entes federativos. Isso dentro de uma visão federativa de inclusão desses entes para os trabalhos desenvolvidos pelas pastas.

A SeGov passa a ser esse interlocutor juntamente com a Casa Civil, que coordena todas essas ações para que possamos potencializar as ações que são aqui demonstradas e cada vez mais cheguem aos nossos municípios e estados, trabalhando em 4 eixos importantes: articulação com o parlamento; a articulação social; a articulação federativa e as relações funcionais, onde dentro de sua competência, conseguimos nos aproximar de ser esse elemento meio para que os ministérios e ações do governo e projetos cheguem até a ponta da linha.

De acordo com o tripé da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável acrescentamos dentro da SeGov a dimensão humana e a tecnológica, onde temos dois projetos importantes em desenvolvimento que são o Brasil Mais Federativo e o Participa Mais Brasil. Inseridos em ambos temos duas ferramentas: o portal da escola federativa e o portal das organizações da sociedade civil. Isso tem trazido um ganho muito grande de aproximação entre o ente maior e o ente menor utilizando o aperfeiçoamento do pacto federativo.

Como exemplo a escola federativa, onde chegou alinhada com um contexto de capacitação visando que as políticas públicas sejam aplicadas de forma efetiva, emitindo cursos de capacitação para que os gestores municipais e estaduais possam criar uma dinâmica para que essa política pública seja concreta. 45 mil servidores foram inscritos em trabalho conjunto com

ENAP, TCU e outros órgãos, sendo que na região do Arco Amazônico temos 15 mil servidores inscritos, fato importante para que possamos efetivar as ações do governo nesses locais.

Por fim, dentro dos planos pensados na SeGov, seja no âmbito nacional e internacional, reiterou junto ao Conselho o compromisso de promover o diálogo federativo para fins de aprimoramento e aperfeiçoamento de todas as ações de governo voltadas para a área do arco estratégico da Amazônia Legal.

A Subchefe Adjunta de Gestão Pública da Casa Civil da Presidência da República, Luciana Lauria Lopes, discorreu sobre as reuniões de articulação no âmbito da Casa Civil com os demais atores envolvidos. Disse que a ideia das reuniões na Casa Civil começaram em 2021, justamente na temporada de queimadas e que, nesse ano de 2022, tiveram enfoque no desmatamento. O objeto da reunião é efetivamente evitar sombreamento na pauta e também fazer com que o centro de governo tenha conhecimento de todas as ações que estão sendo elaborados em todos os ministérios.

A governança da Casa Civil se faz por intermédio da articulação com esses entes, dividido em três eixos de atuação, com reuniões nas últimas sexta-feira do mês. No período mais intenso de queimadas, no ano passado, as reuniões ocorriam semanalmente.

No primeiro momento da abertura da reunião se traz um diagnóstico de monitoramento, o qual é conduzido pela rede nacional de meteorologia, que está sendo criada, onde são feitas alertas nas áreas de desmatamento, fundiários, indígenas, minerários e defesa civil. Nessa oportunidade, todos os órgãos presentes tomam conhecimento do que vem acontecendo na pauta. Falou sobre os eixos de ação, no modo de prevenção e sobre o crescimento verde. Também são apresentadas as ações operacionais com representação de resultados das operações, a parte de saúde e o eixo de comunicação, para que todos tenham noção do que se está acontecendo e sendo propagado, no âmbito nacional e internacional.

Com relação à inédita Rede Nacional de Meteorologia, informou que será composta pelo MD, MCTI e MAPA.

A Secretária do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão, Raysa Queiroz Maciel, disse que o compartilhamento de informações está acontecendo em nível estadual para conseguir ampliar a cobertura de soluções para as queimadas e desmatamento.

O monitoramento e resposta que o governo do Estado do Maranhão tem dado aos focos de queimadas e ao desmatamento leva em consideração a sala de situação, que é uma estrutura preparada com tecnologia para conseguir identificar os focos de incêndio dentro do estado e enviar essa informação ao corpo de bombeiros, a fim de que possa dar uma resposta mais assertiva. Em termos de combate às queimadas, além da Sala de Situação e o trabalho braçal no terreno, temos o alinhamento das ações junto aos municípios. Fazer esse trabalho junto aos gestores municipais tem sido uma diretriz do governo do Estado, atuando junto às prefeituras municipais e conseguindo fazer uma ação de conscientização da população tanto a respeito do uso do fogo como também o uso de técnicas alternativas. Temos, também, junto a esses municípios, por intermédio do Programa Maranhão sem Queimadas, formado brigadistas.

A integração entre o governo federal, os estados e municípios é uma atitude de esforço e união para garantir a preservação e conseguir a conservação do meio ambiente.

O Secretário da Casa Civil do Estado do Acre, Jonathan Xavier Donadoni, disse que o estado tem avançado nessa dinâmica de controle ao desmatamento e queimadas. Especialmente este ano foi realizado o reforço do grupo responsável pelo acompanhamento de alertas de focos de desmatamento e calor; disponibilização em tempo real aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização e combate a incêndios e queimadas; realização de missões integradas de comando e controle; e a formação de brigadistas voluntários nas regionais do

estado por intermédio de parcerias.

Disse que no momento está realizando concurso para formação de brigadistas e bombeiros, entregando equipamentos de combate aos brigadistas e aos batalhões ambientais; focando em ações de educação ambiental nas escolas e comunidades voltadas ao risco de uso do fogo; e propondo atualizações junto a todas as prefeituras municipais do plano estadual de prevenção e controle do desmatamento e queimadas. Finalizou dizendo que o Estado do Acre tem se empenhado nessa tarefa diária de controle do desmatamento e queimadas e se soma aos esforços do governo federal.

O Secretário de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia, Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lago, disse que no tocante à queimada e desmatamento possui duas frentes: a de educação ambiental e a de comando e controle feito em parceria com a Polícia Militar do Estado. Destaca-se as autuações dos infratores e também as investigações com grande parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, para identificar e processar todos os infratores ambientais.

No tocante a queimadas disse que estão num momento crítico, pois é o momento mais seco. O setor de Geociências repassa dados ao Corpo de Bombeiros Militares para o combate aos incêndios e para a Polícia Militar para o enfrentamento, multa e prisão dos infratores.

Falou do grande apoio à pesquisa para melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento ambiental, em prol do meio ambiente e do ser humano. Também tem sido feito um trabalho no setor de licenciamento ambiental para que as empresas possam trabalhar de forma correta, licenciada e sustentável.

O Secretário da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação do Estado de Roraima, Emerson Carlos Baú, disse que o governador considera o Conselho como uma essencial ferramenta para essa harmonização em prol da Amazônia, com foco no futuro. Destacou a política que vem sendo trabalhada onde busca a questão do combate e o controle de queimadas e ao desmatamento, mas de uma forma proativa, buscando mais a efetivação de políticas de desenvolvimento.

Falou da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa, a questão do cabeamento de fibra ótica em todo o estado, com recursos estaduais, a parte de infraestrutura com mais de 3.000 km de estrada e mais de 400 pontes, a possibilidade do estado ter uma base cartográfica na escala 1 para 25.000, o fluxo migratório que impacta sobrecarregando a infraestrutura de segurança, educação e saúde, além da participação efetiva do governo federal, em especial do Exército Brasileiro, que é o grande responsável pela Operação Acolhida. Destacou a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico, possibilitando que tenha um ordenamento territorial no estado de maneira concreta e o prosseguimento da regularização fundiária.

O Secretário-Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, José dos Santos Oliveira, disse que a Amazônia é um tesouro que está em nossas mãos e precisa ser gerenciado. Falou que o estado tem mais de 95% da sua cobertura vegetal original preservada. Aliado a isto, o estado do Amapá tem 72% de seu território compreendido entre terras indígenas e unidades de conservação, ou seja, áreas protegidas, tendo um custo para a sociedade amapaense no sentido, sobretudo, do desenvolvimento econômico. Citou os avanços do Governo do Amapá na pauta ambiental e destacou o projeto de lei da política estadual de clima e serviços ambientais, estabelecendo um marco legal no âmbito do estado e também a aprovação do plano de prevenção contra o desmatamento e queimadas após um amplo processo de consulta e participação das entidades e dos órgãos parceiros.

Disse que a exploração petrolífera na costa do Amapá está em pleno processo de início, sendo um processo árduo, um divisor no desenvolvimento econômico do estado.

O Subprocurador do Estado do Tocantins em Brasília, Frederico César Abinader Dutra, disse da importância dessas reuniões, o que traz reflexo de maneira transversal e intergovernamental em todas as áreas trazendo as melhorias desses instrumentos.

A Procuradoria do Estado atuou numa demanda específica no STF com apoio de todas as procuradorias gerais da Amazônia Legal e foi a uma atuação da Câmara Técnica onde tivemos apoio da AGU em desbloquear recursos que estavam apreendidos e recuperados na Lava Jato para o combate ao desmatamento ilegal e as queimadas.

Falou sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Tocantins, em especial no Jalapão, que compreende o encontro de três biomas e também a questão fundiária, das áreas de 100 km para cada lado das rodovias federais, questão onde tem que buscar uma regularização fundiária urgente que precisa ser solucionado, a sobreposição de registro de títulos do Estado do Tocantins com regulações fundiárias feitas pelo Incra, questões que se acumulam e vêm gerando dificuldades para o combate ao desmatamento nessas áreas, por grilagem ou por uma série de outras questões que estão envolvidas.

Ao término da 9ª Reunião Ordinária do CNAL foi agradecida a presença e a fala de todos os membros que compõe o Conselho, como também os representantes que compareceram. Nesta oportunidade, foi destacado que a Amazônia é um desafio antigo e uma tarefa hercúlea, e o governo atual colocou de forma decisiva o foco para a solução dos problemas nessa área, cujo o esforço para o desenvolvimento percorre vários governos, haja vista que se trata de uma questão de Estado.

Assinam:

Antonio Hamilton Martins Mourão

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Ministro da Defesa

Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Paulino Franco de Carvalho Neto

Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores

Antônio Ramirez Lorenzo

Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Hailton Madureira de Almeida

Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia

Helder Melillo Lopes Cunha Silva

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional

Mário Fernandes

Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

Advogado-Geral da União Substituto

Mara Marlene Machado Papini

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Flávia Duarte Nascimento

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações

George Torquato Firmeza

Assessor da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho

Subsecretário de Economia Verde do Ministério da Economia

Larissa Carolina Amorim dos Santos

Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura

Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi

Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais do Ministério do Meio Ambiente

Mauro Benedito de Santana Filho

Secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República

Luciana Lauria Lopes

Subchefe Adjunta de Gestão Pública da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República

Raysa Queiroz Maciel

Secretária do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão

Jonathan Xavier Donadoni

Secretário da Casa Civil do Estado do Acre

Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lago

Secretário de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia

Emerson Carlos Baú

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação do Estado de Roraima

José dos Santos Oliveira

Secretário-Adjunto da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá

Frederico César Abinader Dutra

Subprocurador do Estado do Tocantins em Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Secretário-Executivo**, em 14/11/2022, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Carlos Baú, Usuário Externo**, em 16/11/2022, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Carolina Amorim dos Santos, Usuário Externo**, em 16/11/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Marlene Machado Papini, Usuário Externo**, em 17/11/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **George Torquato Firmeza, Diretor(a)**, em 18/11/2022, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Benedito de Santana Filho, Secretário(a) Especial**, em 18/11/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Ramirez Lorenzo, Usuário Externo**, em 18/11/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, em 18/11/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA DUARTE NASCIMENTO, Usuário Externo**, em 19/11/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Lauria Lopes, Assessor(a) Especial**, em 23/11/2022, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO DUTRA registrado(a) civilmente como FREDERICO CÉZAR ABINADER DUTRA, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 02/12/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helder Melillo Lopes Cunha Silva, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adler Anaximandro de Cruz e Alves**, **Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hailton Madureira de Almeida**, **Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonathan Xavier Donadoni**, **Usuário Externo**, em 13/12/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SÉRGIO registrado(a) civilmente como PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, **Usuário Externo**, em 15/12/2022, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulino Franco de Carvalho Neto**, **Usuário Externo**, em 15/12/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3695313** e o código CRC **2EF145EA** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL**

**REGISTRO DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Reunidos no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, DF, em 15 de dezembro de 2022, às 10h, os integrantes do Conselho Nacional da Amazônia Legal - CNAL, presidido pelo Senhor Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, iniciaram os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária do Conselho.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, como anfitrião, agradeceu a presença de todos na 10ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal e disse que a Amazônia ocupa espaço central na diplomacia brasileira; que a política externa para a região está assentada em três eixos principais: a defesa da soberania nacional sobre seu território e recursos naturais; a promoção da sustentabilidade, entrelaçando as perspectivas da conservação ambiental e do desenvolvimento econômico-social; e o fomento da cooperação com nossos vizinhos.

Falou dos desafios que a gestão da Amazônia impõe ao país, não deixando de vislumbrar as inúmeras oportunidades que a região oferece para a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, destinadas a manter o Brasil em posição de liderança na seara ambiental e a impulsionar a prosperidade do País.

Informou que a presente reunião tem significado especial, por realizar-se paralelamente à 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que se reúne entre 7 e 19 do mês corrente, em Montreal, Canadá, e que o Itamaraty, com o apoio das demais áreas do Governo, tem se empenhado para que a Conferência seja bem-sucedida. O objetivo é a adoção de um Marco Global da Biodiversidade que reflita as visões e os anseios dos países em desenvolvimento, em particular aqueles que abrigam grande parte da biodiversidade no planeta, como é o caso do Brasil.

O Presidente do CNAL abriu a reunião agradecendo a presença de todos e lembrou que em fevereiro de 2020, fruto dos problemas enfrentados ao longo do segundo semestre 2019, foi feita uma reunião no Palácio da Alvorada onde o Presidente Bolsonaro decidiu restabelecer o Conselho Nacional da Amazônia Legal e atribuiu ao Vice-Presidente a tarefa de presidir este conselho.

Coube ao Conselho, através das comissões e subcomissões, a construção de um planejamento que permitisse o Estado Brasileiro proteger, preservar e desenvolver a Amazônia.

Destacou o trabalho realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Justiça a partir do Plano Amazônia Protegida e com os planejamentos realizados por ambos os Ministérios, levou que PRODES encerrado no último dia 31 de julho, registrasse 11% de redução do desmatamento.

Informou que no dia de hoje o Diário Oficial da União publicou o Plano Estratégico Conselho Nacional da Amazônia Legal 2020-2030 e o Plano Nossa Amazônia como base para que o novo governo avance e melhore no sentido de cumprir os objetivos

Destacou os quatro grandes objetivos estratégicos gerais que se encontram no Plano Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal: promover o uso sustentável do bioma; fortalecer a organização regional; promover prosperidade socioeconômica sustentável e ampliar a presença do Estado Brasileiro na Região Amazônica.

Finalizou falando sobre o Gipam, Grupo de Integração para Proteção da Amazônia, que se reúne no Censipam, sendo o embrião de uma agência de inteligência de imagens para o país como um todo, onde abasteceu constantemente com dados de inteligência as equipes do MMA e MJSP.

O Presidente do CNAL passou a palavra aos Ministros e representantes dos Ministérios e dos Governos estaduais.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França, destacou os dados mais recentes do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite PRODES, que indicam uma queda de 11,27% do desmatamento na Amazônia Legal, no período de agosto de 2021 a julho de 2022, quando comparado com o ano anterior, evidenciando que as políticas adotadas pelo Governo brasileiro para combater o desmatamento ilegal e outros ilícitos ambientais estão na direção correta.

Disse que os debates sobre o desenvolvimento sustentável trouxeram a Amazônia para o centro das atenções da comunidade internacional e que a diplomacia brasileira, contando com o apoio dos vários ministérios com atuação no tema, vem defendendo a adoção de um Marco Global ao mesmo tempo ambicioso e realista, que promova de forma equilibrada os três objetivos da Convenção: conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Que o Governo Brasileiro vê com especial importância o fortalecimento da OTCA, mecanismo conformado pelos países amazônicos, cuja carteira de projetos abrange ampla gama de temas, entre os quais recursos hídricos, biodiversidade, gestão florestal, saúde de povos indígenas e mudança climática.

Finalizou dizendo que os desafios relacionados à Amazônia são muitos e que não faltaram esforços, de todos, para avançarmos na implementação de uma política nacional condizente com essa tarefa.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, registrou que no ano de 2022 com recursos do FNDCT foram feitas diversas chamadas exclusivamente na Amazônia, sendo um sucesso tanto por parte da comunidade científica, mas principalmente na questão dos empreendedores da Região Amazônica com impacto principalmente em bioeconomia e nas áreas de tecnologia de informação e comunicação.

Destacou o lançamento de duas grandes chamadas sendo a primeira para infraestrutura de pesquisa e a segunda com a implantação de Laboratórios NB3 e um NB4 em Campinas.

Finalizou falando sobre as duas entregas que foram feitas na Região Amazônica: o início das operações do *AmazonFACE* e o início da operação no laboratório flutuante no Amapá, sendo conjunto de laboratórios que vai permitir a difusão de conhecimento científico e tecnológico no processamento sustentável do açaí, com impacto direto nas populações ribeirinhas significando melhoria da preservação do meio ambiente, melhoria da agregação de valor e significando renda para a população.

O Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, Gen Ex José Eduardo Pereira, destacou que o MD está pronto para cooperar nas atividades que são desenvolvidos na Amazônia em apoio as diversas agências e instituições, que a Amazônia é prioritária em questão de operações, que na estrutura do MD está

o Censipam, que realiza um monitoramento de imagens em toda a Região da Amazônia e é uma ferramenta extremamente útil para todos os órgãos e instituições que precisam conhecer um pouco mais, sendo uma ferramenta que pode ser explorada e quem tiver necessidade pode entrar em contato que forneceremos essas imagens para qualquer tipo de necessidade.

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Washington Leonardo Guanaes Bonini, enfatizou que será deixado pronto um arcabouço operacional a ser seguido pelas futuras administrações, que está centrado especialmente no Operação Guardiões do Bioma, que mobiliza agentes, tanto bombeiros quanto policiais do Brasil inteiro, além das forças federais para o combate a esse tipo de criminalidade, e enfatizar o papel importantíssimo desempenhado pelo colegiado do ponto de vista coordenação.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mara Marlene Machado Papini, falou dos avanços que foram feitos como a titulação, sendo uma das maiores entregas com mais 450 mil títulos, com a concessão Florestal e com o CAR, que a publicação do plano estratégico deixa registrado tudo que se fez e um planejamento de futuro, e que ações como essas são ações de Estado e precisam permanecer.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações, Flávia Duarte Nascimento, destacou alguns resultados da conectividade na região: o Programa Norte Conectado que prevê a implantação de 12.000 km de rede de cabo de fibra ótica subfluvial na Região Amazônica; o Programa Wi-fi Brasil que traz conexão gratuita de banda larga por satélite, e finalizou falando das obrigações do edital do 5G que previram especialmente para a Região da Amazônia até 2029 a conexão de municípios que não possuem nenhum acesso à internet.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente, Belize Obes de Andrade, comentou sobre cooperação que houve entre os ministérios em especial na Operação Guardiões do Bioma e os resultados dessa operação na redução do desmatamento.

A Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Regional, Alice de Carvalho, destacou as nove políticas regionais: de desenvolvimento regional; de segurança hídrica; de recursos hídricos; de proteção e Defesa Civil; de habitação; de saneamento; de mobilidade urbana; de irrigação e a formulação da política nacional de ordenamento territorial e finalizou falando do trabalho da Superintendência da Amazônia - Sudam que tem aplicação dos fundos de desenvolvimento da Amazônia.

O Secretário-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Osmar Lootens Machado, disse que o GSI esteve presente nas comissões e subcomissões que culminaram na entrega do Plano Estratégico e do Plano Nossa Amazônia e também nas inúmeras operações que foram realizadas na Amazônia Legal e que esteve muito envolvido através da Abin.

O Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, George Torquato Firmeza, falou sobre a questão da perspectiva de imposição de barreiras comerciais pela União Europeia contra o agronegócio brasileiro; a questão da necessidade de regularização fundiária; a cooperação internacional; o diálogo com a OTCA e a necessidade de integrar os ministérios presentes na Amazônia, e finalizou comentando sobre o legado do Plano Estratégico e do Plano Nossa Amazônia mas também o legado que é mais difícil de aferir que é a forma de integrar todos os órgãos governamentais afetos à Amazônia sempre de uma forma objetiva deixando como continuidade para o Conselho da Amazônia.

O Subsecretário de Economia Verde do Ministério da Economia, Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, destacou a aprovação de mais de 24 projetos industriais para Zona Franca

de Manaus; a atuação do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA; a realização de vários estudos ao longo dos últimos quatro anos focados no desenvolvimento econômico na Região Amazônica; o plano de desenvolvimento econômico sustentável da Amazônia Ocidental e Amapá e finalizou destacando que o Ministério da Economia é responsável por coordenar um grupo interministerial para discutir a implementação do mercado de crédito de carbono.

A Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Samara Carvalho Costa Soares, disse que a Secretaria-Geral têm como base a sua participação nesse conselho e condicionante legalidade presente no mapa estratégico, particularmente pelas análises de assessoria jurídica quanto a normatização de decretos e deliberações.

O Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos do Ministério de Minas e Energia, Dênis de Moura Soares, destacou o linhão Manaus-Boa Vista que com o esforço de vários órgãos foi possível assinar um acordo para início das obras que duraram 36 meses e a conclusão permitirá interligar todo o território nacional ao Sistema Interligado Nacional, fazendo que deixe de circular 80 caminhões diários para transportar diesel e assim garantir o suprimento de energia elétrica para o estado de Roraima, trazendo uma maior confiabilidade neste suprimento, redução de custos e uma inegável qualidade ambiental, e finalizou falando da grande iniciativa social que o ministério faz na região que é o Programa Mais Luz para Amazônia, que visa chegar nas regiões mais remotas da Amazônia Legal.

O Subchefe Adjunto de Gestão Pública e Segurança da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Rogerio Malafatti, destacou o esforço coordenado desde o monitoramento de queimadas, desmatamentos e a atuação integrada no combate aos ilícitos ambientais, sendo um excelente trabalho realizado pelo Guardiões do Bioma apesar de todas as restrições orçamentárias e finalizou dizendo do legado desse trabalho integrado, sendo algo que funcionou e que os resultados começam a aparecer com as reduções no desmatamento.

A Chefe de Gabinete Substituta da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Josiê de Assis Brasil Gonzalez, destacou o avanço e o incremento das ações direcionadas aos povos indígenas que estão localizados em sua maioria na Região Amazônica com um aumento de 670% nos atendimentos direcionados aos povos indígenas e finalizou falando que foram elaborados planos individualizados por distrito sanitário para surtos e epidemias, planos de contingência, planos de ação, planos esses que ainda não tinham sido realizados e que foram aperfeiçoados vários mecanismos de gestão e de governança que fica também como um legado.

O Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília, Augusto Souza Marques, falou que a Amazônia está cada dia mais em pauta no mundo e a percepção de recriar o conselho foi decisiva na coordenação federal de uma região forte e tão importante para o Brasil e que o maior legado que foi deixado desse conselho é uma mensagem clara ao Brasil, que as pessoas que moram na região não serão esquecidas e que teremos que olhar para Amazônia como ela realmente é, uma floresta que tem que ser cuidada, mas que há também os brasileiros que lá vivem e que precisam da atenção.

O Subprocurador do Estado do Tocantins em Brasília, Frederico César Abinader Dutra, falou da instalação da subprocuradoria de prevenção e resolução de conflitos, para viabilizar a organização do Estado do Tocantins na parte fundiária e na resolução de conflitos, que na prática dará segurança ao investidor e a população que ocupou essas terras no estado do Tocantins seja as que envolvem a área de preservação seja aquelas também para o desenvolvimento agrário do Estado e finalizou falando sobre o trabalho da Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado de Tocantins, o projeto chamado Tocantins Carbono.

O Gestor da Representação do Estado de Roraima em Brasília, Adriano do Almo

Mesquita, destacou a regularização fundiária junto ao governo federal que conseguiu estabelecer mais de 5 mil títulos um curto espaço de tempo de forma a formalizar quem são os reais detentor de determinadas áreas trazendo muitas oportunidades, não somente por incentivo de crédito, mas principalmente responsabilidade, o problema migratório com fluxo em média de 500 pessoas com nacionalidade venezuelana para dentro do estado e finalizou falando da importância para o estado a integração com o Governo Federal sendo um marco na história do estado.

A Secretária da Representação do Estado do Amapá em Brasília, Suelly Collares, disse que o Estado do Amapá sempre trabalhou para a preservação do meio ambiente e da Amazônia, que tem 95% do seu ecossistema preservado e o que recebe de contrapartida ainda é um percentual pequeno de investimento.

O Presidente do CNAL encerrou a 10ª Reunião Ordinária dizendo do legado a ser deixado para o novo governo que assume com a mesma responsabilidade que todos tiveram ao longo desses últimos quatro anos e agradeceu o trabalho que todos realizaram ao longo desse período, que foi um período extremamente profícuo, e lembrou que temos que viver para combater no dia seguinte.

Assinam:

Antonio Hamilton Martins Mourão

Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Embaixador Carlos Alberto Franco França

Ministro das Relações Exteriores

Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

Gen Ex José Eduardo Pereira

Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa

Washington Leonardo Guanaes Bonini

Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Mara Marlene Machado Papini

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Flávia Duarte Nascimento

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério das Comunicações

Belize Obes de Andrade

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente

Alice de Carvalho

Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Regional

Osmar Lootens Machado

Secretário-Executivo Adjunto do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

George Torquato Firmeza

Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho

Subsecretário de Economia Verde do Ministério da Economia

Samara Carvalho Costa Soares

Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República

Dênis de Moura Soares

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos do Ministério de Minas e Energia

Carlos Rogerio Malafatti

Subchefe Adjunto de Gestão Pública e Segurança da Casa Civil da Presidência da República

Josiel de Assis Brasil Gonzalez

Chefe de Gabinete Substituta da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
Augusto Souza Marques
Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília
Frederico César Abinader Dutra
Subprocurador do Estado do Tocantins em Brasília
Adriano do Almo Mesquita
Gestor da Representação do Estado de Roraima em Brasília
Suely Collares
Secretária da Representação do Estado do Amapá em Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Lootens Machado, Secretário-Executivo Adjunto**, em 30/12/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Rogério Malafatti, Assessor**, em 03/01/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho, Usuário Externo**, em 05/01/2023, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Carvalho Costa Soares, assessor**, em 05/01/2023, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BELIZE OBES DE MELO DE ANDRADE, Usuário Externo**, em 05/01/2023, às 22:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Leonel de Souza Marques, Usuário Externo**, em 06/01/2023, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3814693** e o código CRC **07877DEA** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0